

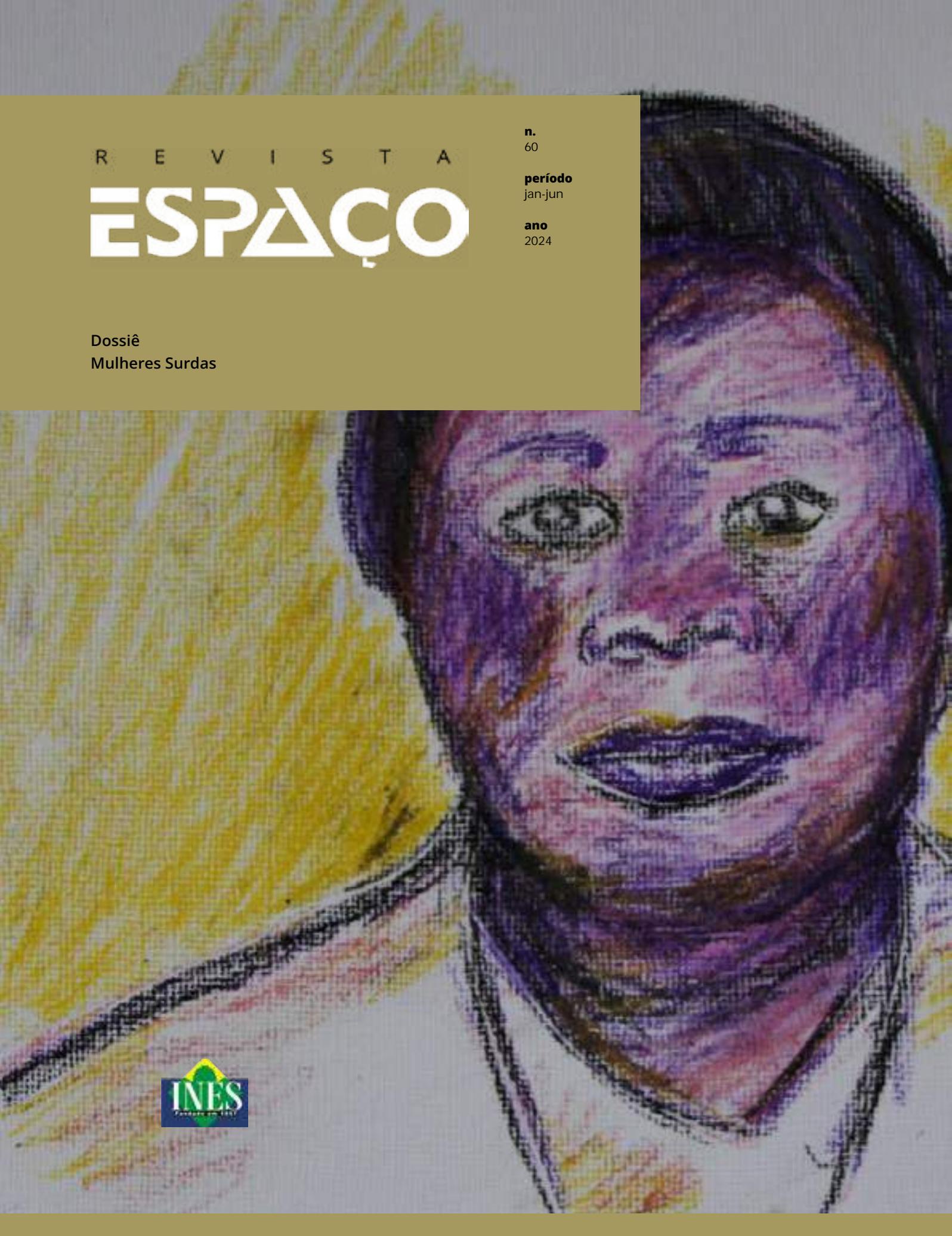
R E V I S T A  
**ESPAÇO**

n.  
60

período  
jan-jun

ano  
2024

Dossiê  
Mulheres Surdas





*Governo Federal do Brasil*  
*Ministério da Educação*

R E V I S T A  
**ESPAÇO**

**Periódico científico do**  
**Instituto Nacional de Educação de Surdos**  
**(INES/MEC)**



R E V I S T A

# ESPAÇO

**GOVERNO DO BRASIL**  
**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Camilo Santana

**INSTITUTO NACIONAL DE**  
**EDUCAÇÃO DE SURDOS**  
Solange Maria da Rocha

**DEPARTAMENTO DE**  
**DESENVOLVIMENTO HUMANO,**  
**CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**  
Danielle Coelho Lins

**COORDENAÇÃO DE PROJETOS**  
**EDUCACIONAIS E TECNOLÓGICOS**  
Priscilla Fonseca Cavalcante

**DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS**  
Wilma Favorito

**PUBLICAÇÕES INES**

**COORDENAÇÃO EDITORIAL DDHCT/INES**  
Danielle Coelho Lins  
Priscilla Fonseca Cavalcante  
Wilma Favorito

**INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SUR-**  
**DOS**  
Rua das Laranjeiras, nº 232 – 3º andar  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 22240-003  
Telefax: (21) 2285-7284 / 2205-0224  
E-mail: revistaespaco@ines.gov.br

**EDITORES ESPAÇO**  
Danielle Coelho Lins  
Wilma Favorito

**COMISSÃO EXECUTIVA DA REVISTA ESPAÇO**  
Christiana Lourenço Leal  
Luis Gustavo Magro Dionysio  
Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione  
Priscilla Fonseca Cavalcante  
Thabata Fonseca Oliveira  
Wilma Favorito

**COMITÊ CIENTÍFICO ESPAÇO**

Alfredo J. Artilles (Universidade do Arizona/EUA)  
Ana Cláudia Balieiro Lodi (USP)  
Annie Gomes Redig (UERJ)  
Carolina Magalhães de Pinho Ferreira (UFRJ)  
Christiana Leal (INES)  
Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)  
Débora Nunes (UFRN)  
Dulcéria Tartuci (UFG)  
Eduardo Manzini (UNESP)  
Flávia Faissal de Souza (UERJ)  
Ignacio Calderón Almendros (Universidad de Málaga/Espanha)  
Lavinia Magiolino (UNICAMP)  
Lázara Cristina da Silva (UFU)  
Livia Buscácio (INES)  
Manuel Antonio Garcia Sedeño (Universidade de Cádiz/Espanha)  
Márcia Lise Lunardi (JFSM)  
Maura Corcini (UNISINOS)  
Nesdete Correia (UFMS)  
Ronice Muller de Quadros (UFSC)  
Rosana Glat (UERJ)  
Shirley Rodrigues Maia (Grupo Brasil)  
Soraia de Napoleão Freitas (JFSM)  
Thomas Barow (Halmstad University/Suécia)

**REVISORES ESPAÇO 60**

Comissão Executiva da Revista Espaço

**TRADUÇÃO EM LIBRAS**

Priscilla Fonseca Cavalcante

**TRADUÇÃO EM SIGNWRITTING**

Ricardo Boaretto de Siqueira

**VALIDAÇÃO DE SIGNWRITTING**

Erick Rommel Hipólito de Souza  
Priscilla Fonseca Cavalcante

**ARTE DA CAPA**

Fernanda Araújo

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS  
Rua das Laranjeiras, nº 232 – 3º andar | Rio de Janeiro – RJ – Brasil –  
CEP: 22240-003 | Telefax: (21) 2285-7284 / 2205-0224  
E-mail: revistaespaco@ines.gov.br

Espaço / Instituto Nacional de Educação de Surdos. – N. 60  
(jan / jun 2024) –, – Rio de Janeiro : INES, 2024 –  
n. : il. ; 28cm

Semestral  
ISSN-2525-6203

1. Surdos – Educação. I. Instituto Nacional de Educação de  
Surdos (Brasil).

CDD – 371.912

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	<b>07</b>
<b>DOSSIÊ #60</b>	<b>09</b>
<b>APRESENTAÇÃO - MULHER SURDA: PROTAGONISMO E EXPERIÊNCIA</b> Gladis Perlin, Keli Krause, Marianne Stumpf, Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione	<b>10</b>
<b>“MULHER-SURDA-PROFESSORA”: PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO RIO GRANDE DO SUL</b> <i>“Deaf-woman-teacher”: Protagonism in deafeducation in Rio Grande do Sul</i> Ana Paula Gomes Lara	<b>15</b>
<b>O PROTAGONISMO CONTEMPORÂNEO DA MULHER SURDA E A LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA E DE GÊNERO</b> <i>The contemporary role of deaf women and the resistance to all forms of linguistic and gender violence</i> Gladis Perlin, Ana Paula Jung	<b>26</b>
<b>SER E ESTAR DA MULHER INDÍGENA SURDA</b> <i>Being a deaf indigenous woman</i> Shirley Vilhalva	<b>41</b>
<b>PROTAGONISMO E PIONEIRISMO NA CONSTITUIÇÃO DO HEROÍSMO FEMININO SURDO</b> <i>Protagonism and pioneering in the constitution of Deaf female heroism</i> Gisele Maciel Monteiro Rangel	<b>53</b>
<b>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS: ATENDIMENTO ÀS CIDADÃS SURDAS</b> <i>Comparative analysis between South American countries: assistance to deaf citizens</i> Keli Krause	<b>67</b>
<b>MULHERES SURDAS NA CIÊNCIA: NECESSÁRIA VISIBILIDADE</b> <i>Deaf women in science: necessary visibility</i> Luciane Cruz Silveira, Angela Corrêa Ferreira Baalbaki	<b>79</b>
<b>EPISTEMICÍDIO SURDO, PRIVAÇÃO E VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA: ESTUDO DE CASO DE SÔNIA, UMA MULHER NEGRA SURDA</b> <i>Deaf epistemicide, linguistic deprivation and violence: a case study of Sônia, a black deaf woman</i> Marianne Rossi Stumpf, Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, Joyce Cristina Souza	<b>94</b>
<b>SÍSIFA SORDA: UNA APROXIMACIÓN A LA SITUACIÓN DE LAS MUJERES SORDAS EN COLOMBIA</b> Edith P. Rodriguez-díaz	<b>107</b>

<b>DEBATE TÉCNICO-PEDAGÓGICO</b>	<b>117</b>
<b>O LETRAMENTO VISUAL EM MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES PARA SURDOS: ESCOLHAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR SURDO</b>	<b>118</b>
<i>The Visual Literacy in Bilingual Materials for Deaf people: Pedagogical Choices and Practices of the Deaf teacher</i>	
<b>Talita Nabas Tavares, Camila Höfling</b>	
<b>ESPAÇO ABERTO</b>	<b>135</b>
<b>PROPOSTA DE SINAIS-TERMO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER: GARANTIA PLENA DO DIREITO LINGUÍSTICO DA MULHER SURDA</b>	<b>136</b>
<i>Proposal of signals — term for the promotion of women's health: full guarantee of the linguistic right of deaf women</i>	
<b>Gildete S. Amorim Mendes Francisco</b>	
<b>PRODUÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>153</b>
<b>A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES SURDAS: PROTAGONISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b>	<b>154</b>
<b>Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta</b>	
<b>VISITANDO O ACERVO DO INES</b>	<b>156</b>
<b>EDUCAÇÃO DE SURDAS: UM TEMA QUE SE IMPÕE!</b>	<b>157</b>
<b>Solange Maria da Rocha</b>	
<b>ARTE E CULTURA SURDA</b>	<b>158</b>
<b>GALERIA DE ARTE SURDA: ARTISTA FERNANDA ARAÚJO</b>	<b>159</b>
<b>Curadoria e texto de Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione e Priscilla Fonseca Cavalcante</b>	



## EDITORIAL #60

O presente número da Revista Espaço tem, para nós, um sabor especial. Trata-se da inauguração do trabalho de uma nova comissão executiva, comprometida com a manutenção da excelência da Revista, especialmente no que tange à necessidade de protagonismo da educação de surdos em meio a tantas discussões sobre a educação no Brasil, de modo geral. Não à toa, a edição 60, destacadamente em seu dossiê, apresenta temática de extrema relevância na perspectiva em que a Espaço se insere. A discussão central deste número está associada às Mulheres Surdas, em suas múltiplas existências e nas especificidades do “ser” mulher surda neste país.

Cabe, aqui, um comentário interessante: muitos artigos desta edição da Espaço são quase como registros autobiográficos, tendo em vista, dentre outros aspectos, o fato de que versam sobre a realidade pessoal e profissional das pesquisadoras que os escrevem: mulheres surdas adultas que, para além de sua importância no meio acadêmico, têm histórias de vida riquíssimas para o aprendizado de todos aqueles que têm como objetivo a educação de surdos.

Convidamos os leitores a um passeio pela realidade de mulheres surdas professoras-pesquisadoras, atuantes na educação de surdos em diferentes níveis, profissionais de valiosa formação acadêmica, mas, acima de tudo, cujas trajetórias de vida merecem ser conhecidas, admiradas e valorizadas. Agradecemos, portanto, às autoras cujos artigos estão publicados

nesta edição, pela disponibilidade em dividir com nossos leitores suas experiências, conhecimentos e reflexões urgentes e necessárias.

Por fim, gostaríamos de homenagear as professoras surdas do Rio Grande do Sul, Estado brasileiro que sofreu uma das maiores catástrofes climáticas da história e que, ainda se reerguendo, continua a destacar sua potência. Agradecemos particularmente às pesquisadoras que, comprometidas com a Revista Espaço, enviaram seus trabalhos a despeito de toda a adversidade que viveram no último mês.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

**Comissão Executiva da Revista Espaço**



# DOSSIÊ #60

# APRESENTAÇÃO

MULHER SURDA:  
Protagonismo e experiência

## MULHER SURDA: PROTAGONISMO E EXPERIÊNCIA



**Profª Dra Gladis Perlin<sup>1</sup>**



**Profª Dra. Keli Krause<sup>2</sup>**



**Profª Dra. Marianne Stumpf<sup>3</sup>**



**Profª Dra. Patrícia Rezende-Curione<sup>4</sup>**



<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis, SC, Brasil; gladisperlin@gmail.com.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Palhoça, SC, Brasil; kelikrause@unipampa.edu.br.

<sup>3</sup> Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Palhoça, SC, Brasil; marianne.stumpf@ufsc.br.

<sup>4</sup> Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Palhoça, SC, Brasil; pluiza@ines.gov.br

## Por que um dossiê sobre a mulher surda?

Para responder a essa pergunta compreendamos que, no que tange às mulheres surdas, a nossa presença pouco mencionada se dá simplesmente por comumente a sociedade considerar a mulher como inferior ao homem e por costumar nos evitar por sermos surdas. O contexto social ainda considera a nós mulheres surdas como deficientes, incapazes e muitas vezes como revoltadas, gritantes e sem noção. É corrente perceber que nós mulheres surdas possuímos o rotulo de deficientes, doentes e incapazes. E tudo isso acarreta a presença gritante da violência linguística. Então um dossiê para o esclarecimento de nossas existências no mundo social como mulheres surdas se faz necessário.

Na atualidade, frente a tantos anos passados no silêncio e na desigualdade, o nosso despertar como mulheres surdas avança, mesmo que em um processo demorado e árduo. Diante do olhar social, a pergunta que nos fazemos é: O que, como mulheres surdas, precisamos face à sociedade que nos exclui? E para tentar responder a esta pergunta, temos que nos situar nos entre-lugares<sup>1</sup> onde estamos nas relações sociais necessárias: família, questões de segurança, de saúde, de educação, e das nossas presenças nas diversas instituições públicas. O interessante é que algumas de nós, protagonistas surdas, conseguimos nos aventurar nesses espaços partilhando resultados e experiências, mesmo que individuais, com as companheiras.

Em nossa história de mulheres surdas brasileiras registramos o mês de novembro de 2004, no qual realizamos o primeiro encontro latino-americano para mulheres surdas. Esse evento foi definitivo para que nos pensássemos como mulheres surdas e a partir do encontro nos motivamos conjuntamente na caminhada para refletir nossa identidade. Naqueles dias estávamos despertando. Já existia entre nós a consciência sobre o audismo<sup>2</sup> e sua forte presença nas estruturas sociais. Houve outros encontros locais, ou estaduais pois, muitas de nós conseguiram reunir as mulheres surdas e com isso conscientizar-nos da necessidade de nos unirmos, debater as nossas necessidades e principalmente a violência linguística. No CONALI<sup>3</sup> conseguimos colocar no papel as necessidades e denunciar a violência linguística reinante, colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento<sup>4</sup> já percorridos ao audismo e patriarcalismo ou seja: apagamento, violência linguística, violência racial, e sexismo. Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na incompreensão, audismo e exclusão, partilhamos processos de resistências.

Muitas de nós enfrentamos um audismo cujas consequências as experiências mostram como sendo central a violência linguística, ou seja: “o mundo é feito para os ouvintes e a nós sobra a incomunicação, então temos que mudá-lo”. Diante disso, em nosso tempo, assumimos o protagonismo com o lema: “nada sobre nós sem nós”. Daí fomos evoluindo em questões a nós referentes e guiadas por nossas experiências compartilhadas.

---

<sup>1</sup> Esses “entre-lugares” fornecem terreno para estratégias de subjetivação, ou seja, são lugares onde se fortalecem as identidades em meio aos embates constantes com a sociedade audista que levam à construção de novas epistemologias ou representações estereotipadas sobre nós. Assim nós, mulheres surdas, vamos interpelando significados forjando espaços de negociação com os ouvintes, face ao direito à diferença de ser.

<sup>2</sup> Audismo: existência de mecanismos e regras sociais que privilegiam apenas o uso da audição.

<sup>3</sup> CONALI - II Conferência Nacional de Língua de Sinais - realizada pela Federação Nacional de Educação de Surdos em abril de 2023 em Brasília.

<sup>4</sup> Não somente os intérpretes resolvem a situação, mas uma gama de ações é necessária.

Fora isto, algumas de nós já inseridas no mundo acadêmico buscamos por temáticas transversais relacionadas ao ser mulheres surdas gerando assim nosso espaço epistêmico: identidade surda, cultura surda, Libras, linguística das línguas de sinais, educação bilíngue, pedagogia surda, história surda, além de outros aspectos culturais próprios. E assistimos aos poucos a descolonização do nosso conhecimento. O negativo foi a forte presença do epistemicídio<sup>5</sup>, ou seja, a rejeição de nossas produções que falam de nós como mulheres surdas, em lugares onde desde sempre esteve o poder ouvinte. Alguns exemplos: as mulheres ouvintes acostumaram-se a falar por nós; a inclusão escolar implementada pela Secretaria de Educação Especial, obrigatória às meninas surdas; as nossas teses e dissertações foram apartadas das oportunidades de gerarem epistemologias no sistema educacional; etc. Esses são alguns dos muitos exemplos. Com algum apoio conseguimos fazer valer nossa presença, em parte, ao longo do tempo.

Enfim nos constituímos como mulheres na luta contra as artimanhas audistas, ou seja, a violência linguística que nos nega lugares de participação efetiva. Daí, lutamos preferentemente contra a violência linguística contribuindo para que a denominada Lei de Libras fosse aprovada e por fim regulada e com o tempo novas leis foram elaboradas, sendo implementadas por governos democráticos a nosso favor.

Nossas experiências pensadas foram tomando lugar com reuniões, reflexões. Não ficamos alheias e para isso percorremos também a caminhada das mulheres em geral: as mulheres ouvintes, as mulheres cientistas, mulheres professoras, as mulheres negras, as mulheres indígenas, e percebemos suas lutas específicas, mas só nos sentimos mulheres surdas quando fizemos valer nossa identidade própria de mulheres surdas. Falando de nossa identidade nos reportamos a que somos diferentes e não deficientes. Não somos como as demais mulheres ouvintes com deficiência; temos nossas especificidades linguísticas diferentes delas. Também temos muito a lutar como as mulheres ouvintes, brancas, negras, indígenas, deficientes, cuja luta é por igualdade de gênero, contra a estrutura patriarcal, ou da mulher negra para a qual as lutas consideram o racismo, consequências da escravidão e objetificação sexual, ou ainda a mulher indígena também apagada e necessitada de autonomia e a mulher com deficiência e com suas lutas voltadas a diferentes direitos ainda não alcançados. Nós temos também os nossos próprios tópicos de luta como a violência linguística e a necessidade de ter nossas capacidades comprovadas a fim de que não nos requeiem ao rótulo de deficiência, mas nos aceitem como mulheres com diferença.

Em tempo, uma outra questão recorrente é sobre a violência sexual que nos intersecciona com todas as mulheres. O Brasil, segundo dados amplamente noticiados na imprensa e redes e sociais, tem um recorde anual elevado e crescente de estupros e isso se constitui, a nosso ver, em uma epidemia. E nós, mulheres surdas desprovidas de facilidades de comunicação, nos tornamos as maiores vítimas.

De posse do conhecimento de nossa identidade como mulheres surdas, nós e nossas demais companheiras protagonistas estão na busca por direitos e na luta contra a violência linguística e sexual. No momento estamos nos conscientizando das nossas questões

---

<sup>5</sup> Epistemicídio: destituição de qualquer valor epistemológico de grupos subalternizados, visto que o modelo valorizado no mundo é o modelo ouvinte. Isso torna superior a epistemologia do ouvinte, conferindo-lhe a exclusividade do conhecimento e nomeando-o como dominante, inviabilizando a epistemologia do conhecimento da pessoa surda.



interseccionais. Consequentemente fazemos algumas exigências radicais por políticas linguísticas, econômicas e sociais e institucionais e a partir disso estamos usando e fortalecendo nosso “lugar de fala” nos entre-lugares onde as questões exigem mais embates. Esse foi nosso ponto de crítica às mulheres ouvintes, acostumadas a falar por nós. Elas estão aos poucos, mesmo que minimamente, mudando seus olhares, e em alguns casos, já reconhecem que devemos e queremos falar por nós mesmas. Vamos prosseguir, pois nossas questões vão sendo legitimadas como inerentes à questão da mulher surda.

Demorou muito e ainda consideramos que pouco fomos ouvidas pela sociedade e pelas outras mulheres. Resta-nos enfatizar aqui o heroísmo de algumas das nossas que assumiram lançar-se ao desconhecido e com isso temos protagonistas surdas trabalhando pela visibilidade de novas epistemologias, compartilhantes de experiências válidas, nas quais vamos nos espelhando. Isso tudo não somente nos motiva à urgência por existir na diferença, mas também ressalta a importância de evidenciarmos algumas mulheres surdas que historicamente produziram e produzem insurgências contra o modelo dominante do audismo promovendo disputas de narrativas referentes sobretudo à violência linguística. Nesse sentido é necessário que pensemos a partir de novas premissas para desestabilizar verdades.

A seguir apresentamos os artigos do dossiê, os quais mostram os múltiplos entre-lugares em que atuam as mulheres surdas, com suas histórias de vida e narrativas.

A doutoranda Ana Paula Gomes Lara, professora surda gaúcha, traz para esse dossiê as mulheres-surdas-professoras gaúchas que atuam na educação de surdos no Rio Grande do Sul. Ela também aponta um rol de violências linguísticas em educação que acompanha essas mulheres-professoras surdas. Lara teceu um perfil dessas professoras, pois entende que as práticas diárias de muitas delas são espaço de pedagogia surda.

As professoras dra. Gladis Perlin e ms. Ana Paula Jung escrevem sobre a questão da mulher surda expondo suas experiências no CONALI II. As mulheres surdas reunidas constataram que são apartadas do convívio social pela forte incidência da violência linguística. Alguns diálogos realizados pelas mulheres surdas nesse encontro trazem vivências também das múltiplas violências imputadas a elas socialmente. As autoras trazem a público o relato das mulheres surdas e o abandono social a que estão expostas.

O espaço da mulher surda indígena é abordado aqui pela doutoranda Shirley Vilhalva. Ela objetiva a escrevivência como mulher, indígena, surda, professora, pesquisadora e participante das lutas dos Movimentos Surdos. Questiona a omissão da potencialidade do Ser e Estar da mulher indígena surda. Ela percebe a necessidade presente de novas questões interseccionais: direitos linguísticos, diversidade; identidades e especificidades em relação aos direitos das mulheres surdas indígenas, bem como a suas línguas de sinais e suas diferentes culturas étnicas.

Dra. Gisele Rangel explorando as possibilidades do campo teórico dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, trazem mulheres surdas que fizeram valer suas capacidades como heroínas, pioneiras e protagonistas em diferentes entre-lugares. As autoras concluem que essas mulheres surdas são geradoras de novas forças sobre a pessoa surda nos meios sociais.

Dra. Keli Krause, em sua análise comparativa sobre o atendimento de mulheres surdas em países latino-americanos, destaca que há diferenças importantes a como essas nações

atendem as mulheres surdas, a depender do grau de conquistas democráticas alcançadas em cada sociedade. Mas o despertar das mulheres surdas depende ainda dos momentos em que elas se unem, que tomam consciência de seus problemas.

Dra. Luciane Cruz Silveira & Angela Corrêa Ferreira Baalbaki escrevem sobre a mulher surda cientista. E trazem um perfil dessas mulheres surdas cientistas no mundo e citando algumas no Brasil. Dificuldades existem, mas ser mulher surda não é uma barreira para dedicar-se à ciência. A criação de uma epistemologia referente aos surdos existe e é creditada muitas vezes a essas mulheres surdas. E convenhamos que como mulheres temos muita capacidade de entender os surdos, suas necessidades e participar na defesa do lugar social dos surdos.

Dra. Marianne Stumpf, Dra. Patrícia Rezende-Curione, & Joyce Souza focalizam o polêmico caso da mulher surda brasileira Sonia Maria de Jesus destituída de direitos legais por aproximadamente 40 anos. Corajosamente, com esse artigo denunciam a presença de relações escravagistas nos dias de hoje a que Sonia foi submetida, além de ter sofrido também epistemicídio, violência linguística, e outras violências interseccionais que ocorrem no caso e que envolve alguns de seus legitimadores nas instâncias judiciais brasileiras. No momento esse caso ganha campanha global pela libertação de Sonia.

A colombiana Edith P. Rodriguez-Diaz da Universidad de Antioquia nos traz um ensaio em que as trajetórias das mulheres surdas colombianas se sobressaem. Rodriguez-Diaz insiste na necessidade de se abrirem caminhos à reflexão sobre a dimensão da violência que atinge a mulher surda colombiana, trazendo pistas para entender a discriminação, a violência linguística, bem como a superproteção familiar a que está sujeita.

Por fim, gostaríamos de dizer que, nós quatro mulheres surdas, organizadoras desse dossiê sentimos como foi difícil conseguir entre as mulheres surdas os artigos aqui publicados. Poucas de nós são escritoras. O português é a barreira... No entanto salientamos que das doze escritoras desse dossiê apenas duas, Jung e Baalbaki são ouvintes.

A questão com as atuais chuvas, na maior enchente no Rio Grande do Sul, nos afetou também. As quatro escritoras gaúchas tiveram muitos contratemplos como: a coleta de dados de pesquisa em meio ao caos, as preocupações, a angústia, o pânico, as ocupações de solidariedade, a correção do português (ninguém tinha concentração para corrigir), o caos da internet, a falta de luz e água muito atrapalharam.

Esperamos com esse dossiê conseguirmos compreensão da sociedade sobre nossa diferença e que as violências que sofremos sejam mais bem percebidas e entendidas.

As organizadoras:

Prof<sup>a</sup> Dra. Gladis Perlin

Prof<sup>a</sup> Dra. Keli Krause

Prof<sup>a</sup> Dra. Marianne Stumpf

Prof<sup>a</sup> Dra. Patrícia Rezende-Curione



## “MULHER-SURDA-PROFESSORA”: PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO RIO GRANDE DO SUL

*“Deaf-woman-teacher”: Protagonism in deaf education in Rio Grande do Sul*



Ana Paula Gomes Lara<sup>1</sup>



### RESUMO

Nunca como no contemporâneo o protagonismo da mulher na área da educação esteve em ascendência. Daí resulta olhar para a “mulher-surda-professora”<sup>2</sup> presente em nossos tempos. A educação é um dos campos mais propícios para facilitar o protagonismo. E a mulher surda, nele, sente-se como sujeito diferente e útil. Com este artigo tencionamos citar a presença das “mulheres-surdas-professoras” e, com isso, apresentar suas contribuições à Pedagogia Surda<sup>3</sup>. Percebe-se a importância da presença dessas “mulheres-surdas-professoras” na transformação necessária que acontece visando os espaços da educação bilíngue.

**Palavras-chave:** “Mulher-surda-professora”; Protagonismo; Educação.

<sup>1</sup> Ex-professora na Escola de Surdos Frei Pacifico, em Porto Alegre, durante 10 anos e atualmente professora na Universidade Federal do Pampa - Campus Alegrete - UNIPAMPA. Autora de projeto de criação de classe Educação de Jovens e Adultos Surdos - EJA/Surdos em Alegrete e Doutoranda no programa de pós-graduação da UNIPAMPA - Campus Uruguaiana Lattes: <http://lattes.cnpq.br/065683136328365>.

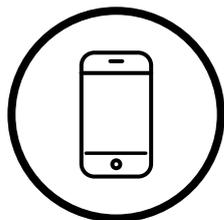
<sup>2</sup> Neste artigo utilizo a expressão “mulheres-surdas-professoras” entre aspas. Com isso quero indicar a existência dessa identidade. Indico, também, minha referência à identidade “mulher-surda-professora”, como múltipla, pois são várias e diferentes mulheres surdas e também várias e diferentes atitudes pedagógicas.

<sup>3</sup> Mais adiante falamos sobre autoria e significado.

## ABSTRACT

Never before has women's protagonism in the area of education been on the rise. This results in looking at the "deaf-woman-teacher" present in our times. Education is one of the most favorable fields to facilitate protagonism. And the deaf woman feels like a different and useful subject. With this article we intend to mention the presence of "deaf-women-teachers" and thus mention their contributions to Deaf Pedagogy. The importance of the presence of these "deaf-women-teachers" in the necessary transformation that takes place in the spaces of bilingual education can be seen.

**Keywords:** Deaf-woman-teacher; Protagonism; Education.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/VvRieq9dcmQ>



## Introdução

Tornou-se corrente citar o protagonismo da mulher na educação, em nossos tempos. Vale dizer que as mulheres somos a maioria nos espaços da educação. Muito foi falado sobre o diferencial homem-mulher. No entanto, não é este o meu interesse em citar esse contexto, mas trazer presente a identidade de "mulheres-surdas-professoras".

As "mulheres-surdas-professoras" que marcaram e continuam marcando sua presença na educação de surdos no RS entre o final e início do século merecem ser descritas. Daí o termo educação e protagonismo da mulher surda, no contemporâneo como "mulheres-surdas-professoras".

Que as mulheres surdas apresentam protagonismo no contemporâneo é um fato. No RS muitas delas cursaram ou cursam pedagogia e magistério, dessa forma, marcaram e marcam presença favorecendo as atuais mudanças na educação de surdos.

As perguntas visíveis são: Por que as "mulheres-surdas-professoras" se dedicam à educação? Que protagonismo exercem? Em que elas se apresentam ativas? Quais as causas disto? Que consequências acontecem? E na tentativa de responder a estas questões é que formulei este artigo. Dessa forma, meu objetivo se fixa em termos referentes ao que o campo da educação de surdos como campo de desenvolvimento cognitivo, pode ser influenciado pelas "mulheres-surdas-professoras". Ainda a pergunta: a maioria das mulheres surdas se sentem inspiradas diante das questões de educação, particularmente na Pedagogia Surda?

E eu, como autora surda, penso que para desenvolver estas questões o farei melhor se me conecto a alguns autores que as discutem, entre eles Hall (2003), Silva (2000), Perlin & Reis (2012), Lima (2018), que impulsionam os caminhos da reflexão sobre a pedagogia e sua performatividade e como podemos diferenciar a Pedagogia Surda. Neles constam elementos preponderantes, principalmente no que se refere à reflexão sobre os feitos das professoras surdas.

<sup>4</sup> Sendo um dos 26 estados do Brasil, o Rio Grande do Sul tem como Capital Porto Alegre e se situa bem ao Sul do país, possui limite com o estado de Santa Catarina, o oceano Atlântico, a Argentina e o Uruguai.



Espero com isso, partilhar uma reflexão que, no mínimo, sirva a ações que pensem caminhos para fazer registro, sobre as “mulheres-surdas-professoras”, entender os espaços possíveis para o protagonismo da mulher surda na educação de surdos no RS. No momento não me compete falar sobre as mulheres surdas no restante do país, visto que a questão do corpus se torna exaustiva. No entanto, igualmente, penso na presença delas e em tudo o que elas despertaram nos surdos.

## 1 O corpus para o presente artigo

A temática envolve nós<sup>5</sup>, “mulheres-surdas-professoras” atuantes no Rio Grande do Sul. Para a construção do corpus com o fim de fazer um mapeamento sobre a presença e performatividade me servi de algumas perguntas feitas às “mulheres-surdas-professoras” por WhatsApp: Você atua ou atuou como professora? Você tem colegas professoras surdas? Cite o nome ou nomes? Tive o cuidado em registrar em caderno os nomes à medida que iam me colocando. Da coleta consegui construir o quadro das professoras surdas presentes no RS.

Então, através do WhatsApp, consegui fazer o quadro de presença delas que coloquei neste texto, e creio que consegui captar os nomes da maioria das “mulheres-surdas-professoras” do RS.

O uso de narrativas se torna hoje um dos métodos mais fáceis de observar os processos vividos, ou seja, as experiências e registrar a realidade. Para a coleta selecionei ou indaguei sobre professoras surdas dedicadas, ou mesmo que alguém da comunidade me indicou e novamente, por WhatsApp, remeti às escolhidas, questões como: Você atua como professora? Onde? Quais aspectos você acha que são mais eficientes no trabalho com alunos surdos? Como você se dedica à performatividade do aluno surdo ou a Pedagogia Surda? Das narrativas que captei através de vídeo do WhatsApp obtive referências sobre essas “mulheres-surdas-professoras”. Analisando as narrativas sobre como acontece a participação das “mulheres-surdas-professoras” na forma como me foi narrado, percebem-se aspectos sobre a Pedagogia Surda. Os achados pedagógicos que indicam e que contribuem para a educação de surdos são visíveis. Assim fiz o perfil de algumas “mulheres-surdas-professoras” que se dedicaram anos na luta por Educação de Surdos, motivando elementos que tornam presente a atual Pedagogia Surda.

Com as atuais chuvas e enchentes no RS, os contatos para a coleta de dados foram difíceis. Na nossa maior enchente, ter acesso com algumas das “mulheres-surdas-professoras” tornou-se uma luta. A preocupação e a angústia, as ocupações de solidariedade, o caos da internet, a falta de luz e água, muito atrapalharam não somente os contatos com as “mulheres-surdas-professoras” mas, também com minha tradutora. Daí trabalhei apenas com algumas “mulheres-surdas-professoras” indicadas ou não pelos locais onde há escolas de surdos. Afirmo que há ainda melhores professoras e o tempo ou outras pesquisas vão revelar o heroísmo de muitas delas em Pedagogia Surda.

<sup>5</sup> A autora é surda e usar o “nós” equivale a dizer que também participa da questão.

## 2 As “mulheres-surdas-professoras” no contemporâneo

A pergunta é: como é possível que as mulheres surdas optem pela Educação dos Surdos no mundo contemporâneo? Isso é quase incompreensível visto que como em quase todas as épocas, o contemporâneo oferece poucas perspectivas às mulheres surdas.

Que a globalização das culturas promovida pela mídia desnorteia a cultura surda é um fato e isso não concorre para a valorização do surdo. A mulher surda é considerada inútil. O que vigora na globalização é o perfeito, o capaz, o que se sobressai. E muitos se aproveitam da situação para aparecer, nota-se a desvalorização da diferença que perpassa as diferentes etnias, comunidades linguísticas e raças.

Para as mulheres surdas isto tudo concorre para que transpareçam apenas competências pouco ordinárias, disfarces compreensíveis como o saber igualar-se aos ouvintes ou recorrer aos espaços disponíveis para chamar atenção. Isto também concorre para que a mulher surda se sinta perdida, desvalorizada de si mesma, busque compensar, ou se feche numa sensação de inutilidade, ou tente aparências evadindo-se em questões que mais as alienam de si mesmas. Também há consequências de algumas mulheres surdas perdidas ao relento, sem compreender sua identidade, e que buscam uma representação catastrófica de si mesmas.

Perlin e Reis em seu artigo chamam a atenção para as consequências do presente:

[...] o mal de hoje é a dominação, a governamentalidade que transformam os surdos a serem sujeitos-objetos da ação dos ouvintes. O mal de hoje é os muitos espaços de assujeitamento a normas desconhecedores da diferença de ser surdo (PERLIN & REIS 2012, p.30).

E quero trazer um fato. Nem tudo é uma vida de estrelas. A “mulher-surda-professora” foi e em alguns lugares continua sendo muitas vezes, em escolas de surdos, contratada como instrutora. Ela é considerada inferior, subalternizada, “deficenciada”, e quando muito olhada como incapaz, auxiliar, monitora. Isso indica que nossa identidade de “mulher-surda-professora” tem sido historicamente desautorizada e silenciada no sentido epistêmico.

A flexibilidade do ser mulher surda e desenvolver o protagonismo no contemporâneo se torna líquida, própria dos contextos construídos e desconstruídos por nós e por uma força totêmica<sup>6</sup>, ou seja, nossa alteridade<sup>7</sup> ou o ser surda.

## 3 Nos assumirmos como mulheres surdas: um desafio

Nós, mulheres surdas, não podemos nos deixar levar pelo deficiente, anormal, incapaz e outros rótulos que nos propõem. Tal concepção nos leva ao desastre. Precisamos, sim, nos assumir como consumidoras<sup>8</sup> de cultura surda, usar a língua de sinais, nos referindo

<sup>6</sup> Alguns escritores antropológicos ou de economia citam o totêmico e o descrevem como sendo elemento natural ao ser humano, mas não é o sujeito em si. Representa aqui o natural que agencia, identifica e une ao natural. Assim, as forças de atração surdo-surdo podem se constituir em forças do “organizador totêmico”, um agenciador simbólico. Desta forma, como usuários da visão, vamos constituindo grupos, associações, organizações, comunidades. E vamos constituindo os signos captados pela visão (Libras, Pedagogia...) e o mais importante é que nos constituímos em excelentes leitores, de acordo com Lennard J. Davis, professor na Binghamton University of New York, no ano de 1996.

<sup>7</sup> O surdo não é o ouvinte, ele tem outro jeito de ser. Não tem as mesmas competências para certas regras sociais

<sup>8</sup> Usamos Língua de Sinais, Intérpretes, Comunicação Visual.



como surdas, como sendo o que somos, como identidade e como cultura, do mesmo modo que outros grupos<sup>9</sup> que se assumem: negros, indígenas, ciganos, judeus, feministas e LGBT, comunidades de estrangeiros: japoneses, italianos, cubanos, etc. A alteridade surda transforma em nós, mulheres surdas, o inútil em útil. Ela é um imã a nos unir como povo surdo. Nossa sobrevivência como mulheres surdas é garantida quando nos reportarmos como diferentes. É sob o signo da diferença, que agimos nas tramas sociais e dessa forma nos movimentamos também nos espaços da educação.

A entrada na graduação e na pós-graduação de mulheres surdas marca época no contemporâneo do mesmo modo que as mulheres ouvintes, como esclarece Silva:

As últimas décadas testemunharam consideráveis avanços no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico. Atualmente, é possível perceber o número significativo de mulheres em muitas universidades do país como docentes e pesquisadoras, como estudantes de graduação e pós-graduação, no entanto, apesar do crescimento significativo da presença feminina na ciência[...] (Silva, 2012, p.55-56).

Como acontece com as mulheres ouvintes, hoje temos também as “mulheres-surdas-intelectuais-orgânicas”<sup>10</sup>, mesmo que poucas. Entendo como intelectuais orgânicas as mulheres surdas que conseguem perceber o jeito surdo de ser, de viver, de aprender e com isso concorrem para quebrar as regras sociais que dificultam a vida ao surdo no mundo contemporâneo.

São descobertas, atos, gestos e realizações que as mulheres surdas fazem diariamente, ou seja no dizer de Butler: “[...] são performativos no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem afirmar são invenções fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos”. (Butler, 2007, p. 266)

A presença de um bom número de “mulheres-surdas-professoras” nos campos de educação de surdos concorreu e concorre para que seja visível a Pedagogia Surda no RS, bem como a educação bilíngue.

Sinto-me no dever de sinalizar aqui sobre o que entendo por Pedagogia Surda, tal qual Lima refere:

[...] a proposta de Educação de ensino bilíngue, denominada em outras palavras por alguns pesquisadores como a ‘Pedagogia Surda’ é a que mais correlaciona com a visão de Educação dos e para os Surdos nesta Tese, que são constituídas numa percepção interligada com a Política Educacional e a Política Linguística. (Lima, 2018 p.30) E concluo com as palavras de Silva: (2000, p.29) “é o jeito de ensinar” e que consigo vislumbrar como sendo: o jeito de ensinar e do surdo aprender.

Esta é a Pedagogia Surda que acontece na escola bilíngue. Assim sendo, quero completar com Skliar (1998) que definiu os diferentes métodos de educação de surdos e mostrou que

<sup>9</sup> Não nos referimos aqui a minorias. É difícil referir-se a minorias sem globalizar. Quando falamos disso há globalização. A humanidade é líquida como a denomina Bauman (2001).

<sup>10</sup> Parafrazeando Hall (2003, p. 5): este intelectual é comprometido com mudanças sociais. Sabe mais do que o intelectual tradicional, está à frente do trabalho teórico intelectual e, ao mesmo tempo, repassa seu saber para fora da academia. Os intelectuais tradicionais se colocam ao lado do conhecimento e interesses sociais já estabelecidos. Os intelectuais orgânicos são comprometidos com mudanças sociais e econômicas.

eles não contêm a Pedagogia Surda. Se pensarmos os diferentes métodos: o oralismo, a comunicação total ou o bilinguismo notamos que limitam as aprendizagens surdas. Prova disso são os inúmeros surdos que abandonaram as escolas ou que sentem falhas em sua educação.

Daí é muito fácil compreender o conceito de Educação Bilíngue: ela contém a Pedagogia Surda e essa pedagogia sinaliza o jeito surdo de aprender pela visão, ou seja, o ensino em Libras<sup>11</sup>.

Pensando nossas “mulheres-surdas-professoras” que se dedicaram a praticar a Pedagogia Surda no espaço das escolas. Se algumas delas é levada a fazer diferente, pode ser um fato.

#### **4 A violência linguística à “mulher-surda-professora”**

Sentimos presente, nos campos da educação, na forma como se apresenta atualmente, a violência linguística que muito atrapalha nossos passos pedagógicos como “mulheres-surdas-professoras” .

A mais difícil é a obrigação do uso do português na sala de aula e as “mulheres-surdas-professoras” não têm memória<sup>12</sup> de Português. O Português é sempre uma segunda língua. Daí o uso de Libras como primeira língua, ou seja, o uso da experiência visual e não da audição na Pedagogia Surda. Somente algumas poucas mulheres surdas são alfabetizadas sabem ler em português nem tanto razoável, mas conseguem se fazer entender com textos às vezes curtos. Em minhas relações com as “mulheres-surdas-professoras” entendo que a maioria empreende um intenso trabalho com a procura no dicionário, google Youtube ou procura apoio da família, de amigos ou intérpretes. Dessa forma, conseguem se sair razoavelmente bem.

Em educação, falta intérprete para nos comunicarmos com a direção e demais setores. Nas universidades, essa falta é constante, bem como nas escolas e nos obriga, como “mulheres-surdas-professoras” a improvisar.

Na universidade tudo é comunicado em português: avisos, reuniões, editais, portarias, avaliações dos alunos, dissertações e teses em português, relações entre professores sentimos a pressão da necessidade de comunicação e conseqüente violência.

Falta, em educação, em algumas escolas ou EJA/Surdos, um currículo específico para a criança surda e alunos, informações sobre a cultura surda: identidade, signwriting (SW), Ensino em Libras, Pedagogia Surda.

Sobre a violência com a falta de tecnologia para as “mulheres-surdas-professoras” por exemplo uma tecnologia que facilite o ensino com plataforma visual na sala de aula, quadro de avisos visuais, a segurança de incêndio e outros perigos, os sinais visuais no elevador entre outros.

Difícil encontrar apoio de Secretarias para esse ensino bilíngue. No Brasil tudo visa à inclusão no ensino regular, lugar onde muitas “mulheres-surdas-professoras” trabalham nos AEE com o trabalho de transformar em ensino visual o que a professora ensinou de forma

---

<sup>11</sup> A experiência de aprender pela visão, como já falei antes.

<sup>12</sup> É muito difícil o surdo conseguir explicar por meio de palavras da língua portuguesa, pois o jeito de captar surdo é aquele explicado através do uso da experiência visual. A memória visual e a memória auditiva são completamente diferentes.



oral.

Dá para perceber essa violência linguística? Penso que sim. Muita coisa fica por citar e que acontece no dia-a-dia das “mulheres-surdas-professoras”. Na verdade, como tenho percebido nas narrativas, o nosso esforço é imenso para conseguirmos acompanhar com menos nervosismo essas jornadas de trabalho em educação.

## **5 As “Mulheres-surdas-professoras” e a performatividade no RS**

Pretendo trazer aqui alguns espaços de formação das “mulheres-surdas-professoras” que estão disponíveis em algumas universidades e centros. Então no RS temos: a Universidade de Caxias do Sul - UCS, a Universidade La-Salle - Unilasalle, a Universidade de Passo Fundo - UPF, a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, a Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFFRS, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRs, e a Universidade Federal do Rio Grande - FURG dentre as muitas.

Destaco também alguns dos municípios do RS onde as “mulheres-surdas-professoras” atuaram ou atuam: Alegrete, Bagé, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Esteio, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, São Leopoldo, Tramandaí, Uruguaiana entre os muitos.

Entre as “mulheres-surdas-professoras” gaúchas temos aquelas que se formaram e as atuantes. Ressaltamos que é possível que nem todas atuem. Na minha pesquisa, consegui captar 76 “mulheres-surdas-professoras”. Impossível separar por categorias. Vou colocar em ordem alfabética. Eis:

Agatha Krusler, Aline Kaster, Aline Brancalione, Ana Claudia Antunes, Ana Luiza Caldas, Ana Paula Lara, Ana Paula Moreira, Andréa Figueiredo, Angelisa Goebel, Bianca Peter, Bianca Pontin, Bruna Antunes, Bruna Branco, Camila Freitas, Camila Guerra, Carilissa Dall Alba, Carine Diesel, Carla Klein, Carolina Hessel Silveira, Carolina Miri, Carolina Sperb, Caroline Garcia, Claudia Fialho, Claudia Sarturi, Cristiane Muller, Cristiane Voltz, Cassia Garcia, Cassia Marins, Cassia Virginio, Denise Kras, Eneida Machado, Elisabete de Castro, Erika Silva, Fabiana Manoel, Fernanda Magnus, Franciele de Camargo, Francielle Martins, Gisele Rangel, Gladis Perlin, Glaucia Assis, Helenne Sanderson, Ivana Silva, Janaina Claudio, Jaqueline Boldo, Jaqueline Zanchin, Juliana Emmert, Juliana Reinheimer, Keli Krause, Leticia Soares, Lis Alves, Luciana Vaz, Lisandra Casa Nova, Lucila Vales, Margarete Cardoso, Márcia Carpeggiani, Marianne Stumpf, Marisol Santos, Monique Reveilleau, Maria Luiza Melo, Marceli Romeu, Micheli Pron da Silva, Mariazinha Penna (in memorian), Natacha Perazzolo, Patricia Rodrigues, Paula Cavalheiro, Renata Heinzelmann, Rejane de Castro, Rejane Holz, Roselena Mazzoco, Sandra Todesco, Sonia Messerschmidt, Simone Fontoura, Simone Haack, Tatiane de Souza, Tatiane Berté, Valeria Scangarelli.

Todas são “mulheres-surdas-professoras” que atuam no RS. Se esqueci algumas peço que considerem e seria oportuno me notificarem para incluir no rol. Existem também outras



“mulheres-surdas-professoras” gaúchas que atuam em outros Estados que não o RS.

## 6 MULHERES surdas e a revolução na educação de surdos

Intencionalmente, neste espaço, quis trazer uma pequena seleção onde consta o perfil de algumas “mulheres-surdas-professoras” gaúchas que são protagonistas em Pedagogia Surda, atuantes na educação de surdos e que têm seus nomes citados nas comunidades onde atuaram e ainda atuam.

Reafirmo que essas são apenas algumas delas. Pode haver ainda mais e melhores, no entanto o tempo e a distância e com as chuvas gaúchas, na nossa maior enchente gerando angústias e preocupações, caos com a internet, luz e as relações entre mim e minha tradutora, não me será possível fazê-lo por completo e nem visitá-las, a não ser por rápidas entrevistas. Torcendo que alguém, em algum tempo, faça um perfil mais completo.



### Carolina Hessel

Protagonista de uma história de dedicação à criação de material didático, tem doutorado em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde, atualmente, também é Professora. Sua pesquisa acadêmica tem versado em estudos sobre o currículo, a contação de história e a literatura surda. É gaúcha, de Porto Alegre, e tem na família uma geração de professores. Como “mulher-surda-professora” tem se dedicado ao ensino de surdos em algumas escolas de surdos da Capital e interior. Sua dedicação e preocupação com as crianças surdas fez com que publicasse vários contos vídeos no You tube em canal de sua autoria, sobre: contação de história para as crianças surdas cujo link intitula: “Mãos Aventureiras”.



### Claudia Maguns Fialho

Cláudia é surda, gaúcha e atualmente vice-diretora da Escola Estadual Lilia Mazon em Porto Alegre. Ela diz: “Fiz teste de trabalho como voluntária auxiliar com crianças surdas no Concórdia, pois tinha me formado no segundo grau e queria trabalhar. Optei por ensinar Libras, e notei a empatia grande que acontecia com as crianças surdas. Na época que iniciei não tinha informação para surdos trabalhar crianças surdas. Observei e descobri que estavam interagindo bem e aprendendo. Dai queria ser professora para crianças surdas. A supervisora me indicou fazer o curso de Pedagogia. Formei-me na Ulbra no ano e também no curso de Letras/Libras. Com o curso de pedagogia consegui trabalhar melhor com as crianças surdas, suas disciplinas. Daí criei uma metodologia própria de trabalho diferente da que os professores ouvintes usavam e sempre foi um show, pois as crianças estavam aprendendo maravilhosamente”



### Gladis Perlin

Mestre, Doutora e Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela foi uma das primeiras professoras surdas do RS, em uma escola de surdos. De sua experiência narra: “Me deram uma turma de quarta série. Já eram surdos entre 11 e 30 anos, constavam de 11 alunos e era uma das mais difíceis turmas, pois estavam sempre repetindo a série. Com meu esforço em traduzir todos os conteúdos para Libras e usar português como língua de aprendizagem, os surdos conseguiram passar todos para a quinta série. Trabalhei apenas 3 anos nessa escola e posso dizer que me senti bem em vista da aprendizagem de meus alunos. As exigências da escola com o português eram chatas demais. Depois fui trabalhar na pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, na com mestres e doutores surdos, tudo sinalizado e sem registros. Se foi bom para os mestres e doutores surdos, estes que o digam. Quanto a mim acredito no potencial do uso da Libras em Pedagogia Surda”. Gladis também publicou sobre a Pedagogia Surda, sendo uma referência nesta pesquisa.



### **Ivana Silva**

Nascida no interior de Pelotas, se formou em Pedagogia em 2003. Tem Mestrado pelo IFSul - Câmpus Visconde da Graça. Sobre a pergunta “Porque escolheu a Educação?”, enviou a seguinte resposta: “escolhi a Educação, porque acho-a importante; é uma profissão com prática social”. Ivana trabalhou em Escolas EJA/Surdos. Atualmente é Professora concursada, desde 2010 na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Sobre sua prática pedagógica com os surdos ela fala: “Percebi a diferença entre alunos surdos e ouvintes. O contato com surdo é importante e dá para perceber que desenvolvemos a subjetividade juntos. Sobre a metodologia bilíngue ela é importante, pois usa Libras como língua de ensino e o português como segunda língua. Libras é mais para a comunicação surdo-surdo, mas também surdo-ouvinte. É muito importante o uso da comunicação visual. A prática pedagógica precisa ser toda visual. Trabalhei essa pedagogia nos grupos EJA/Surdos, em salas emprestadas de escolas de Pelotas”.



### **Juliane Emmert**

Formada em Pedagogia na área da Educação. Nasceu na cidade gaúcha de Frederico Westphalen. Juliane teve indicação da comunidade escolar, por isso está aqui. Atualmente mora em Canoas, a distância de 18 km da capital. Antes não era formada, mas tinha experiência como professora surda. Ela diz: “Observava e queria ser professora para crianças surdas. Me senti em interação como profissional com as crianças surdas. Na Pedagogia Surda, o mais importante é a enfatização de nosso ser surdos, ou seja, a experiência transmitida ao surdo no ensino. Isso desperta em nós a empatia referente ao futuro dos surdos. Notei que as crianças ficaram admiradas de que os surdos podem ser professores surdos, pois na escola a maioria é professor ouvinte. Percebi que as crianças surdas adoram aprender em Libras. Já tenho 20 anos de trabalho e acho a minha experiência maravilhosa”.



### **Marianne Stumpf**

Doutora em informática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui dois pós-doutorados: um deles pela Universidade Católica Portuguesa, em Portugal, e outro pela Universidade de Hamburg, na Alemanha. Nascida no Chile, mas radicalizada gaúcha, Stumpf sempre batalhou pela educação de surdos. Juntamente com Dra. Gisele Rangel ela publicou um dos primeiros artigos sobre a Pedagogia Surda. Atuou como professora em várias escolas de surdos do RS. Pesquisadora sobre a Escrita da Libras - SignWriting, com aplicação às escolas de surdos onde comprovou que a Educação Bilíngue é essencial para as crianças surdas. Atualmente, é professora do ensino superior na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sendo que atua na graduação e pós-graduação como orientadora de mestrandos e doutorandos surdos.



### **Monique Reveilleau**

A professora é surda gaúcha, formada em Pedagogia e tem Mestrado (2022) em Letras, concluído na Universidade de Passo Fundo. Atualmente faz uma segunda graduação em Letras/Libras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Foi indicada pela comunidade da região de Passo Fundo, pois é uma das mais ativas e trabalha há 14 anos com classes de surdo no município. Com sua família, lutou todo esse tempo para a construção de uma escola bilíngue, pois considera como direito à educação de surdos na região. Indagada sobre os passos da pedagogia surda, Reveilleau propõe como mais importante: o uso da Libras para os conteúdos do Currículo, a interação pessoal com o aluno sobre os conteúdos, o material visual e a presença constante e solidária junto ao aluno surdo que vem à escola muitas vezes sem receber na família sua cota de educação, o que ultrapassa as disciplinas curriculares.



## **Paula Cavalheiro**

Natural de Tupanciretã, cidade da região do planalto do RS, distante 389 km da capital gaúcha, Paula é Mestre pela Universidade Federal do Pampa. Foi indicada pela comunidade escolar onde atuou; Paula é surda e seu pai e uma tia são irmãos surdos. Estudou em curso de Magistério (metodologia didática) e se formou no ano de 2008. Paula narra: “Ansiava trabalhar como professora de surdos, e fui chamada na Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Coser, a escola de surdos de Santa Maria que possui Educação Bilíngue. Trabalhei nessa escola por 7 anos nas séries iniciais, no EJA/Surdos e no ensino médio. De minha parte, amo trabalhar com crianças surdas. Neste trabalho, me identifico em minha identidade, o contato surdo-surdo e o trabalho com o outro igual. O ensinar, o tecer o perfil da Pedagogia Surda com o jeito surdo de aprender com o uso da Língua de Sinais. Trabalhei também na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM de 2016 a 2018. Mais tarde, fiz concurso para a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, na cidade de Dom Pedrito como professora de Libras”.

## **Conclusão**

Ao usar as afirmativas constantes neste texto, percebo que discutir e problematizar as questões que acompanham as “mulheres-surdas-professoras” no seu dia a dia se torna necessário. Afinal não somos mulheres deficientes como nos rotulam. Somos mulheres surdas, profissionais.

Dói muito perceber que as famílias encaminham meninas surdas para o implante, ou as relegam como objeto de vergonha, como incapazes e não lhes comunicam sobre inúmeras informações essenciais e necessárias para a vida, não as encaminham para a vida profissional e acadêmica. Recentemente tivemos o noticiário sobre a mulher surda Sonia, esse é um dos casos dramáticos de trato com as mulheres surdas.

Percebo que todas as “mulheres-surdas-professoras” que citei em destaque possuem diferentes práticas pedagógicas, todas elas voltadas para a identidade surda. Elas revolucionaram o currículo e também são e foram criadoras da Pedagogia Surda.

É importante ter consciência e respeitar o valor de ser “mulher-surda-professora”. Nós, mulheres surdas, não podemos nos deixar levar pelo deficiente, anormal, incapaz. Temos que romper com os rótulos que nos deram. Temos que vencer ao que nos leva a nos sentir inferiores. Precisamos, sim, assumir nossos espaços, sermos consumidoras da cultura surda, usar a Libras com nossos alunos surdos, nos referindo como surdas, como sendo o que somos, como identidade e como cultura, do mesmo modo que outros grupos: negros, indígenas, ciganos, judeus, feministas e LGBT, comunidades de estrangeiros (japoneses, italianos, cubanos, etc). Isso nos transforma, nos valoriza.

Nossas “mulheres-surdas-professoras” que conseguiram direito de escolha e estudar na graduação e na pós-graduação são mulheres surdas e marcam época no contemporâneo do mesmo modo que as mulheres ouvintes. Elas entendem que não é para serem donas de casa, cuidar dos filhos, ter salário inferior, ser subalterna dos homens, viver na violência linguística, ser passada para trás na família, deixar o audismo como está.

Como Judith Butler, concluo finalmente que nós, “mulheres-surdas-professoras”, importamos em Educação Bilíngue de Surdos. E possivelmente detemos conosco os passos da Pedagogia Surda, necessários para a aprendizagem dos alunos surdos na construção da identidade e da subjetividade. De nossa parte, parece que “mulheres-surdas-professoras” falam como aquela pensadora negra: Sojourner Truth: “Não estou indo embora. Vou ficar aqui

e resistir ao fogo”. O que nos anima é que essas experiências de resistência das “mulheres-surdas-professoras”, na construção da Pedagogia Surda, são resistências em construções pedagógicas que continuam permanentes, sem depender de outras pedagogias.

## Referências

- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzien - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUTLER, J. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HALL, Stuart. A questão multicultural. In: Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LENNARD J. Davis. The politics of deafness, Washington, DC: Gallaudet University Press, 1996.
- LIMA, M. Política Educacional e Política Linguística na Educação dos e para os surdos. Tese de Doutorado UFU, Uberlândia, 2018.
- PERLIN, G.; REIS, F. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (Orgs.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- SKLIAR, C. Una mirada critica sobre la educacion bilingue para sordos. Politica de las identidades sordas e multiculturalismo. I Congreso Ibero-Americano, Lisboa, Portugal, julho de 1998.
- SILVA, F. Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias. Rio Grande: FURG, 2012. 147f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- SILVA, Tomaz. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



## O PROTAGONISMO CONTEMPORÂNEO DA MULHER SURDA E A LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA E DE GÊNERO

*The contemporary role of deaf women and the resistance to all forms of linguistic and gender violence*



**Gladis Perlin<sup>1</sup>**



**Ana Paula Jung<sup>2</sup>**



<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis, SC, Brasil; gladisperlin@gmail.com.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Palhoça, SC, Brasil; jung.ana@gmail.com.

## RESUMO

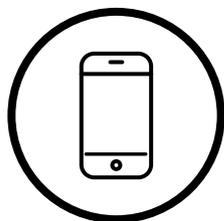
Impostas à existência como mulheres surdas serem narradas sob a ótica da deficiência, historicamente esse grupo foi e é subjeitado a diversos tipos de violência. Na atualidade mulheres surdas têm conquistado lugar de destaque na sociedade. Mas uma parte representativa destas mulheres ainda sofre por ser apartada e destituída da plena participação social. O objetivo deste texto é tensionar a reflexão sobre como as mulheres surdas na atualidade enfrentam as barreiras que a sociedade impõe. Para tanto, apresentamos relatos narrados durante o II CONALI (Congresso Nacional de Libras), ocorrido em abril de 2023, em Brasília (DF). As questões que emergiram nos diálogos realizados no Grupo de Trabalho que debateu sobre as questões de direito deste grupo trazem indicativos de como as mulheres surdas enfrentam inúmeras barreiras sociais, muitas delas impostas pela ótica da deficiência, imputando-lhes o lugar de incapazes e constituindo-as em vítimas de múltiplas violências.

**Palavras-chave:** Mulheres surdas; Violência de gênero; Violência linguística; CONALI.

## ABSTRACT

Imposed into existence as deaf women narrated from the perspective of disability, historically this group has been and is subjected to various types of violence. Today, deaf women have gained a prominent place in society. But a representative proportion of these women still suffer from being ostracized and deprived of full social participation. The aim of this text is to encourage reflection on how deaf women today face the barriers that society imposes. To this end, we present stories told during the II CONALI (National Congress of Libras), which took place in April 2023, in Brasília (DF). The issues that emerged in the dialogues held in the Working Group that debated this group's rights issues are indicative of how deaf women face countless social barriers, many of them imposed from the perspective of disability, making them incapable and constituting them victims of multiple forms of violence.

**Keywords:** Deaf women; Gender violence; Linguistic violence; CONALI.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/PXNOzKR2f1k>



## Introdução

Surgem, em nosso tempo, múltiplas contribuições que visam refletir sobre as práticas sociais patriarcais, assim como vêm se fortalecendo as questões étnico-raciais e as lutas de diversos grupos minoritários, na perspectiva da defesa de direitos fundamentais e do fortalecimento do protagonismo destes grupos. Esses movimentos vêm gerando mudanças significativas nas práticas sociais, desacomodando relações e quebrando costumes historicamente engessados. Sobre o que consideramos como a representação das mulheres nas discussões das políticas públicas, temos um quesito direcionador que vem se consolidando cada vez mais: as contribuições das reflexões acadêmicas vindas de diferentes instituições e grupos de pesquisa, bem como as contribuições trazidas pelos grupos étnicos e representativos de minorias, que têm o poder de falar por si próprios. Como resultado da mobilização destes grupos, por exemplo, podemos citar o impacto positivo causado na sociedade brasileira a partir da criação do Ministério das Mulheres no Governo Federal. Neste sentido, nota-se que as mudanças são crescentes e que algumas delas, não tão recentes, já se encontram consolidadas, principalmente pelos anos de luta e da atuação numa perspectiva da militância pelas causas feministas.



As mulheres surdas<sup>3</sup> vivem mergulhadas durante séculos em assombrosas trevas, constituídas a partir das narrativas histórica e socialmente constituídas que tentaram mantê-las no lugar da deficiência, desconsiderando por completo seu lugar de fala, que se constitui, em grande parte, a partir da diferença linguística e cultural do povo surdo. Mesmo que as mulheres surdas conquistem posições idênticas às das mulheres ouvintes nas mais diversas áreas da vida, quando nos referimos a âmbitos legais e institucionais este grupo ainda está distante de usufruir de plenas possibilidades de participação na vida social.

O aprofundamento acerca das concepções sociais, culturais, étnicas, políticas e antropológicas sobre as mulheres, em geral, pouco impacto tem gerado para as mulheres surdas, sem que sejam trazidas maiores contribuições a partir de elementos mais significativos sobre temas e tópicos relevantes nestes campos de discussão. Percebe-se que as mudanças já conquistadas são, de fato, mais visíveis no cotidiano das mulheres ouvintes (mesmo que apresentem alto potencial para alavancar e impulsionar a discussão também entre as mulheres surdas). Cabe frisar que as mudanças alcançadas pelos movimentos feministas chegam tardiamente às mulheres surdas.

Tomando como foco de análise a experiência vivenciada por um grupo de mulheres surdas ao longo das discussões realizadas por um grupo de trabalho (GT) que debateu as questões de direito destas mulheres, pretende-se olhar para os vários depoimentos que emergiram no II CONALI<sup>4</sup>. Os relatos que vieram de muitas dessas mulheres surdas colocaram em evidência as mais diversas e cruéis formas de agressões sofridas por essas mulheres. Naquele território de escuta proporcionado pelo GT, essas mulheres compartilharam sobre suas infelicidades pessoais, bem como sobre a manutenção de sua própria dignidade, o que no dia a dia costuma ficar em segundo plano ou é algo até mesmo inexistente<sup>5</sup>. A temática da mulher surda, na atualidade, se configura como território de representações que não pode ser delimitado de maneira simplista ou, pior que isso, compreendido a partir de “modelos sobre a surdez” nos quais as mulheres surdas já não mais se localizam ou se narram.

Durante a realização das discussões promovidas no âmbito do GT, as questões que emergiram durante as rodadas de diálogo mostram a face de mulheres surdas em suas situações individuais de abandono, a partir de percepções constituídas pela sociedade que são pautadas pela ótica da deficiência, da incapacidade. Neste sentido, essas mulheres surdas expressam fatos do vivido, percebendo que também são constituídas socialmente enquanto mulheres que foram e são vítimas de múltiplas violências, sejam elas de ordem sexual, linguística, psicológica e muitas outras.

---

<sup>3</sup> Optamos por utilizar e destacar a percepção das mulheres surdas repetidamente no decorrer deste texto, considerando que o lugar de fala da autora principal é de quem está inserida entre essas mulheres, pois também é uma mulher surda. A segunda autora, por sua vez, uma mulher ouvinte pertencente à comunidade surda e que contribui com este texto a partir de sua participação como Tradutora Intérprete de Libras-português nas atividades do GT que discutiu as questões de direitos das Mulheres Surdas no II CONALI e, a partir deste lugar, entende a relevância de colocar-se em posição de apoio para que as falas e as lutas das mulheres surdas ocupem o merecido lugar de protagonismo das ideias aqui expressas.

<sup>4</sup> A Conferência Nacional de Libras é um evento realizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), sendo que sua 2ª edição ocorreu na UnB, em Brasília (DF), durante o mês de abril de 2023. Outras informações sobre o evento podem ser acessadas em <https://conali.feneis.org.br>.

<sup>5</sup> É necessário ressaltar neste ponto que tais relatos evocaram sentimentos muito profundos em todas as mulheres presentes nos encontros do GT: como poderíamos deixar no esquecimento as cenas de que durante os depoimentos houve choro, lágrimas de emoção e um abraço coletivo ao final do último encontro?



## 1 O II CONALI e as mulheres surdas

Organizado e promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), o II CONALI realizou-se no Distrito Federal entre os dias 18 e 21 de abril de 2023, na Universidade de Brasília (UnB), tendo como coordenadora geral a Dra. Flaviane Reis, professora surda e Diretora do Departamento de Políticas Educacionais e Linguísticas da Feneis.

As diferentes programações do II CONALI se desenvolveram em um ritmo intenso ao longo dos quatro dias de trabalho, a partir de diferentes perspectivas e a partir de uma série de paradigmas acadêmicos, artísticos, linguísticos e culturais. Em meio a outras atividades, aconteceram as sessões de debate em oito grupos de trabalho temáticos (entre os quais figurava o grupo das mulheres) e que tiveram espaço de debate em tempos determinados. Foram formados os grupos de acordo com o interesse de cada participante. No GT que debateu as questões das mulheres surdas constatamos a presença de 35 mulheres e, em alguns momentos, também houve a participação de homens surdos nos motivando e apoiando.

Conhecida por sua profunda inserção nas comunidades surdas, lugar de onde traz sua reconhecida capacidade de compreensão das necessidades do povo surdo, a Dra. Marianne Stumpf, mulher surda, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi escolhida para coordenar os trabalhos dos diversos GTs que debateram sobre a temática de direitos das pessoas surdas em diferentes contextos. Esta escolha se deu em reconhecimento por sua carreira intelectual e seu rico e complexo engajamento nas problemáticas vivenciadas pelas pessoas surdas cotidianamente. Nesta parte importante do evento o principal objetivo foi o de elencar quais são os limites impostos pela sociedade para a plena participação das pessoas surdas nos mais variados segmentos da vida humana. A partir disso, foram organizadas uma série de temáticas<sup>6</sup> que deveriam ser traduzidas a partir da concepção de direitos humanos das pessoas surdas e cuja não garantia impacta negativamente em suas vidas, assim como observamos que ocorre em relação à negação de direitos étnico-sociais das mulheres surdas. A presença da Dra. Marianne Stumpf à frente da coordenação dos GTs foi fundamental, pois ela lutou pela inclusão nos debates da temática da mulher surda, pois sabia que tal temática apresenta urgência em ser tratada. A coordenação dos trabalhos neste GT ficou a cargo da Dra. Francielle Cantarelli Martins, mulher surda, professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Dra. Gladis Perlin, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autora do presente artigo. Na realização das discussões do GT registra-se a colaboração de duas Tradutoras Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) ouvintes, participantes do evento, que atuaram na mediação comunicativa sempre que necessário, auxiliando no registro dos relatos, gravando em áudio os depoimentos expressos em Libras pelas mulheres surdas e transcrevendo para a língua portuguesa escrita, através do uso de recursos digitais.

Dividido em dois momentos, em dias distintos, o GT trabalhou, em cada encontro, por

---

<sup>6</sup> As temáticas que foram organizadas para debate em cada grupo de trabalho (GT) foram: GT 1: Educação Bilíngue de Surdos; GT 2: Tradutor e Intérprete (Libras/LP); GT 3: Tecnologia e Acessibilidade; GT 4: Esporte e Lazer; GT 5: Direitos Humanos dos Surdos; GT 6: Mulheres Surdas; GT 7: 7 Negros Surdos; e GT 8: Saúde da Pessoa Surda.

mais ou menos duas horas de interação, com o objetivo de respondermos à pergunta “O que as mulheres surdas precisam frente às instituições da sociedade em geral?”. Para tentar responder a esta pergunta, o grupo foi dialogando e refletindo sobre a existência das mulheres surdas nas relações sociais, na família, nas questões de segurança, de saúde, de educação, nas instituições públicas, considerando ainda as diferentes fases da vida destas mulheres, desde o nascimento, passando pela infância e adolescência das meninas e jovens surdas, chegando à fase das mulheres adultas surdas e das mulheres surdas na terceira idade. Uma vez elencadas as temáticas condizentes, mencionadas acima, e buscando responder à questão central, o GT foi conduzido de modo a possibilitar o compartilhamento das experiências, das angústias e dos problemas vivenciados por essas mulheres.

É deste contexto que esse texto emerge, buscando registrar algumas das falas mais impactantes das mulheres surdas presentes no II CONALI, complementadas e apoiadas em bases conceituais advindas da produção acadêmico-científica correlata ao campo de estudos. Os relatos e questões levantadas produziram mais de uma dezena de páginas escritas, expressando as mais diversas necessidades das mulheres surdas. O GT se configurou em um espaço onde foi possível refletir e livremente se manifestar a partir das questões que afligem as mulheres surdas, numa tentativa de reverter esses problemas ainda tão presentes no dia a dia dessas mulheres. Os relatos coletados auxiliaram a coordenação do GT a construir uma parte importante do documento final do CONALI II<sup>7</sup>.

## **2 Identidades marcadas: ser mulher surda**

Vivemos, na atualidade, um momento oportuno para fortalecer a luta das mulheres surdas pela efetivação de direitos considerados basilares para sua plena participação no mundo. Assim, as mulheres surdas se mobilizam e, de maneira enfática, fazem algumas exigências radicais por políticas linguísticas, econômicas e sociais. Esse posicionamento vem promovendo uma mudança importante em uma prática que persiste e as acompanha há muito tempo: a questão de mulheres ouvintes tomarem o lugar de fala e falarem pelas mulheres surdas. Paulatinamente, essa prática, vinculada principalmente a uma perspectiva assistencialista da sociedade, vem sendo quebrada, possibilitando que as expressões dessa minoria sejam legitimadas.

Para Silva (2000), a questão da identidade e da diferença do outro é sempre um problema. Nesse sentido, por muito tempo as mulheres surdas ficaram à mercê de estruturas de poder e opressão, dada a condição de subalternas concernente à diferença linguística e cultural imposta a esse grupo, que o estereotipava como menos válido socialmente<sup>8</sup>. Nessa lógica, por muito tempo as pessoas surdas viveram dentro de uma perspectiva de existência que lhes imputou diversos impactos negativos, especialmente vinculados a um processo de in(ex)clusão, o qual a sociedade recorrentemente lhes impôs: o de ocupar o lugar de deficientes.

<sup>7</sup> Manifesto dos cidadãos surdos: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilingue ao longo da vida. Relatório final desenvolvido pela Conferência Nacional da Libras (Conali 2023). [ livro eletrônico / texto final coletivo: vários autores et. al. ]. 1a edição. Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2024. ISBN: 978-65-982464-0-2

<sup>8</sup> Como mulher surda, eu, Gladis Perlin, compactuo com relatos trazidos por outras mulheres surdas durante os encontros do GT, nos quais muitas foram as situações narradas nas quais as mulheres ouvintes retratam a nós surdas como mulheres difíceis de entender, nervosas, agressivas, mulheres que não compreendem, que é melhor deixar longe, que são dignas de pena, de atendimentos sociais reparatórios ou de reabilitação auditiva.



Para Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 131), a in/exclusão se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades (e/ou capacidades limitadas) de entendimento, de participação social, educacional e laboral.

Socialmente essa inclusão, imposta sem nenhuma consideração pela condição de diferença cultural e linguística dos surdos, remete à necessária correção ou normalização determinadas por padrões audistas<sup>9</sup>. As pessoas surdas recorrentemente se depararam com as narrativas que a humanidade estabeleceu como normas de sua própria existência. Conforme afirma Lara (2021), essa normativa, quesito das identidades surdas, “não se trata de uma relação direta ouvinte-audismo, mas sim de práticas culturais pautadas em uma norma auditiva.” (Lara, 2021, pág. 10).

No decorrer dos diálogos realizados no âmbito do GT, foi possível observar que a crítica que emergiu dos relatos das mulheres surdas, em relação ao lugar de fala, se pauta em muitas experiências nas quais mulheres ouvintes substituem esse lugar e lhes “roubam a voz”, excluindo e inferiorizando sua existência, usurpando seu lugar nos mais diversos espaços sociais e colocando as mulheres surdas em posição de subalternidade. Com o objetivo de problematizar essa questão, voltamos a indagar se as mulheres surdas serão sempre estereotipadas à condição de deficientes<sup>10</sup>, uma vez que elas próprias não se identificam nesse lugar, preferindo localizar o debate a partir da diferença linguística, da cultura, de seu jeito peculiar de ser e de estar no mundo.

Esses estereótipos sobre as mulheres surdas existem há muito tempo. E não devem ser considerados normais ou corriqueiros, pois na verdade tais estereótipos representam, de acordo com Stam e Shohat (1995), formas opressivas, que permitem um controle social eficaz sobre a mulher surda e que determinam, exatamente, uma devastação psíquica sistemática e violenta. Corroborando com esta reflexão, Gabilondo (2001) afirma que [...] a diferença não se reduz à diferença de alguém consigo mesmo nem simplesmente à de alguém com outro, mas que é a experiência viva de uma irrupção – da palavra e do olhar – que é a que torna possível essas outras formas da alteridade (Gabilondo, 2001 p. 193).

Neste sentido, relembramos aqui o brado de liberdade dado por uma mulher surda, quando afirmou que “do momento de meu encontro com o outro surdo era o igual que eu queria, era a comunicação que eu queria e que fazia de mim ser o outro-igual” (Perlin, 1999). De posse de sua liberdade, como surda, essa mulher se sentiu livre ao compreender que tinha uma língua, que não podia ser proibida de usá-la, que podia acessar o conhecimento através dessa língua de sinais e ser feliz sem a impositiva couraça do português. Então, é sobre esse sentimento de liberdade de ser e se autoafirmar uma mulher surda, considerando e valorizando sua identidade surda, que as trocas do GT se firmaram.

---

<sup>9</sup> Parafraseando Lara (2021), o audismo refere-se à hegemonia cultural do ouvir e falar como termo de normalização. Isso nos recorta como subalternos por nossa língua e experiência visual, pelo fato de sermos surdos e de não nos enquadrarmos na norma hegemônica ouvinte.

<sup>10</sup> Mesmo com o passar dos anos, eu, Gladis Perlin, não desisto dessa pergunta. Eu a inseri socialmente no dia em que minha orientadora de mestrado decretava: os surdos estão inseridos entre os deficientes. Retruquei contestando-a, assumindo uma condição de revoltosa: “Então serei sempre chamada de deficiente? Eu sou surda!” Como as aulas seguiam nessa linha, tomei a decisão de findar meus estudos com essa professora. Procurei outras possibilidades e com isso mudei de orientador: queria poder contar com outros pontos de vista, que me mostrassem outras perspectivas e o professor Carlos Skliar estava lá. O professor Skliar tem fundamental importância na virada epistemológica da educação de surdos nos anos 1990 e sua obra, até os dias atuais, são referências para as discussões e os debates em torno da temática.

### **3 As questões intrigantes da deficiência e da subalternidade imposta pela não compreensão da diferença**

A diferença é uma questão complexa, ainda nos dias de hoje. Muitos autores vêm se debruçando a tratar desta temática. Dentre eles, destacamos o renomado pesquisador argentino, o Prof. Dr. Carlos Skliar, que passou um tempo valioso como professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos anos 1990 e 2000 se dedicando aos Estudos Surdos na perspectiva da diferença. Skliar recorrentemente fala sobre a educação proporcionar “mesmidades”, alertando que dessa forma dificilmente a diferença encontra lugar, sendo a ela relegado o papel de deficiência. A partir dessa perspectiva, ao fazer o percurso inverso, a língua de sinais se apresenta como possibilidade de saída da mulher surda dos espaços onde são colocadas no lugar da deficiência, o que conseqüentemente possibilitaria seu fortalecimento contra as mais diversas formas de violência e de marginalização a que são submetidas.

Donna Haraway (1995), ao falar sobre um possível conhecimento constituído em projeto ético, identifica saberes que aqui poderíamos dizer também feministas, os quais denomina de “saberes localizados” e “corporificados”. Temos, neste sentido, como certo que mulheres surdas constroem seus saberes e conhecimentos através da língua de sinais, o que, conforme Haraway, tem relação com saberes localizados, que

[...] poderão contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica, reflexiva, cética, irônica, plural, parcial de ciência; poderão propiciar o desenvolvimento de um entendimento mais rico da objetividade, que inclua um “distanciamento apaixonado”, a contestação, a responsabilidade e a solidariedade, em função do extraordinário leque de contextos em que a ciência pode ser produzida (Haraway, 1995, p. 16).

A partir do pensamento de Haraway, identificamos a ideia da existência de saberes localizados porque as mulheres surdas têm em sua constituição muitos saberes que encontram no corpo sua manifestação. Mesmo que não queiram, mesmo que ainda nos dias de hoje existam pessoas que tentam ridicularizar e até riem destes saberes, a existência das mulheres surdas também faz parte da humanidade. As mulheres surdas tem saberes próprios, diferentes, que merecem a devida aceitação e que se impõem contra qualquer ação que vise encaixar essas mulheres nos moldes de uma suposta normalidade e perfeição. Os saberes das mulheres surdas são incômodos porque revelam a aparente desordem existente.

### **4 O protagonismo das mulheres surdas: do que estamos falando**

Ser mulher surda protagonista seria tomar a iniciativa de denunciar os sofrimentos presentes na sociedade e que se mostram extremamente desfavoráveis aos seus iguais. Assim, ser protagonista neste contexto seria posicionar-se enquanto mulher que toma a iniciativa de se manifestar e de agir. E mulheres protagonistas sabem que agir juntas é o que nos torna mais fortes. Reconhecemos o que nos coloca desconfortáveis e incomodadas através da troca por meio dos relatos de experiências vividas, sentidas e pensadas. Também somos mulheres que se envolvem nos entrelugares e participamos das conversações por nossas causas, sem, contudo, desrespeitar as causas distintas das nossas.



Recentemente conquistamos a necessária saída do campo da deficiência e da incapacidade no cenário nacional. O documento oficial que deu início ao processo de emancipação da diferença surda do campo da deficiência foi a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), que reconheceu a Língua de Sinais Brasileira - Libras - como a língua de comunicação e expressão dessa comunidade no Brasil, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005). Estas publicações legais são um marco de nossas lutas e abriram espaço para a ampliação do debate, trazendo na esteira desses documentos outras leis, decretos, portarias e regulamentações, abordando, por exemplo, a obrigatoriedade da presença de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) para o atendimento às demandas comunicacionais das pessoas surdas e a inserção da educação bilíngue de surdos como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esta última publicada mais recentemente (Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021). Mesmo assim, com avanços e conquistas, é sabido que ainda não foi possível atingir todos os campos sociais nos quais precisamos de atenção.

A violência contra as mulheres surdas, em grande medida, tem por base as desigualdades de paridade com as mulheres ouvintes, seja nas questões linguísticas como nas trabalhistas, onde as mulheres ouvintes se sobressaem. E, para além disso, também enfrentamos o machismo e a misoginia, da mesma forma como as demais mulheres. Os problemas se sucedem. Há mulheres profissionais entre as mulheres surdas sendo atingidas de diferentes formas dentro e fora do seu campo de trabalho, no qual têm que provar diariamente a sua competência, levando muitas delas ao adoecimento físico e mental, ocasionando traumas profundos, por vezes irreparáveis.

Evidencia-se que as mulheres surdas desejam despertar, superando o fato de que suas vidas se desenvolvem em meio as dificuldades e aos múltiplos sofrimentos que são vivenciados enquanto mulheres e enquanto surdas. Nesse ponto, é possível perceber que estas mulheres têm, em comum, diferentes sentimentos de abandono. E a luta em torno desse abandono é também comum, o que as leva a se mobilizar, mais recentemente, nas lutas nas quais estão engajadas.

Atualmente, ainda é pequeno o número de mulheres surdas que está atuando nalgumas universidades do país como docentes e pesquisadoras. Há também algumas estudantes surdas de graduação e pós-graduação espalhadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, apesar da presença feminina surda na ciência, ainda se entende que as mulheres surdas pouco avançam na carreira e, até mesmo, na consciência de problemas que nos atingem pelo fato de sermos mulheres.

Ainda hoje, nos espaços da exclusão e da deficiência, é recorrente que as mulheres surdas se encontrem desassistidas. Pode-se afirmar, infelizmente, que muitas dessas mulheres estejam relegadas à exacerbada proteção da família. A sociedade tende à ideia de que atender a uma mulher surda é ainda querer agarrar com as mãos a névoa ou a luz que não é palpável. Essas reflexões são fundamentais para que, a partir da próxima sessão, possamos apresentar algumas das narrativas expressas durante a realização dos diálogos do GT, anteriormente mencionado, que tratou das questões das mulheres surdas.

## 5 Os relatos das mulheres surdas participantes do grupo de trabalho específico do II CONALI

A partir desse ponto, pretendemos apresentar algumas das problemáticas relatadas pelas mulheres surdas durante os encontros do GT. Esses excertos trazem, muitas vezes, a simplicidade e a emoção dos relatos, tais quais foram colhidos. E precisamos confessar que em muitos momentos, neste processo de diálogo durante o II CONALI e de escrita desse texto, realizada posteriormente ao evento, nossos olhos estiveram mareados pelas lágrimas, pois os depoimentos mesclaram dores vividas e sofrimentos enfrentados por essas mulheres surdas que, corajosamente, compartilharam no GT essas lembranças tão duras. Cabe, ainda, destacar, que optamos por caminhar dessa maneira neste registro em respeito a cada relato e a cada participante, que apesar da dor também demonstrou alívio por liberar o brado abafado em seu peito com essa oportunidade de deixar rolar rosto abaixo<sup>11</sup> algumas das muitas lágrimas silenciadas por tantos anos.

Dentre os temas que surgiram, nos chamou muito a atenção os relatos que traziam à tona falhas grotescas em relação a serviços de saúde e proteção da saúde de meninas e mulheres surdas. Optamos por não nomear, nem mesmo identificar as falantes por letras ou nomes fictícios, pois entendemos que são expressões que, apesar de narradas por umas, foram e ainda são vividas por muitas dessas mulheres.

*"Durante o parto eu não tive o direito de saber o que estava se passando comigo e nem com meu filho, o hospital não deixou o intérprete entrar."*

*"Eu quero saber sobre minha saúde, mas não tem intérprete. Quem me acompanha é minha mãe e às vezes minha irmã. Quem sabe sobre minha saúde são elas."*

*"Minha amiga estava com uma forte dor de cabeça. Foi sozinha ao hospital e não tinha intérprete. Esperou a mãe chegar para ir juntas ao médico. Quando a mãe chegou já era tarde. O tumor estava em metástase. E dias depois acabou morrendo."*

O mais aviltante é perceber que às mulheres surdas não é dado conhecer sobre a própria saúde. Mesmo com o avanço da sociedade, com a conquista de direitos pelas mulheres, ainda assim as surdas parecem continuar vivendo em séculos passados, quando as mulheres não tinham o direito de serem informadas sobre sua saúde e nem mesmo podiam opinar ou manifestar suas vontades e dúvidas.

---

<sup>11</sup> Como descrever aqui aquele choro dolorido no rosto de uma das mulheres surdas que relatou os 8 anos sofridos sob o abuso de um esturador e sua família chamando-a de mentirosa. O fato foi constatado pela família quando a menina com 12 anos já estava grávida. Depois, diante da ameaça de perder o filho, lutou sozinha para tê-lo consigo

Fica quase impossível que não pensemos que a identidade de mulher surda seja uma questão complicada para a sociedade. Nos espaços da segurança social também observamos a existência de uma forma grave de opressão que se dá por uma outra identidade que vem sendo impressa às mulheres surdas, que não condiz com a realidade. Parafraseando a expressão utilizada por Judith Butler (2003), sentimo-nos como corpos que não importam. A temática vem à tona quando através dos relatos de problemas que as mulheres surdas vivenciam especialmente frente aos campos da justiça e da segurança. Como propõe Butler, notamos que o corpo da mulher surda passa a ser tratado como sem importância. Ou, pior: um corpo que necessita de normalização, ato que remete à invisibilidade, ao desconhecimento, dando até a impressão de que os corpos das mulheres surdas não são da competência da justiça ou da segurança. Apresenta-se, neste ponto, novamente o controle que busca encaixar as mulheres surdas no padrão normalizador ouvinte que a sociedade elege como o certo e o desejável. Será que isto se insere como uma espécie de desconhecimento? Essa depreciação, essa degeneração da identidade original da mulher surda requerem atenção da parte dos órgãos de segurança e justiça.

As mulheres surdas têm o direito de ser reconhecidas a partir da identidade cultural, constituída por meio do conjunto de práticas que as diferem das demais mulheres. No caso, necessitam da presença de TILS em ambientes onde as instituições não conseguem atendê-las diretamente em Libras. Essas mulheres se comunicam por meio da língua de sinais e por meio dela se fazem entender. E não é através de práticas que introduzem o audismo que essas mulheres surdas entendem e se comunicam com o mundo. As práticas audistas são outras. E no caso das mulheres surdas que desenvolvem habilidades leitoras, mesmo assim, a comunicação prioritariamente ocorre através de experiências visuais que as possibilitam interagir normalmente com o mundo. Em relação a essas questões, outros relatos podem ilustrar bem ao que estamos nos referindo.

*“Na Delegacia da Mulher faltam esclarecimentos. Somos recebidas como mulheres incapazes, explosivas, loucas, doentes mentais, mudinhas, coitadinhas.”*

*“Disseram-me que a delegacia da mulher tinha duas funcionárias conhecedoras de Libras. Durante a interpretação sinalizavam apenas algumas palavras. Ficou ininteligível. Pedi a presença de meu pai, que sabe interpretar para mim, mas impediram a presença dele.”*

Seriam as mulheres surdas “corpos incoerentes” ou estaria nos órgãos de justiça e segurança a falta de um entender desta diferença? As denúncias realizadas por essas mulheres nos mostram que é preciso fazer algo. Pode-se denunciar a ininteligibilidade do sistema a respeito das mulheres surdas.

Outro aspecto que muito nos tocou foi a temática da família, que deveria desde sempre proteger a criança surda, além de ser a primeira instituição social a se preocupar efetivamente

em proteger a mulher surda. Para Butler (2003, p.37) “[...] as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. Diríamos, nesse sentido, que as mulheres surdas se tornam mulheres quando as famílias as reconhecem como tal, em conformidade com padrões de diferença que as tornam inteligíveis. Infelizmente, vive-se em famílias que preferem manter a mulher surda na ignorância, negando-lhe conformidade com padrões culturais pré-estabelecidos. Ao nos referirmos a padrões culturais, destacamos os aspectos relacionados à competência da cultura surda, buscando efetivamente favorecer e permitir a compreensão da inteligibilidade da mulher surda. Vejamos os relatos que foram trazidos, quando a temática tinha adesão ao campo familiar.

*“Eu tinha quatro anos quando meus pais me deixaram com um vizinho, ele abusou de mim. Eu contava (sinalizava) para meus pais e eles me chamavam de menina esperta em manipular. Quando eu tinha doze anos eu falei: ‘vocês me ignoraram, eu chorei os abusos durante anos e agora estou grávida’.”*

*“Negam a língua de sinais para a criança surda? Não percebem que com isso as crianças ficam incomunicáveis e fáceis vítimas de pedófilos.”*

*“A mulher surda tem direito a criar seu próprio filho no caso de tê-lo. Foi colocado que muitas mães surdas perdem esse direito devido a que a família acha que não sabem criar e educar, bem como, às vezes, lhes é negado o direito de procriar.”*

*“Eu fui ao Banco com minha corretora. O diálogo aconteceu entre o rapaz do Banco e a corretora. Não se preocuparam em me falar sobre a transação. Mais tarde percebi um desfalque, fiquei sem entender o motivo.”*

Os atos, gestos, atuações das mulheres surdas podem produzir a inteligibilidade quando a sociedade não está preparada, quando não se abre a diferença surda. A performatividade<sup>12</sup> da identidade permite a inteligibilidade, o efeito de um núcleo ou conhecimento interno. Usuária da língua de sinais, a mulher surda não é uma incapaz de entender como está sendo

<sup>12</sup> O conceito de performatividade utilizado nesse artigo é consoante ao que propõe a autora Judith Butler, a partir do qual afirma que “não é um jogo livre nem uma auto-apresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade (Butler, 1993, p. 93). Nesse sentido, a performatividade pode ser compreendida como “os códigos de significação que subjazem [possibilitam e restringem] determinadas performances”, e com isso, desafia a percepção do senso comum de que nosso comportamento [...] é a simples expressão de nossos eus essenciais (Cameron & Kulick, 2003, p. 150).

tratada. Porém, necessita que a sociedade aceite sua diferença.

Na continuidade desse registro, a questão da prestação dos serviços de tradução e interpretação para a mediação comunicativa entre a Libras e a Língua Portuguesa também foi um tema de destaque nos relatos. Nesse aspecto, ressaltamos que os profissionais que atuam como TILS são fundamentais para a plena participação das mulheres surdas na sociedade, nas mais diversas esferas da vida social. Essa relevância foi evidenciada pelas participantes. No entanto, conforme apresentamos nos excertos a seguir, é possível depreender, a partir dos relatos, que a área ainda precisa de investimentos no sentido de que os profissionais atuem numa perspectiva ética e comprometida com as pessoas surdas, compreendendo a importância que têm na promoção da efetiva inclusão social desse grupo.

*“A necessária presença do intérprete profissional não é permitida em muitos lugares: nos hospitais durante consultas e parto, nas questões das interações judiciais.”*

*“Mulheres surdas valorizam a presença dos intérpretes como essenciais para sua emancipação, independência e liberdade de ação.”*

*“Mulheres surdas também denunciaram alguns intérpretes sem formação que se aproveitam delas e depois, em sua falta de ética, divulgam suas interpretações sem respeito à privacidade.”*

A proibição da presença de TILS no acompanhamento às mulheres surdas em hospitais (assim como nas situações de justiça e segurança) se constitui numa violência linguística gravíssima. Viola o direito de a mulher surda ter ciência sobre sua própria vida, sobre sua saúde ou seu caso.

Esse profissional, o TILS, é extremamente necessário nos contextos de atendimento às necessidades das mulheres surdas. Os cursos que oferecem formação para atuar como TILS têm sido cada vez mais procurados, sendo que no Brasil essa formação se dá por meio dos cursos de graduação em Letras, com habilitação em Libras (Bacharelado). Atualmente, diversas universidades oferecem esse curso, algo de grande valia para os surdos de modo geral. No contexto contemporâneo, a formação por meio desse curso superior tem conseguido garantir a empregabilidade de seus formados, que atuam como tradutores-intérpretes em instituições educacionais (desde a educação básica até o ensino superior), nos hospitais e demais ambientes de saúde, nas delegacias, em espaços jurídicos, no âmbito político, nos espaços culturais e em qualquer lugar onde a vida da pessoa surda assim o exigir.

O apelo que foi lançado nos relatos das mulheres surdas em relação aos TILS se deu no sentido da necessidade de uma formação de qualidade, sem esquecer de que especificamente a formação humana e ética é tão importante quanto a formação linguística e cultural deste profissional. Touraine (2009) nos apoia nesse sentido, quando aborda o respeito a cada sujeito de ser criador de seus direitos, ao afirmar

O sentido da vida humana somente brota da própria definição pelos seres humanos daquilo que é humano, daquilo que é respeito ao direito de cada indivíduo à liberdade em todos os domínios de sua vida pessoal e coletiva. A última palavra deve ser esta: cada qual tem o direito de ser sujeito criador de seus direitos. (Touraine, 2009 p. 240).

Em relação a esse ponto fundamental desse relato, ressaltamos que as mulheres surdas necessitam de intérpretes fluentes e preparados para o exercício ético e comprometido da profissão. Não querem, portanto, alguém que venha preparado para “*fazer tudo para e pelo surdo*”. As pessoas surdas não precisam de caridade, de pena ou de alguém que atue para substituir sua presença e seu lugar de fala. Repetimos aqui, em apoio às mulheres surdas, como dito na célebre frase incorporada pelo movimento surdo em diferentes momentos de luta pela efetivação de direitos, “Nada sobre nós, sem nós!”.

Outra questão que precisamos destacar neste registro diz respeito a necessidade de que as mulheres surdas tenham as condições adequadas para construir seus direitos nos ambientes acadêmicos. Somente a partir de oportunidade que atendam as necessidades e especificidades das mulheres surdas é que será possível, efetivamente, se engajar nos campos da ciência e da produção do conhecimento. Sobre esse ponto de diálogo, destacamos algumas das falas que as mulheres surdas trouxeram e nas quais são evidenciados vários aspectos que nos levam a depreender que, mesmo no âmbito universitário, ainda precisamos avançar na discussão relacionada de suas pautas, bem como nas questões vinculadas ao ingresso, à permanência e ao êxito desse grupo, seja na posição de alunas, seja na posição de professoras e de pesquisadoras. Um exemplo muito presente diz respeito à recorrente imposição do uso da Língua Portuguesa em detrimento ao uso da língua de sinais, que acaba sendo colocada em posição de demérito. Esses aspectos são evidenciados nas narrativas das mulheres surdas do GT, sendo que alguns desses relatos apresentamos na sequência.

*“As universidades precisam conhecer a realidade das mulheres surdas.”*

*“Precisamos da criação de coletivos para a discussão da educação de mulheres surdas e seus direitos políticos e sociais na educação básica e universidades.”*

*“As universidades devem apoiar a mulher surda sem exigências de que seus TCCs, Dissertações e Teses sejam escritas em português. A Libras é a língua das surdas e aceita em muitas Universidades Brasileiras em forma filmada ou em sua forma gráfica.”*

*“A mulher surda estudante necessita de verbas para a correção em caso de exigência de trabalhos com escrita em português.”*

*“Nunca recebemos orientação em Libras antes de ingressarmos como professoras surdas na universidade. Isso gera problemas graves na vida funcional das mulheres surdas.”*

Enquanto as alunas surdas relatam as muitas barreiras que vivenciam no curso de sua formação acadêmica, as professoras surdas, por sua vez, sentem que precisam lidar com inúmeras dificuldades quando ingressam na carreira docente. Narram que ainda estão diante de instituições que, apesar de tentarem de alguma forma acolhê-las, impõem o uso do português como primeira língua e isso causa um processo que discrimina as pessoas surdas e a Libras nos espaços escolares e acadêmicos, subalternizando e prejudicando as estudantes e as professoras surdas que estão nestes espaços. É importante reafirmar que as mulheres surdas são tão capazes nos campos das ciências quanto outras mulheres ou quanto os homens.

## **Considerações finais**

No que se refere à existência como mulheres surdas, o abandono progressivo da ideologia clínica dominante (que impõe a necessidade de normalização do corpo surdo), bem como a aproximação aos paradigmas socioculturais, não podem ser considerados, por si só, como suficientes. As mulheres surdas do tempo presente vivem um momento de autoconhecimento, de produzir-se enquanto mulheres surdas e de apresentar à sociedade nossa diferença e necessidades.

Daí emerge a importância de as mulheres surdas priorizarem o enfrentamento de diferentes tipos de violência: violência linguística, violência de paridade com as mulheres não surdas, violência doméstica e familiar, violência sexual, situações que resultam em crimes de feminicídio, violências virtuais, assim como na violência política e de gênero. Essas questões, que já são assumidas pelo Ministério da Mulher no contexto do Brasil, também a nós, sociedade como um todo, competem.

Se as questões das mulheres surdas não forem colocadas em evidência, pode haver uma leitura equivocada de estarem imersas em atos de “não ação”. As mulheres surdas também são sujeitas do processo. Assim, a luta das mulheres surdas deve ser construída em conjunto com a sociedade. Luta surda que constrói e que visa romper com as narrativas que não pertencem às pessoas surdas, especialmente aquelas que tentam manter esse grupo no lugar da deficiência. É urgente promover a mudança dessa concepção que a sociedade tem sobre as mulheres surdas e fazer valer o direito básico e fundamental a políticas diferenciadas, que são necessárias à plena participação social desse grupo.

Ser mulher surda é sempre um feito na diferença. Há identidade de mulher surda por trás do assumir a identidade cultural como mulher e como surda. É uma expressão de gênero, de cultura e de pertencimento. Essa identidade é performaticamente construída no gênero, no assumir da cultura e da diferença linguística, bem como em suas significações, oferecendo como resultado a constituição de sua identidade. Esse discurso de luta das mulheres surdas pertence a todo discurso de sua existência, estabelecendo e exigindo ações políticas diferenciadas, onde não existe a pessoa deficiente, mas sim, a cidadã, que como tal merece atenção e diálogo no contexto governamental.

A mulher surda deve ser estimulada e apoiada a ocupar seu lugar de fala. Seu empoderamento vem também do empoderamento de seu povo: o povo surdo. A grandeza das mulheres está nisso, em ser protagonistas da luta de seu povo, e neste protagonismo

denunciar os problemas experienciados pelas pessoas surdas, os epistemicídios<sup>13</sup> vivenciados, e a partir disso buscar soluções sustentáveis. Uma mulher que se sente segura a partir desses princípios se torna uma grandeza, uma potência que encanta, que anuncia novos tempos e que traz inspiração a todo o povo surdo.

As políticas de governo devem abranger a todas as mulheres e isso nos motiva. No entanto, é fato a existência de barreiras que impedem ou dificultam as mulheres surdas de ocupar lugar nesse contexto, em grande parte pelas limitações da sociedade e do próprio governo. É urgente propiciar e fortalecer espaços de diálogos que sejam acessíveis às mulheres surdas, apoiando esse movimento de luta no sentido de identificar quais são as políticas que ainda não foram efetivamente implantadas.

Concluindo nossa análise com base nos depoimentos de mulheres surdas aqui colocados, compreendemos que o debate em torno do tema central apresentado necessita ser ampliado, propiciando a participação de cada vez mais mulheres surdas nesta discussão. Mesmo que não existam leis que deem conta das necessidades específicas dessas mulheres, é preciso continuar lutando pela conscientização social sobre a mulher surda, que é um ser humano como qualquer outro e assim necessita de respeito e proteção. As mulheres surdas devem ser incentivadas a se engajar nos meios sociais, políticos e científicos, para que auxiliem nas necessárias mudanças nos modos de pensar e agir, em conjunto com a sociedade, buscando os meios mais eficazes para eliminar toda e qualquer forma de exclusão social. Para tanto, é preciso fortalecer atitudes de acolhimento e respeito, de modo acessível, por parte do governo e da sociedade brasileira.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm).
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)
- BUTLER, J. Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex". Nova York, Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMERON, D; KULICK, D. Language and Sexuality. Cambridge, CUP, 2003.
- GABILONDO, A. La vuelta del Otro. Diferencia, identidad, alteridad. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú. n 5, p. 07-41; 1995.
- LARA, A. P. Experiências de protagonismo surdo. Dissertação de mestrado, UNISINOS, 2021
- SANTOS, B. de S. A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SILVA, T. T. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000.
- SKLIAR, Cs. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- STAM, R.; SHOHAT, E. Estereótipo, realismo e representação racial. Imagens, 5, 70-84, 1995.
- TOURAINÉ. A. Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis, RJ: vozes, 2009.
- VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. In: Nas insurreições, atravessando textos, imagens, perspectivas. Verve - Revista do NU-SOL (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP) n. 20 (2011). Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>. Acesso em 10 fev. 2024.



## SER E ESTAR DA MULHER INDÍGENA SURDA

*Being a deaf indigenous woman***Shirley Vilhalva<sup>1</sup>****RESUMO**

Esse artigo tem como objetivo apresentar a escrita que nasce do cotidiano de uma mulher indígena surda, professora, pesquisadora e participante dos Movimentos Surdos Brasileiros, focalizando a potencialidade do Ser e Estar da mulher indígena surda na sociedade brasileira, bem como os direitos linguísticos e seu espaço cultural enquanto escritora e poetisa, seja em língua de sinais, línguas indígenas de sinais, ou em português. São analisados os direitos para formação cultural da identidade de famílias bilíngues de indígenas e não indígenas surdos. A metodologia deste artigo é “Escrevivência” que, segundo Evaristo (2007), é uma produção narrativa que valoriza as experiências pessoais. Como resultado, destaca-se que, apesar das legislações e demais conquistas alcançadas depois dos anos 1980, há a necessidade de novas propostas, principalmente quanto aos diversos direitos linguísticos das comunidades surdas e especificidades em relação aos direitos humanos, assim como novas pesquisas voltadas ao campo de estudos sobre as mulheres indígenas surdas do Brasil, suas línguas de sinais (LIS) e suas culturas étnicas.

**Palavras-chave:** Mulher indígena surda; Narrativas; Línguas indígenas de sinais.

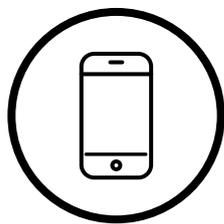
<sup>1</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS, Mato Grosso do Sul, MS, Brasil; shirley.vilhalva@ufms.br

Meus agradecimentos a prof<sup>a</sup> Wilma Favorito pela revisão desse texto e por sua incansável parceria por mais de 30 anos nessa jornada de vida e educação de surdos. Esse artigo está grandemente fluído devido a seu exímio conhecimento do ser mulher surda.

## ABSTRACT

This article aims to present the writing that comes from the daily life of a deaf indigenous woman, teacher, researcher, and participant in the Brazilian Deaf Movements. It focuses on the potential of the deaf indigenous women in the Brazilian society, as well as the linguistic rights and their cultural space as a writer and poet, whether in sign language, indigenous languages, or in Portuguese. The rights for the cultural formation of the identity of bilingual families of indigenous and non-indigenous deaf people are analyzed. The research method is the “escrevivência” which, according to Evaristo (2007), is a narrative production that values personal experiences. The results highlighted that, despite the legislation and other achievements achieved after the 1980s, there is a need for new proposals, mainly regarding the various linguistic rights of deaf communities and specificities in relation to human rights, as well as new research aimed at field of studies on deaf indigenous women in Brazil, their sign languages, and their ethnic cultures.

**Keywords:** Deaf indigenous woman; Narratives; Indigenous sign languages.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/EQx622iqioM>



## Introdução

“Hoje, a gente está vendo uma luta afirmativa também das comunidades indígenas, com lideranças jovens indígenas. Não se pode perder a noção da importância do coletivo. As pessoas têm todo o direito de buscar a promoção pessoal. Quem não quer? Todo mundo quer. Mas é preciso encontrar formas dessa promoção ser benéfica ao coletivo.” (Evaristo, 2020)<sup>2</sup>

O começo sempre é o mais questionável, se algo é possível de se escrever ou ser escrito por uma mulher surda. “Escrevivência”, vida de escrever e escrever em vida até rima conforme uma poesia. Como diz Evaristo (2007), o fazer da escrevivência, dar vida às letras em todos os momentos que você for sua teoria, vai se apresentando, vai mostrando a sua importância do tema, e aqui nesse artigo, explicando a relevância da escrevivência da mulher indígena surda e sua luta pelos direitos linguísticos e culturais sejam eles indígenas ou não. Nas palavras da autora:

Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Trecho de entrevista concedida pela escritora Conceição Evaristo ao site do Itaú Cultural. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> (Acesso em 23/05/2024)

<sup>3</sup> Idem.



O objetivo deste artigo é narrar escrevendo uma situação específica de mulheres indígenas surdas plurais e que vivem em diversas comunidades e territórios originários, o que ainda está em falta nos apontamentos e pesquisas. Assim, experienciamos a situação atual das comunidades surdas urbanas no Brasil em um viés fortalecido pelas ancestrais que muitas vezes não tiveram presença marcante. Ali elas estavam invisíveis, sem contar com uma reflexão crítica sobre as questões envolvidas em relação às vidas surdas que dependem de vários fatores. Sou uma mulher indígena surda, ressalto a minha atuação como professora, pesquisadora, escritora e poetisa, mesmo que meus familiares não abracem a causa por estarem em contexto urbanos. Creio que ser surda me impediu de apagar minhas verdades enraizadas, de estar e reconhecer as culturas dos territórios originários nas caminhadas que fiz com minha avó em um longínquo passado.

Destaco que as conquistas e desafios pessoais e profissionais são de uma geração de mulheres surdas que hoje ainda estão em ação para reconhecimento das jovens da nova geração. Quando olho para trás e tento pensar duas ou mais vezes para escrever o que realmente presenciei, a escrevivência me permite narrar as vidas que presenciei quando cheguei em determinado espaço onde estava presente uma mulher indígena surda. Minha andança era a busca por direitos linguísticos, espaço cultural e identidade.

Eu buscava intensamente, mas em algum lugar encontrei o silêncio e a inexistência da mulher surda porque essa foi dada de presente para alguém da cidade criar e depois fazer de sua empregada doméstica a troca de sua sobrevivência. A caminhada como profissional e ativista ainda me levou onde eu menos esperava encontrar uma jovem surda “brincando” na lama dentro de um chiqueiro (sem comentários do porquê de ela estar ali), mas chegando mais de perto encontrei a resposta: há, ali, uma mulher surda, há vida, e sem uma língua estabelecida para uma comunicação merecida.

Nesse papel de escritora surda, uma escolha que precisei fazer foi a de realizar uma busca e revisão breve da história dos movimentos das mulheres indígenas brasileiras, destacando as legislações e conquistas obtidas de 1973 a 2023. No entanto, nada encontrei. Como já mencionado em minha dissertação (Vilhalva, 2009), o Brasil possui também outras línguas de sinais que são raramente registradas; sendo tais línguas, como as línguas de sinais indígenas, praticadas pelos indígenas surdos existentes em diversas comunidades indígenas do país, onde cada uma delas traz consigo características culturais e linguísticas variadas, o que faz com que haja o interesse em registrá-las, assim como são registradas outras línguas brasileiras de diferentes comunidades, com suas especificidades culturais, étnicas, regionais, etc. Nesse momento, ressaltaram-se os avanços para as mulheres surdas, alcances tímidos, mas já alcançados e a importância de continuar lutando pelos direitos linguísticos e culturais de mulheres indígenas surdas e surdocegas.

Agora, entretanto, ainda estou em buscas, ainda há o desejo de escrever coisas da boniteza da vida como marcou Paulo Freire. Cada caminhada parecia estar mais longe de minha busca, as palavras bonitas foram morrendo e pensei até em desistir. O que escrever se o que eu vi não era o que eu esperava? Mesmo assim, a minha teimosia falou mais alto quando precisei entrar debaixo da cama para conversar com uma menina-moça-mulher indígena que estava lá. Lembrei-me que eu corria para dentro do guarda-roupa quando chegava alguém e, com essa lembrança, eu me deitei no chão e devagarinho

estávamos lado a lado debaixo daquela cama, olho no olho. Houve um imenso silêncio ao conversarmos através da língua universal que é a língua do pensamento em que ora nossos olhares se encontravam, ora eles desviavam. Não sei quanto tempo se passou e, aos poucos, saímos para o quintal apenas sabendo que era preciso mais tempo para que essa grande menina-moça- mulher fosse para os bancos escolares. Como apresentar apenas um perfil da mulher indígena surda? Ela também é plural! A mulher indígena surda também tem sua excelência frente à pluralidade, assim como as mulheres surdas urbanas. Quando adentro cada vez mais nesse texto, começo a entender que isso é essencial para transmitir a rica diversidade de experiências, identidades e trajetórias dentro de uma comunidade indígena onde há mulheres surdas e surdocegas.

É preciso que haja permissão aos direitos linguísticos e ao espaço cultural e de saberes indígenas, além de estarem presentes, em escala maior, as questões relacionadas aos direitos linguísticos das comunidades surdas dentro dos territórios em diferentes aspectos da diversidade e especificidades culturais, tanto na visão dos saberes indígenas, quanto surdos. Destacar a importância de preservar e valorizar as línguas indígenas de sinais das comunidades indígenas surdas, incluindo a língua brasileira de sinais, o português e as línguas étnicas escritas é urgente. E, para que possamos colocar isso em prática, será necessário que haja espaço para apropriação da escrevivência pelas próprias mulheres surdas indígenas em contexto de território indígena ou urbano.

A metodologia dessa pesquisa é “Escrevivência”, termo cunhado pela escritora brasileira Conceição Evaristo (2007), que se relaciona a narrativas de vida que, embora possam ser particulares a um indivíduo ou personagem, remetem a experiências coletivas compartilhadas. Como método de investigação, de produção de conhecimento, “a escrevivência, em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres”. (Soares e Machado, p.206, 2017)

Assim, na introdução desse artigo iniciou-se com uma narrativa da história e vivência da própria pesquisadora e das mulheres surdas e indígenas. Na seção seguinte apresentam-se 13 (treze) apontamentos com a teoria e a crítica reflexiva de vidas surdas e as caminhadas de lutas acerca das línguas de sinais, suas culturas e recursos tecnológicos utilizados. E na conclusão, apresenta-se uma proposta de soluções para problemas específicos relatados ou vivenciados, muitas vezes incluindo a formulação de diretrizes, estratégias ou recomendações.

## 1 Resultados e discussão

Compartilham-se, aqui, escritas sobre mulheres surdas, particularmente sobre as mulheres indígenas surdas. Na oportunidade de diálogo com a pesquisadora surda Renata Cristina dos Reis, conheci a Poesia de Carolina Hessel (Poetisa Surda), escrita em 2004:

Acordem, belas mulheres

Hoje não é mesmo dia como todos os dias...

Acordem, belas mulheres, está na hora



de mudar na vida das mulheres....

Lutem para apoiar outras belas mulheres!

Iniciamos a leitura desse poema e levantamos a discussão dentro da pedagogia surda. Em nosso olhar, essa pedagogia enfatiza uma emancipação filosófica do ser surdo, ou seja, um vivenciar, uma aprendizagem que a comunidade surda oferta a cada Ser Surdo com sua visão de ser e estar por meio dos elementos comunicacionais de sua cultura linguística usando sua visuolinguagem, característica das línguas de sinais. Assim, o estar em espaços surdos abrangentes constitui um novo olhar entre as mulheres surdas permitindo-lhes que construam novos caminhos para novas mulheres surdas, sejam elas indígenas ou não.

Na poesia de Hessel (2004), *“Acordem, belas mulheres”*, citada acima, a autora dá seu grito surdo sem destacar a palavra “surda”, já que está em sua vivência entre mulheres surdas. O grito parece significar que mulheres surdas sempre sigam a liderança surda e que deveriam agir de maneira mais rápida. Isso faz parte da constituição das novas lideranças, lembrando que quando uma líder percebe a outra líder nascendo para a liderança das ações compartilhadas, já é passada a liderança ampliada como se fosse uma corrente evolutiva. A autora usou, então, a poesia para mostrar que as mulheres podem se direcionar para atitudes novas, buscar e sobreviver a novas experiências, como a de ser Mulher Surda Líder.

Na segunda linha a poetisa coloca que *“Hoje não é mesmo dia como todos os dias”*. Olhando pelos vieses da poesia, o que analisamos é que a autora sugere que as mulheres surdas devem mudar, fazer novas escolhas, estudar, com a postura de resistência indicando, ainda, que as novas mulheres surdas devem se levantar e seguir para um mundo novo e inexplorado. Acordem mulheres, sigam... vão pegando as coisas novas, sigam em frente. Para Hessel, a sua poesia tem o objetivo de fazer outras mulheres a serem elas e se tornarem lindas e empoderadas. Assim, a autora Hessel reforça essa ideia em *“Acordem, belas mulheres, está na hora de mudar (n)a vida das mulheres....”*. Neste ponto, destacamos que a autora quer mostrar que cada nova mulher surda pode mudar a sua vida e também mostrar novas vidas às outras mulheres, sejam elas surdas ou ouvintes. Por fim, seu grito surdo propositivo de transformações de vidas surdas conclui sua poesia: *lutem para apoiar outras belas mulheres!*

Perlin e Strobel (2009) nos levam a refletir o quanto que, para avançar, precisamos atentar no que se refere a momentos de avançar. Citamos as autoras para dialogarmos também com elas, mulheres surdas e autoras, que afirmam que é

momento de sermos educadores situados em nosso tempo, mudar o mundo para melhor. É preciso autenticidade. É preciso nos manter à altura do nível cultural que conquistamos (Perlin; Strobel, p 42, 2009).

As autoras mostram, portanto, para nós, que, na área da Educação, muitas vezes se faz o viver nas teorias e, nesse ponto de vista, o interessante é olhar e lembrar que devemos nos posicionar e fazer valer o nosso “estar junto” na formação da liderança. As autoras asseguram que “é preciso nos manter à altura do nível cultural que conquistamos”,



ou seja, a mulher surda deve ser ela mesma, sendo natural e ter espaço de poder como mulher, profissional e surda, liderando novas mulheres através da Educação dentro da Cultura e Arte Surda. De maneira natural e humana surda. Ser liderança em ação, ser influenciadora, algo que não precisa ter muita teoria. Sendo assim, nós, surdas, podemos contribuir também com as outras mulheres como as mulheres surdas ciganas que vivem em um momento de invisibilidade.

As primeiras mulheres surdas referências de liderança foram constituídas juntamente com Perlin desde 2004. Foi preciso uma pausa para entendermos o que ocorria naquele momento, antes de 2003. O grupo de mulheres surdas teve que desconstruir a influência que as mulheres ouvintes exerciam na época, já que eram, em sua maioria, mulheres ouvintes que estavam à frente. É de se destacar um evento ocorrido em Belo Horizonte - Minas Gerais, em 2003, o Encontro Latino-Americano de Surdos no qual surgiram novos direcionamentos, praticamente uma nova teoria, que legitimava vida própria para mulheres surdas de diferentes áreas. É principalmente por meio da língua de sinais e não sem ela que se conquista esse novo lugar. É a língua de sinais que vai ofertar o conhecimento. Nesse artigo, mostro a mulher surda que pode ser e agir naturalmente expandindo sua cultura.

Com essa discussão, o nosso próximo passo é colocar em prática o que tiramos da reflexão acima e apresentarmos os treze apontamentos importantes que fazem parte de vivências e escrevivências para que sejam oferecidas oportunidades às mulheres indígenas surdas através de formação de liderança e outras atividades que destaquem a atuação dessas mulheres.

## **Diversidade de identidades e experiências oculares dentro da visuolinguagem**

É necessário começar introduzindo a noção de que as mulheres indígenas surdas não podem ser reduzidas a um único perfil. Cada mulher traz consigo uma história única, influenciada por sua etnia, experiências de vida, línguas indígenas de sinais e demais línguas de sinais fora de seus contextos culturais e de identidades, sejam eles urbanos ou de território, entre outros fatores. Um trabalho a se propor deve destacar como essa diversidade enriquece a compreensão das complexidades das identidades dessas mulheres. As mulheres surdas devem ser ouvidas, porque elas têm muito a sinalizar principalmente em relação às suas necessidades.

## **Narrativas pessoais no olhar que vão além dos sinais**

Para escrever e sinalizar sobre vidas surdas, relatos e memórias, é necessário que se incluam relatos em línguas de sinais pessoais de diferentes mulheres indígenas surdas. Essas narrativas podem abordar suas origens, desafios enfrentados, sucessos conquistados e aspirações nas quais se oportuniza o registro em vídeos em formato de se ver a língua e as narrativas de suas próprias vivências. Ao compartilhar suas histórias individuais em suas primeiras línguas, cada mulher estará destacando a riqueza e a pluralidade das experiências vivenciadas e compartilhará com as demais mulheres surdas seu modus



vivendi.

## **Desafios e oportunidades para mulheres indígenas surdas**

Os desafios específicos enfrentados por diferentes mulheres indígenas surdas precisam considerar a diversidade de contextos em que vivem. Atividades como roda de conversa poderão aprimorar os registros efetivos para destaque e constituição de textos em uma perspectiva de escrevivência. Será de suma importância que as oportunidades que chegam a elas sejam para promover suas culturas, línguas de sinais e reivindicar seus direitos dentro e fora do território.

### **Luta por reconhecimento e visibilidade**

Será necessário uma análise de como as mulheres indígenas surdas têm buscado maior reconhecimento e visibilidade em meio a sistemas que muitas vezes marginalizam múltiplas identidades. Os registros dessa temática estão se iniciando através das pesquisadoras surdas indígenas e não indígenas. O que se espera são as iniciativas das mulheres indígenas surdas e sua formação de liderança para que se conscientizem de suas realidades e para que promovam a sua proposta e a garantia de direitos. A realidade atual mostra que as mulheres indígenas têm como sua primeira língua a língua de sinais - LIS e as escritas em línguas de sinais indígenas. Ou seja, os desafios enfrentados pelas mulheres surdas são ainda mais acentuados quando se trata de lidar com as línguas indígenas escritas. Nesses contextos, as alternativas disponíveis para superar tais obstáculos também se apresentam de forma mais complexa.

Para que isso aconteça, será necessário o trabalho de empoderamento coletivo, especialmente o empoderamento das mulheres indígenas surdas. Ao se unirem, elas podem compartilhar experiências e praticar o apoio mútuo como estratégias para superar desafios. É importante criar grupos de mulheres indígenas surdas, organizações ou movimentos que busquem fortalecer essa união dentro das associações e federações já existentes.

Por isso, convido as leitoras e os leitores a refletirem sobre a complexidade da pluralidade nas identidades das mulheres indígenas surdas, considerando a importância de respeitar e valorizar as diversas experiências e histórias que contribuem para a riqueza cultural e humana de nossa sociedade.

### **Formação cultural da identidade de famílias bilíngues**

Para os profissionais que atuam juntamente com as famílias, será importante explorar a relevância da formação cultural da identidade de famílias indígenas que têm seus familiares surdos.

É ótimo que se faça um levantamento para o estudo, e é compreensível que, ao encontrar mulheres indígenas surdas, não haja muitos registros escritos ou pesquisas específicas sobre elas, algo que pode ser desafiador, especialmente dentro de territórios



originários. Ao escrever esse artigo realizamos buscas sobre “MULHERES INDÍGENAS SURDAS” e os resultados foram quantitativamente zero (nada encontrado nas três plataformas consultadas: BDTD, Scielo e Google Acadêmico).

No entanto, isso não significa que elas não existam ou que suas experiências não sejam relevantes. É possível abordar essa questão de pesquisa e explorar como as mulheres indígenas surdas urbanas fora do território podem ser incluídas e valorizadas em pesquisas futuras.

## **Ampliação da pesquisa com as famílias e parentes indígenas das diversas etnias**

Ao se deparar com a falta de registros sobre mulheres indígenas surdas no território originário, é necessário expandir a pesquisa para incluir mulheres indígenas surdas em contextos indígenas e fora do território. A pesquisa deve ser elaborada de modo que se concentre em fontes variadas, como entrevistas, relatos pessoais dentro dos territórios, estudos etnográficos e dados demográficos que possam fornecer informações sobre a existência e as experiências dessas mulheres dentro e fora de seu contexto.

## **Entrevistas e depoimentos com mulheres indígenas surdas e surdocegas**

É preciso considerar realizar entrevistas com mulheres indígenas surdas e surdocegas urbanas para obter informações em primeira mão sobre suas vivências, desafios e conquistas. Suas vozes e perspectivas podem enriquecer significativamente o estudo e trazer à tona questões relevantes para a comunidade indígena surda.

## **Pesquisas históricas e antropológicas**

A história das comunidades indígenas surdas, bem como a forma como elas se adaptaram e se deslocaram para contextos urbanos precisa ser investigada. As pesquisas históricas que investigam a história das comunidades indígenas surdas podem mostrar como elas se adaptaram e se deslocaram para contextos urbanos. As pesquisas antropológicas podem revelar como essas mulheres enfrentaram mudanças culturais, linguísticas e sociais ao viverem fora do território originário. Ao mergulhar na história dessas comunidades, é possível compreender os desafios que as mulheres indígenas surdas enfrentam ao migrarem para áreas urbanas e como essas mudanças impactaram suas identidades e interações sociais.

Essas pesquisas também podem fornecer informações sobre como ocorre a preservação da cultura e das línguas de sinais, ou como houve adaptações ou influências da vida urbana. Também pode ser feita a análise de relatos históricos e documentos de época, bem como o estudo de tradições culturais que foram mantidas ou perdidas ao longo do tempo. Isso pode contribuir para uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres indígenas surdas em ambientes urbanos.



Além disso, as pesquisas antropológicas têm a capacidade de explorar as redes sociais e os laços comunitários formados por essas mulheres, tanto com outros surdos quanto com membros de suas etnias. Essas conexões podem ter desempenhado um papel crucial em suas vidas, permitindo o compartilhamento de conhecimentos, experiências e a manutenção de suas identidades culturais em meio a ambientes urbanos muitas vezes dominados por culturas hegemônicas.

Através dessas pesquisas históricas e antropológicas, é possível trazer à tona narrativas pouco conhecidas e valorizar as trajetórias das mulheres indígenas surdas que, embora tenham se afastado de seus territórios de origem, continuam a desempenhar um papel fundamental na preservação de suas culturas e línguas de sinais.

Ao incorporar essas perspectivas, enriquecer-se-á a análise e contribuir-se-á para um olhar mais completo sobre a experiência das mulheres indígenas surdas em diferentes contextos socioculturais. Isso também pode abrir novos caminhos para futuras pesquisas e discussões sobre a importância da inclusão e reconhecimento das comunidades indígenas surdas no âmbito urbano e além dos territórios originários.

É verdade que a comunicação e expressão de mulheres indígenas surdas muitas vezes ocorrem por meio das línguas de sinais, e essa forma de expressão é tão valiosa e importante quanto a escrita.

## **Reconhecimento da língua de sinais como forma de expressão e direito linguístico**

É preciso destacar a importância das línguas de sinais como meio de comunicação e expressão cultural para as mulheres indígenas surdas. É necessário explicitar que, assim como a linguagem escrita, as línguas de sinais são complexas, ricas em significados e transmitem uma parte significativa da cultura e identidade das comunidades surdas.

## **Importância da história oral que está presente nas línguas de sinais**

Ressalta-se a tradição da história oral nas comunidades indígenas e como ela tem sido uma forma essencial de transmitir conhecimentos, cultura e experiências de geração em geração. Muitas vezes, mulheres indígenas surdas compartilham suas vivências por meio de histórias orais em língua indígena de sinais, enriquecendo assim a identidade cultural e a memória coletiva.

## **Valorização da cultura indígena surda**

Deve-se enfatizar a importância da valorização da cultura indígena surda em suas múltiplas formas de expressão, incluindo a língua de sinais. Ao fazer isso, o pesquisador estará reconhecendo a riqueza dessa cultura e combatendo a invisibilidade que pode ser imposta às comunidades surdas, incluindo as mulheres indígenas surdas.

## Entrevistas e relatos em línguas de sinais: LIS e Libras

Sempre que possível, o pesquisador da área deve incorporar entrevistas ou relatos em língua de sinais no seu artigo. Isso pode ser feito por meio de vídeos ou transcrições das conversas em língua de sinais, permitindo que a voz e a experiência dessas mulheres sejam ouvidas diretamente.

### Conscientização e sensibilização

Destaca-se o trabalho de conscientização e sensibilização sobre as realidades das mulheres indígenas surdas e suas formas de comunicação. Isso pode ajudar a combater estereótipos e preconceitos, permitindo uma maior compreensão e apreciação de suas experiências e culturas. Reis (2022) destaca a importância do comportamento de alteridade, de ponto de vista de uma conscientização do processo para diminuição de preconceito:

Outro termo importante que envolve o preconceito é a alteridade, qualquer construção da interação entre eu e o outro “eu” envolve o preconceito. Por exemplo, um surdo urbano encontra outro surdo indígena, na sala de aula, ele o julga por sinalizar diferente, por ter outra língua, então o preconceito existiu ali, com o tempo, ele foi conhecendo, alterando o seu ponto de vista, sabendo o que é ou não é da cidade. O processo de alteridade é compreendido e o preconceito diminui. (Reis, 2022, p. 39)

### Conclusão

Ao seguir as práticas propositivas destacadas aqui, líderes e profissionais estarão no caminho para efetivar um trabalho conjunto. É crucial lembrar que as experiências pessoais e perspectivas das mulheres indígenas surdas são ativos valiosos na pesquisa. Suas vozes, sinalizadas em línguas de sinais, sejam línguas indígenas de sinais ou Língua Brasileira de Sinais, enriquecem o estudo, proporcionando novos insights e abordagens. Além disso, ao enfatizar a inclusão, acessibilidade linguística e a valorização da arte indígena surda, esse artigo contribui para uma sociedade mais acessível e respeitosa acerca da diversidade cultural e linguística das comunidades indígenas.

Esperamos que esse artigo propositivo inspire e capacite novas líderes mulheres indígenas surdas. Acreditamos que a implementação das 13 propostas apresentadas aqui beneficiará tanto os gestores quanto as mulheres indígenas surdas, representando um passo significativo em direção a um movimento tão aguardado por gerações futuras.

Para enfatizar a importância da arte indígena surda na vida das mulheres indígenas surdas, especialmente a diversidade de formas artísticas dentro dos territórios, é essencial abraçar a recomendação anterior, acrescentando um enfoque específico na arte relacionada à natureza e à tradição indígena.

Aqui estão mais sugestões para as profissionais que desejam atuar na oferta de cursos e formação com as mulheres indígenas líderes e que podem implementar novos conhecimentos e práticas:

- Valorizar a expressão artística individual e coletiva, bem como as artes e danças



tradicionais, como formas de expressão cultural e identidade. Participar ativamente da produção artística permite que as mulheres indígenas surdas transmitam suas vivências, emoções e perspectivas únicas, fortalecendo sua emancipação individual e coletiva.

- Fortalecer a autoestima e identidade, reconhecendo que a arte indígena surda contribui para o fortalecimento desses aspectos. Através da criação artística, essas mulheres podem se ver como protagonistas de suas próprias histórias e culturas, reafirmando suas origens e contribuindo para uma maior valorização da comunidade indígena surda.
- A arte indígena surda possibilita a representação das experiências das mulheres indígenas surdas, empoderando-as ao verem suas próprias vivências refletidas em obras de arte e encorajando-as a ocupar espaços de protagonismo em várias esferas da sociedade.
- A construção de conexões culturais e a preservação de tradições culturais são promovidas pela arte indígena surda. Através da expressão artística, essas mulheres podem compartilhar tradições, línguas de sinais e histórias, fortalecendo laços culturais e promovendo a diversidade cultural produzindo vídeos e livros físicos e digitais.
- A arte indígena surda desempenha um papel crucial no resgate e na preservação de tradições culturais e linguísticas, registrando elementos da cultura indígena surda, incluindo danças e rituais, para a continuidade e valorização de suas raízes ancestrais.
- A promoção da acessibilidade linguística e cultural é uma parte essencial da valorização da arte indígena surda. Ao reconhecer a importância da expressão artística das mulheres indígenas surdas, a sociedade se torna mais sensível às suas necessidades e demandas.

Essas propostas incentivam a criação e a disseminação da arte indígena surda por meio de exposições, eventos culturais, publicações e plataformas digitais. Isso permite que a produção artística das mulheres indígenas surdas alcance um público mais amplo e contribua para o enriquecimento da cultura e da diversidade da sociedade brasileira. Destacar esses aspectos demonstra a importância da arte indígena surda como uma ferramenta essencial para o empoderamento individual e coletivo das mulheres indígenas surdas, contribuindo para a valorização da diversidade cultural.

Para concluir esse primeiro artigo propositivo, compartilhamos uma poesia criada durante o Encontro Latino-Americano de Surdos de 2004 em língua de sinais e depois em cartaz passado em grupos e que até hoje fazem parte de pesquisa e livros nos quais a autora participa como no livro eletrônico *Cartas femininas* publicado em 2023. Escrevivências compartilhadas pela autora desse artigo, Shirley Vilhalva (Poetisa Surda):

De menina sapeca  
Que transborda beleza.  
Transformando menina-moça-mulher.



# Despertando em si a Mulher Surda, guerreira, acima de tudo Mulher.

## Referências

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R.; Escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

PERLIN, G.; STROBEL, K. Teorias da Educação e Estudos Surdos. UFSC, 2009.

REIS, R. C. dos. A Discriminação entre Surdes e formas de Apoio Social no contexto do Ensino Superior. UFPR, 2022. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/80553> . Acesso em: 8 de Setembro de 2023.

SOARES, L. V. ; MACHADO, P. S. “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Psicologia Política. vol. 17, nº 39, pp. 203-219, maio. - ago. 2017.

VILHALVA, S. Mapeamento das línguas de sinais emergentes [dissertação]: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul / Shirley Vilhalva ; orientadora, Ronice Muller de Quadros; co-orientador, Gilvan Muller de Oliveira. - Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92972> . Acesso em: 9 de Setembro de 2023.

VILHALVA, S. In: SIQUEIRA, L. de A. R; ANDRADE, M. A. C.; TAVARES, G. M. (org.) Cartas femininas [recurso eletrônico]: por uma escrita afetiva /Dados eletrônicos. 358 p. (Coleção Pesquisa Ufes; 63). Vitória, ES:EDUFES, 2023.



## PROTAGONISMO E PIONEIRISMO NA CONSTITUIÇÃO DO HEROÍSMO FEMININO SURDO

*Protagonism and pioneering in the constitution of Deaf female heroism*



**Gisele Maciel Monteiro Rangel<sup>1</sup>**



### RESUMO

Com o objetivo de apresentar a constituição do heroísmo feminino surdo por meio da identificação de nomes de mulheres surdas consideradas pioneiras em suas áreas de atuação, a presente pesquisa busca valorizar as histórias da comunidade surda, reconhecer o protagonismo feminino em diferentes espaços sociais e políticos, e ampliar a lista de heroínas surdas. Para isso, o presente trabalho inscreve-se, teoricamente, na articulação entre o campo dos Estudos Culturais e Estudos Surdos. A produção dos dados deu-se por meio da metodologia de pesquisa em mídias sociais, com uma postagem na rede social Instagram, na qual a autora recebeu 184 comentários que mencionavam 34 nomes de mulheres surdas consideradas heroínas. Essas mulheres são referenciadas pelo pioneirismo em suas áreas de atuação e pela representatividade na comunidade surda. Considerando as interações na referida rede, é possível concluir que a presença e o protagonismo das mulheres surdas rompem com estereótipos e contribuem para o empoderamento das jovens surdas, marcando um deslocamento epistemológico nas últimas décadas. Assim, o pioneirismo e protagonismo feminino constituem elementos essenciais na constituição do heroísmo feminino surdo e abrem caminho para outros modos de ser surdo na contemporaneidade.

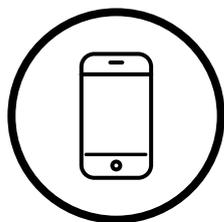
**Palavras-chave:** Pioneirismo feminino; Protagonismo feminino; Heroínas Surdas.

<sup>1</sup> Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, Alvorada, RS, Brasil. giselemrangel@gmail.com

## ABSTRACT

With the aim of presenting the constitution of deaf female heroism through the identification of deaf women considered pioneers in their fields, this research seeks to value the stories of the deaf community, recognize female leadership in different social and political spaces, and expand the list of deaf heroines. To achieve this, the present work theoretically aligns itself with the intersection of Cultural Studies and Deaf Studies. Data collection was conducted through social media research methodology, with a post on the Instagram social network, where the author received 184 comments mentioning 34 names of deaf women considered heroines. These women are referenced for their pioneering work in their fields and for their representation within the deaf community. Considering the interactions on the mentioned platform, it is possible to conclude that the presence and leadership of deaf women break stereotypes and contribute to the empowerment of young deaf individuals, marking an epistemological shift in recent decades. Thus, female pioneering and leadership constitute essential elements in the constitution of deaf female heroism and pave the way for other ways of being deaf in contemporary society.

Keywords: Female pioneering; Female protagonism; Deaf heroines.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/aToBAGHCd4Y>



## Introdução

No ano de 2016 defendi a Tese “Heróis/Heroínas Surdos/as Brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha”, naquela oportunidade, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, a partir da produção dos dados por meio da realização de grupos focais, a marca do pioneirismo e protagonismo se constituíam como elementos importantes na produção do conceito do herói. Neste sentido, como efeito das representações, observei que a comunidade surda, na articulação entre a história e na valorização das lutas da comunidade surda, emergia o conceito de heroísmo surdo.

Na continuidade das pesquisas, em parceria com minha orientadora de doutorado, a professora Madalena Klein, produzimos o artigo “A representação do heroísmo surdo na figura das mulheres”, no ano de 2016. No texto apresentamos um recorte da minha pesquisa de doutorado, em andamento, com os dados produzidos no grupo focal. No referido texto, foram citadas as seguintes mulheres surdas: Gladis Perlin, Marianne Stumpf, Patrícia Rezende e Vanessa Vidal, que serão apresentadas na próxima seção. Contudo, com o passar dos anos, em várias situações, fui convocada a retomar o tema e ampliar a lista de heroínas surdas, por isso escrevo este trabalho.

Sobre as questões teórico-metodológicas, o presente trabalho foi produzido a partir de uma pesquisa de campo realizada na rede social Instagram, realizada nos meses de maio e junho do ano de 2023. No que tange às questões teóricas, o presente trabalho articula as produções do campo dos Estudos Culturais e Estudos Surdos. Assim, apresento como



objetivo geral a constituição do heroísmo feminino surdo por meio da identificação de nomes de mulheres surdas consideradas pioneiras em suas áreas de atuação.

Seguir produzindo pesquisa sobre o tema e elencar mais nomes das referidas heroínas surdas tem como significado a valorização das histórias da comunidade surda, para que crianças e adolescentes possam reconhecer os nomes de pessoas responsáveis pelos avanços das lutas. Ainda, reconhecendo a importância da presença feminina nos diferentes espaços sociais e políticos. Desta forma, pesquisar sobre as representações e identificar outros nomes, outras histórias de mulheres na comunidade surda, evidencia o reconhecimento do protagonismo feminino na história da nossa comunidade.

## **1 Sobre o que sinalizo quando apresento o conceito de heroísmo surdo?**

Retomando a obra de Martin Cezar Feijó (1984) - “O Que é Herói?” -, é possível compreender que o heroísmo não está associado, apenas, a uma determinada posição social ou cargo ocupado, mas sim às características que levam determinadas pessoas a lutar por uma causa, tornando-se memoráveis para o povo a que pertencem. Feijó (1984) afirma que, sem a memória, a história registrada e as versões contadas, só teríamos heróis que foram reis, generais, empresários ou guerreiros, ou seja, seria um privilégio da classe dominante. No caso da comunidade surda, constataríamos histórias sobre ouvintes ou aquelas registradas por eles.

No movimento de reconhecimento das nossas próprias histórias, a partir da nossa narrativa, o heroísmo se constitui como um conceito produzido pela luta dos surdos. Seja pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005, ou pela ocupação de espaços que antes não eram considerados, nem mesmo pelos surdos, como possíveis para indivíduos dessa comunidade, o heroísmo é produzido pela ação surda.

Os heróis surdos podem ser vistos de forma heroica por seu próprio povo e, ao mesmo tempo, como transgressores da ordem estabelecida. Quando os surdos saem às ruas para reivindicar sua língua e sua forma específica de educação, e proclamam um forte “não” à inclusão, aqueles que dirigem as políticas públicas os veem como uma força contrária às ideias de uma educação inclusiva. No entanto, a luta dos surdos é pela valorização de sua história e espaço de participação social. Esses possíveis heróis buscam visibilidade e aceitação como cidadãos brasileiros que possuem uma língua diferente da língua majoritária no país.

Como exemplo de lutas, é válido mencionar a construção do documento de 1999, intitulado “A educação que nós surdos queremos”<sup>2</sup> elaborado pela própria comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado na cidade de Porto Alegre/RS. No ano de 2010, o “Movimento

---

<sup>2</sup> Documento elaborado durante o evento que antecedeu o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos em Porto Alegre, nos dias 20 a 24 de abril de 1999. Esse documento elaborado pelos foi entregue ao Ministério da Educação - MEC e pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172212> no Apêndice A da dissertação de mestrado de Lopes (2017).

Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda”, teve início na Conferência Nacional de Educação (CONAE) em defesa da educação bilíngue para surdos. Atualmente, a aprovação da Lei nº 14.191/2021 insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Essa produção do conceito de heroísmo surdo, a partir da perspectiva surda se baseia na representação sobre heroísmo que analisei na minha Tese de Doutorado (Rangel, 2016). Na oportunidade, a partir do campo dos Estudos Culturais, trabalhei com o conceito de representação cunhado por Wortmann (2002), que estabeleceu uma relação entre linguagem, representação, produção de significados e discursos no âmbito da cultura. Dessa forma, ao trabalhar com a comunidade surda, que compartilha uma língua e, com ela, representações e discursos que os tornam membros de uma cultura, entende-se que essa abordagem dos dados poderia auxiliar na análise dos discursos sobre como os heróis e o heroísmo são constituídos na comunidade surda.

Segundo Stuart Hall (2016, p. 31) a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos.”. Nesse sentido, A representação não é reflexo, espelho ou cópia do mundo em si, pelo contrário, é uma prática ativa de construção de significado, através da qual o mundo social é interpretado, compreendido e produzido. De acordo com Wortmann (2002, p. 81), inspirada nos escritos de Hall, as análises culturais “não se atentam aos aspectos estritamente linguísticos”, ou seja, no presente trabalho, explora-se os significados presentes na construção discursiva dos heróis surdos. Assim, ao buscar esses significados, surgem novos significados e novas histórias são contadas e construídas.

Os surdos compreendem sua história a partir de experiências pessoais que se mesclam à construção de toda a comunidade. Os significados de Herói Surdo são apresentados a partir de suas vivências cotidianas e a coleta desses significados tende a produzir as representações de heróis e heroísmo surdo que emergem da comunidade surda. Na produção da pesquisa de doutorado, o conceito de heroísmo surdo se faz parte das vivências e conhecimentos sobre a comunidade surda, sendo necessário que essas representações sejam repetidas para que seja atribuído a elas o efeito de verdade para a comunidade. O conceito de representação permite uma série de significados, entre os quais destaco a referência ao pioneirismo e o protagonismo como elementos estruturantes do conceito de herói.

## **2 Como os nomes foram lembrados e relacionados? E quem são as mulheres citadas?**

A produção dos dados do presente trabalho utilizou a metodologia de pesquisa em mídias sociais, que tem sido cada vez mais explorada devido à disseminação generalizada dessas plataformas e à disponibilidade de dados públicos compartilhados por usuários. Essa abordagem permite acessar informações e opiniões expressas pelos usuários, fornecendo informação a partir de interações sociais (Moreira; Mielniczuk, 2018).

É importante ressaltar que a pesquisa em redes sociais também apresenta desafios



éticos e metodológicos, entre eles, destaco: 1) garantia que os participantes estejam cientes de que estão sendo pesquisados e que consentiram com isso, especialmente quando se trata de coleta de dados públicos; 2) proteção da privacidade dos usuários e garantir que informações sensíveis não sejam divulgadas ou utilizadas de maneira inadequada; e 3) reconhecimento de que os dados são produzidos dentro de uma temporalidade com marcas específicas, como acesso às redes de informação. Além disso, é preciso considerar as limitações dos dados coletados, como possíveis vieses de amostragem e a natureza pública das informações compartilhadas nas redes sociais (Zago; Alves, 2016).

A análise de dados de redes sociais pode complementar outras abordagens de pesquisa, como entrevistas e levantamento de dados, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos fenômenos estudados. No entanto, é essencial adotar uma abordagem ética e considerar as limitações metodológicas inerentes a essa abordagem de pesquisa (Braga et al., 2019). Deste modo, optei pela postagem de um vídeo (Imagem 1) narrando sobre a experiência das pesquisas anteriores sobre o heroísmo surdo e pedindo que nomeassem mulheres surdas que consideravam heroínas e por qual razão identificavam dessa forma.

**Imagem 1** – Postagem no Instagram



Fonte: Instagram de Gisele Rangel. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cs7DjnXJE6K?igsh=amNsc2pveWNiamUx> Acesso em 11 jul. 2023

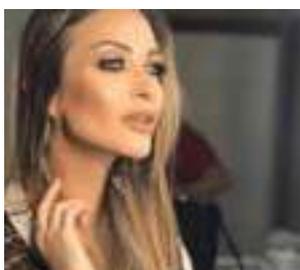
A partir da postagem, recebi 184 comentários, até a data de escrita deste artigo. A partir das respostas, interação com os participantes e recorrências, foi possível listar 22 nomes. Além disso, para a elaboração do presente artigo, a dissertação “A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea” (Guerretta, 2023), auxiliou a identificação de outras protagonistas surdas que listarei a seguir. Por fim, incluí

as imagens das mulheres citadas no artigo sobre as heroínas surdas do ano de 2016, anteriormente citado. Segue a lista elaborada a partir da produção dos dados com 34 nomes:



**Alicy Moreira Queiroz**

Primeira astróloga surda.



**Ariana Martins**

Primeira mulher surda na capa da revista Playboy.



**Bruna Tavares Leite**

Primeira Engenheira Biomédica surda do Brasil.



**Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta**

Primeira Jornalista da TV INES (primeiro canal de TV brasileira da comunidade surda).



**Claudia Hayakawa**

Primeira surda amarela, atleta de diferentes modalidades esportivas.

---

<sup>3</sup> Todas as imagens foram extraídas do perfil da rede social Instagram de cada citada e do buscador do Google no dia 17 de agosto de 2023. Assim, trata-se do uso de imagens públicas.





**Daniela Miki Fujikawa Bózoli**

Primeira doutora surda-cega



**Déborah Dias**

Primeira Presidenta da Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS).



**Elisa Guarese**

Primeira formada surda em Assistência Social.



**Elisa Vasco**

Primeira surda brasileira a participar do FrontRunners<sup>4</sup> (Dinamarca).



**Fabiula Alexandria**

Primeira sexóloga e educadora surda sobre sexualidade humana.

---

<sup>4</sup> Competição esportiva internacional de praticantes de corrida.





### **Flaviane Reis**

Primeira Intérprete surda de Sinais Internacionais em contexto acadêmico, no ano de 2008, em congresso de linguística; também atuou como intérprete no CONSUDES<sup>5</sup> - Jovens Surdos (2006)



### **Ana Kelly Nunes Bezerra - Araçá/PB**

Uma das primeiras vereadoras surdas do país.



### **Isabelle Dias - Paranaguá/PR**

Uma das primeiras vereadoras surdas do país.



### **Gisele Maciel Monteiro Rangel**

Primeira professora surda do Centro Federal de Educação Tecnológica/São José, hoje denominado Instituto Federal de Santa Catarina. Primeira professora titular surda da rede federal de ensino.



### **Jiovanna Cordeiro (nadadora)**

Primeira atleta da seleção brasileira que participou da Surdolimpíada.

---

<sup>5</sup> Confederação Sul-americana Desportiva de Surdos.





### **Klicia Araujo**

Primeira cordelista surda brasileira.



### **Luanna Sayonara**

Primeira médica veterinária e comportamentalista surda brasileira, Influenciadora digital e Criadora de conteúdo



### **Maria Fernanda da Silva Costa**

Primeira jogadora surda com Síndrome de Down.



### **Maria Regina Forin Tavares Pais**

Primeira presidenta de uma associação de surdos nacional, Associação de Surdos de Minas Gerais.



### **Mariana Marques da Hora**

Primeira surda com mestrado na área de Serviço Social.



### **Myrna Salermo Monteiro**

Primeira professora surda concursada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



### **Pietra Simom**

Primeira mulher trans surda. Ativista e Foi pré-candidata a vice-prefeita em Bage/RS



### **Priscilla Gaspar**

Primeira surda a exercer o cargo de secretária nacional dos direitos das pessoas com deficiência



### **Priscilla Leonor Alencar Ferreira**

Ativista negra surda.



### **Renata Ohlson Heinzemann Bosse**

Fundadora Coordenadora no Encontro de CODA/KIDS da Colônia de Férias de Surdos em Capão da Canoa/RS





**Rita Maestri**

Primeira psicóloga surda



**Ronise Conceição de Oliveira**

Primeira mulher ativista do Movimento LGBT



**Sabrina Lage**

Primeira doula surda



**Simone Goncalves de Lima da Silva**

Primeira doutora negra



**Shirley Vilhalva**

Primeira diretora surda do CEADA<sup>6</sup> e Pesquisadora de área indígena

---

<sup>6</sup> Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Cead), Campo Grande (MS)



### **Stefany Krebs**

Primeira jogadora de futebol surda do Palmeiras



### **Thaisy Payo**

Primeira brasileira Miss Surda Mundo

### **Umbelina Cabrita e Carolina Bastos<sup>7</sup>**

Primeira aluna surda matriculada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - 1856



### **Vera Balbino Machado**

Primeira presidenta da Associação das Mulheres Surdas e Deficientes Auditivas

As mulheres surdas citadas são referenciadas pelo pioneirismo em suas ações e a representação das mesmas na comunidade surda. Com base nessas informações, apresentarei na seção seguinte, uma análise sobre o heroísmo feminino surdo produzido a partir da noção de pioneirismo e protagonismo.

### **3 Como o pioneirismo e protagonismo constituem a noção de heroísmo surdo feminino?**

Na interação com os participantes da pesquisa, a menção ao termo “primeira surda”,

---

<sup>7</sup> Não foram localizados registros fotográficos da Umbelina Cabrita e Carolina Bastos de domínio público.

na relação de fotos apresentada anteriormente, foi possível organizar um argumento pelas respostas e indicações dos nomes das heroínas surdas. As diferentes culturas constroem os significados sobre os heróis e o heroísmo a partir das marcas que os mesmos deixam em uma determinada cultura e comunidade em uma temporalidade. Desta forma, a construção dos significados de heroísmo para a comunidade surda, conforme análise das respostas da interação no Instagram e no desenvolvimento da minha tese (Rangel, 2016), leva em consideração as vivências desses sujeitos na sua comunidade, na sua cultura.

Analisando os dados produzidos a partir da Tese de Doutorado, bem como nas respostas do Instagram, pode-se verificar que as representações do heroísmo feminino na comunidade surda parte da ideia de idealismo, dedicação e pioneirismo. Assim, a construção do heroísmo não acontece de uma hora para outra, se relaciona com os ideais, com o desejo de fazer algo diferente e levar a marca da cultura surda para outros espaços.

Estas características descritas – pioneirismo, protagonismo e idealismo – para a comunidade surda, parecem marcadas pelos movimentos dos surdos que vem acontecendo ao longo dos anos. O heroísmo tem como característica o fato de que o herói permanecerá no imaginário da sua comunidade, seu nome será sempre lembrado e sua história contada e recontada para as gerações seguintes. Nesta direção, chamou a atenção os nomes das mulheres surdas e seus feitos.

Silva (2010, p. 6-7), no trabalho *A mulher surda hoje: novas formas de significar o movimento surdo*, trata do espaço e do trabalho das mulheres surdas, afirmando que “[...] vivemos um momento de mudanças onde a mulher ocupa outros espaços, quebrando com os paradigmas antes estabelecidos.” Neste contexto, “as mulheres surdas hoje têm mais acesso à informação e aos estudos, ingressam no mercado de trabalho e ocupam bancos acadêmicos.”

As mulheres citadas são referências para outras surdas e outros surdos no sentido de possibilidade de ingresso em diferentes espaços, desempenhando diferentes papéis. Ao nomearem as heroínas surdas, os participantes da pesquisa destacaram diferentes âmbitos da vida social, acadêmica, desportiva, política e cultural. Observa-se um movimento de empoderamento feminino e pioneirismo como um elemento importante na constituição da noção de heroísmo.

A presença surda, a presença feminina surda rompe com a ideia de que essas mulheres não poderiam frequentar ou ocupar determinados lugares. Essa presença colabora para o empoderamento das jovens surdas. Deste modo, chama a atenção um deslocamento epistemológico relativo às mulheres surdas nas últimas décadas, analisadas em Klein e Formoso (2007). De um olhar de condescendência por parte da sociedade em relação às mulheres surdas, pelo não reconhecimento de suas condições de desenvolvimento e vida autônoma e de trabalho, para uma crescente tomada dos espaços e da luta política pelas causas surdas.

Com relação ao movimento das mulheres surdas, Krause e Lopéz (2019) destacam que no ano de 2004, ocorreu o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas na cidade de Belo Horizonte. A idealização e organização desse evento ficaram a cargo de Gladis Perlin, uma educadora e ativista surda já aqui mencionada. Durante esse encontro, foram amplamente debatidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, marcando o delineamento de suas primeiras demandas enquanto coletivo. O propósito central desse encontro residia

na formação de movimentos destinados a promover os interesses das mulheres surdas nos países latino-americanos. As discussões abrangeram diversos aspectos da realidade social das mulheres surdas na América Latina, abordando questões como saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos e cidadania.

## Considerações finais

As respostas e comentários enviados pela rede social Instagram pelos participantes da pesquisa evidenciaram a visibilidade das mulheres surdas. Como efeito destas representações observa-se uma comunidade articulada com sua história, valorizando as lutas da comunidade surda e marcando o pioneirismo e o protagonismo com marcas na constituição do heroísmo feminino surdo.

Sobre as mulheres, o pioneirismo e protagonismo feminino, na constituição da comunidade surda, possibilita a outras jovens o reconhecimento do valor das mulheres na luta dos surdos. Desse modo, produz outros modos de ser surdo na contemporaneidade.

## Referências:

- BRAGA, D. S. et al. O.Pesquisa em mídias sociais: um estudo sistemático da literatura brasileira. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 24(4), e193712. 2019.
- FEIJÓ, C. M. O que é Herói. São Paulo: Editora brasiliense s.a., 1984.
- GUERRETTA, C. L. B. F. A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea. 106f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.
- HALL, S. El trabajo de la representación. In: HALL, Stuart. Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Editado por Eduardo Restrepo, Catherine Walsh e Víctor Vish. Popayán: Envión Editores, 2010. p. 447-482.
- HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. 259 p.
- KLEIN, M. FORMOZO; D. de P. Gênero Surdez. Reflexão e Ação, Volume 15, 1, 100-112, 2007.
- KRAUSE, K.; LOPÉZ, L. C. Feminismos, Deficiências e Direitos das Mulheres Surdas. In: LOPES, L. B. Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MOREIRA, R. L.; MIELNICZUK, F. Pesquisa em mídias sociais: aspectos metodológicos e éticos. *Revista Brasileira de Comunicação*, 41(4), 39-54. 2018.
- PEREIRA, D. (Org.) Sexualidade e relações de gênero [recurso eletrônico] - Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.
- RANGEL, G. M. M. Heróis/Heroínas Surdos/as Brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- SILVA, I. G. A mulher surda hoje: Novas formas de significar o movimento surdo. (Trabalho acadêmico) Especialização em Educação. Universidade Federal de Pelotas - UFPel, 2010.
- WORTMANN, M. L. C. Análises culturais - um modo de lidar com histórias que interessam a educação. In. COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 73- 92.
- ZAGO, G. S. ALVES, R. F. Pesquisa em mídias sociais: desafios, métodos e implicações éticas. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 10(2), 1-10. 2016.



## ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS: ATENDIMENTO ÀS CIDADÃS SURDAS

*Protagonism and pioneering in the constitution of Deaf female heroism*



**Keli Krause<sup>1</sup>**



### RESUMO

O presente trabalho faz parte da investigação da tese de doutorado, propondo uma análise comparativa entre os países sul-americanos (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sob o viés da política cultural da comunidade surda. Teve como objetivo analisar o atendimento às mulheres surdas no âmbito da saúde e na esfera policial. Nesse trabalho, foram utilizados os pensamentos do filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (teoria de reconhecimento), e da filósofa norte-americana Nancy Fraser para discussão sobre reivindicação política e social como prática da organização cultural o que inclui também a questão da comunidade surda, especialmente o movimento das mulheres surdas nas esferas de ações institucionalizadas. Foram utilizados quatro métodos: o comparativo, da análise cultural, do grupo focal e análise documental e bibliográfica (física e digital), de fontes de trabalhos em diversas áreas. Como resultado percebemos que, embora a pesquisa tenha abrangido diferentes países, as conquistas de direitos das mulheres surdas nas políticas públicas de saúde e de segurança pública, apresentam semelhanças e diferenças na comparação entre os países.

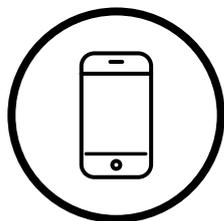
**Palavras-chave:** Saúde; Segurança Pública; Surdez; Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, São Borja, RS, BR; [kelikrause@unipampa.edu.br](mailto:kelikrause@unipampa.edu.br)

## ABSTRACT

The present work is part of the doctoral thesis investigation, proposing a comparative analysis between South American countries (Brazil, Argentina, Paraguay, Uruguay and Venezuela), from the perspective of the cultural policy of the deaf community. It aimed to analyze the care provided to deaf women in the health and police spheres. In this work, the thoughts of the German philosopher and sociologist Axel Honneth (recognition theory) and the North American philosopher Nancy Fraser were used to discuss political and social demands as a practice of cultural organization, which also includes the issue of the deaf community, especially the movement of deaf women in the spheres of institutionalized actions. Four methods were used: comparative, cultural analysis, focus group and documentary and bibliographical analysis (physical and digital), of work sources in different areas. As a result we realized that, although the research covered different countries, the achievements of rights of deaf women in public health and public safety policies, present similarities and differences when comparing countries.

**Keywords:** Health; Public Security; Deafness; Public Policy.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/ODEBrgPqk2M>



## Introdução

A produção da minha tese de doutorado “A Política Cultural da Comunidade Surda: uma análise comparativa entre os países sul-americanos” foi realizada nos anos de 2021/22. A defesa ocorreu em dezembro de 2022, pela PUCRS (Pontifícia Católica Universidade do Rio Grande do Sul). Nesse texto, apresentamos um recorte de minha pesquisa de doutorado com o foco principal no atendimento às mulheres surdas, no âmbito da saúde e da esfera policial, entre os cinco países analisados (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Essa escrita teve como objetivo registrar os direitos amplos de cidadãos surdas na perspectiva da política pública, bem como abordar o desenvolvimento do atendimento às mulheres surdas em cada um desses países. Analisou-se a comunicação com a polícia civil, brigada militar e a delegacia de atendimento às mulheres no âmbito policial. Conhecer a realidade focando o contexto das políticas públicas para as mulheres surdas no âmbito da saúde e da esfera policial, evidencia a diferença na condução dessas políticas nos países pesquisados. Cabe salientar que novas informações coletadas e analisadas no ano de 2023 foram acrescentadas.

Para verificar o que ocorre em cada contexto nos países aqui em foco, nos baseamos em Honneth e Fraser (2006). Fatos sociais e políticos vividos por Surdos (o reconhecimento ou não da língua de sinais, existência ou não de estabelecimentos policiais para atender a violência doméstica sofrida pela mulher surda, entre outros...), dependem do ponto de vista das políticas públicas de cada local. Do mesmo modo, os movimentos feministas surdos buscam suas conquistas como direitos de mulher, compreendendo a relação com as instituições públicas e assim fazendo reivindicações e demandas com base nos documentos legais dos direitos civis, sociais e políticos, seja para contestá-los, seja para ampliá-los quando faltam direitos legitimados na letra da lei para os surdos.

A teoria do reconhecimento (Honneth, 2017), que aborda as motivações que levam



grupos sociais à ação política em busca de emancipação, nos ajuda a pensar nas lutas dos sujeitos surdos em favor do direito à língua de sinais, do respeito a suas especificidades culturais e identitárias e do lugar de fala (Ribeiro, 2020) desses sujeitos como cidadãos ativos na sociedade. De outro ponto de vista, Nancy Fraser, ao focalizar em seus estudos as injustiças sociais e desigualdades socioeconômicas nas lutas por redistribuição de direitos, pode nos apontar caminhos para a reflexão acerca das esferas institucionais do Estado e da sociedade em relação às comunidades surdas e suas lutas por conquista e ampliação de direitos em mundo profundamente desigual. Por exemplo, em comparação ao movimento feminista ouvinte, ainda há lacunas quanto aos direitos de mulheres surdas que sequer têm a garantia da comunicação em várias instâncias da vida pública, ainda que haja, no caso do Brasil, o decreto 5625 de 2005 (Brasil, 2005) assegure o serviço de tradutores-intérpretes de língua de sinais nas repartições públicas, injustiças sociais e desigualdades socioeconômicas na prática da política cultural como as lutas por redistribuição serão abordadas como a questão da comunidade surda nas esferas de ação institucionalizadas. Para entender, o movimento feminista ouvinte avança sua luta de direito no âmbito da saúde e da segurança pública, porém a comunidade surda não acompanha paralelamente, pois a instituição política é limitada, inviabiliza as mulheres surdas de comunicar-se na língua de sinais, como direito natural de usar sua língua materna. Essa instituição tem na lei o apoio de ofertar a essa população os tradutores/intérpretes de língua de sinais nas repartições públicas.

O contexto desse trabalho é o cenário dos países sul-americanos, destacando a importância do reconhecimento e da redistribuição de direitos na sociedade contemporânea como a inclusão do Surdo, especialmente as mulheres surdas na cidadania ativa.

Percebemos que hoje ainda ocorrem desigualdades às inúmeras mulheres surdas no âmbito da saúde na esfera policial. Pode-se pensar que a problemática é apenas na comunicação, porém o problema é mais sério: há falta de conhecimento a respeito de uma cultura, a cultura surda, na qual a comunicação gestual-visual é presente. Para melhor clarificar a situação apresentamos quadros com aspectos sobre o atendimento às mulheres surdas nos serviços de saúde e policial nos países comparados, em que é possível verificar o grau de desenvolvimento das respectivas políticas públicas para as cidadãs surdas em cada país analisado.

## **1 A violência contra a mulher surda no âmbito policial**

Ao decorrer da história, o gênero feminino sempre sofreu com o preconceito. Para tal, surgiram leis de proteção ao gênero. Depois da oficialização da lei Maria da Penha, percebe-se que a mesma se tornou a principal referência no caso da violência contra a mulher brasileira.

A administração dos conflitos violentos contra a mulher através do sistema de justiça criminal, com os principais serviços de atendimento e proteção desenvolvidos pelas instituições de segurança pública apontam para a centralidade dada pela Lei Maria da Penha à natureza criminal destes conflitos. (Vasconcellos, 2015, p. 21)

Neste quadro, apresentamos as delegacias especializadas no atendimento às mulheres surdas nos países sul-americanos comparados:



**Quadro 1:** Atendimento às mulheres surdas



Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, existe uma sede da Fundasor (Fundação de Pais e Familiares de Pessoas Surdas para sua Integração) que oferece uma sala chamada Sordas Sin Violencia em Buenos Aires. Foi fundada no ano 2015 e tem 18 funcionários atendentes: uma coordenadora operacional, uma surda (coordenadora da intervenção e atendimento à comunidade surda) e uma coordenadora de acompanhamento às mulheres surdas em situação de violência, uma psicóloga, uma mediadora surda, sete intérpretes de Língua de Sinais Argentina (LSA), três colaboradoras (incluindo duas surdas), uma fotógrafa surda, uma *designer*, um assessor visual e uma companheira terapêutica para mulheres surdas de modo presencial e virtual (videoconferência por *WhatsApp* e *SMS*). Atualmente (ano de 2023), tem 32 funcionários diferentes e o crescimento do número de profissionais dessa área colabora para um melhor atendimento às mulheres surdas em todo o país, havendo ainda o acesso pelo portal argentino <https://sordassinviolencia.com/>.

Também há programas e materiais<sup>2</sup>, tais como um guia para uma comunicação em acessibilidade para as mulheres surdas, com recomendações para adequar os serviços de atendimento ofertados por meio de dispositivos tecnológicos e presenciais e vídeos de informações diversas e acessíveis.

Na Venezuela não existe aplicativo de emergência de violência contra a mulher, mas há um ministério público com serviços de intérprete de Língua de Sinais Venezuelana (LSV) que atendem às mulheres surdas, recebendo queixas de violência e abuso de toda a Venezuela. Tal atendimento presencial existe somente na capital Caracas, nos outros estados não há estes serviços.

<sup>2</sup> Seguir os links: <https://argentina.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/armado%20boceto%20final%206.pdf> e <https://www.sordassinviolencia.com/Guadeatencionamujeressordas.pdf>

No Brasil, há delegacias especializadas de atendimento às mulheres nas diferentes regiões. Segundo Vasconcellos (2015, p. 53), a primeira Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres (DEAM) foi criada no ano de 1985, em São Paulo. Alguns anos depois, houve a maior expansão destas delegacias ocorrida entre os anos de 1986 e 1995, mas sem atendimento específico às mulheres surdas, pelo desconhecimento da Libras.

As autoras Perlin e Vilhalva (2016), representantes da Feneis nesta ocasião, relatam a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), que tem como objetivo lutar por posições mais justas, igualitárias e democráticas, pela valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Krause e López (2019, p. 141) mencionam que, como destacam Mello e Nuernberg (2012), no Brasil, são recentes as aproximações dos estudos feministas e de gênero com o campo dos estudos sobre a deficiência. Também é recente a visibilidade pública de mobilizações de mulheres com deficiência, que estão instigando mudanças não só no âmbito das políticas públicas e garantias de direitos, mas também nos próprios estudos acadêmicos. Entendemos a deficiência como

um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade” (Mello; Nuernberg, 2012, p. 636).

Na década de 90, no início da interface do feminismo com os estudos sobre deficiência no Brasil, a pesquisadora Mello (2012) relata que a Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), com sede em Brasília, foi a primeira organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina (Krause, 2017, p.6).

Krause (2017, p.1) ressalta que a mulher com deficiência já passa privações por falta de políticas públicas na saúde, na educação, no trabalho, o que aumenta a suscetibilidade à violência. A questão da mulher é um tema relevante em nossa sociedade, precisando ser discutido e focalizado nas mulheres surdas em suas diversas etnias. São importantes reconhecimento de seus direitos na relação entre a raça e a classe da mulher, por exemplo. Segundo Dias (2016), no Brasil, de acordo com o Censo de 2010, há mais de 25 milhões de mulheres com deficiência.

As autoras Krause e López (2019, p. 141) ressaltam que a violência contra as mulheres constitui um debate que vem sendo visibilizado na esfera pública pelo movimento feminista há décadas, potencializado pela aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006) e a criação de dispositivos de denúncia e proteção às mulheres em situação de violência. A temática também ocupa um lugar proeminente nos estudos feministas e de gênero, por afetar a vida de milhares (Veiga et al, 2016). Porém, conforme Mello (2016), os estudos que tematizam a violência contra as mulheres com deficiência são escassos.

Krause (2017, p.6) salienta que o primeiro fórum municipal de Combate à violência contra mulher com deficiência ocorreu em agosto de 2016 na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.

A realização de uma semana com ações específicas para essa parcela da população tem como objetivo sensibilizar governos e comunidade, em relação às potencialidades das pessoas com deficiência e chamar a atenção para suas necessidades, tanto para a definição de políticas públicas quanto para o combate ao preconceito. A Semana foi criada pela Lei Municipal 4.234/97 para ser uma ferramenta promotora da valorização e cidadania desse segmento que representa 23,43% da população, com 75 mil canoenses, segundo o Censo 2010 (Sul 21, 2016)<sup>3</sup>.

De acordo com Krause e Lopéz (2019, p. 141), articulamos a esses campos, os Estudos Surdos para realçar a especificidade da condição de surdo(s) como sujeito(s) que se situa(m) no mundo de maneira diferenciada, tendo a língua de sinais como distintiva na construção de conhecimento do mundo e na constituição e reconhecimento de identidade cultural (Perlin, 1988; Skliar, 1997).

Percebemos que há poucos materiais e informações no que tange à surdez, porque é bastante recente o movimento feminista surdo em nosso país. Poucas pesquisas sobre o assunto foram feitas e Krause desenvolveu um dos poucos trabalhos que teve a preocupação em elaborar e aplicar um questionário com intérpretes de Libras de várias cidades do Brasil, com base nas redes sociais, sobre a temática “o atendimento a mulheres surdas em situação de violência” desde 2017<sup>4</sup>.

Abaixo seguem gráficos que mostram questões raciais, tipos de violência e atendimento de intérpretes em relação às mulheres surdas.

**Figura 1:** Qual a raça da mulher surda atendida



Fonte: Krause, 2017.

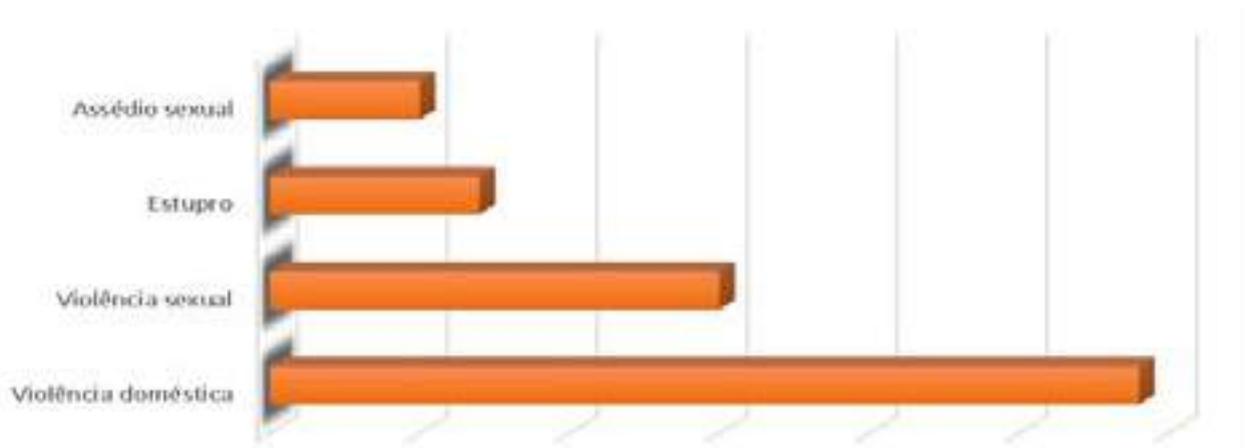
Conforme Krause (2017, p.8), a violência doméstica é caracterizada pelo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue (como pais e filhos), ou unidas de forma

<sup>3</sup> Seguir o link de Sul 21: <https://sul21.com.br/cidades/2016/08/canoas-debate-inclusao-e-cidadania-das-pessoas-com-deficiencia/>

<sup>4</sup> Artigo publicado (Anais) pelo evento V Enlaçando e seguir o link: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30578>

civil (como marido e esposa ou genro e sogra). Nesse gráfico, percebe-se que essa é a mais praticada. E a violência doméstica, ocorre muito por consequência da falta de comunicação e medo de ameaças.

**Figura 2:** Tipo de violência mais causada



Fonte: Krause, 2017.

Krause (2017, p.8) apresenta um gráfico estatístico sobre onde os intérpretes de Libras atendem às mulheres surdas vítimas de violência.

**Figura 3:** Onde os intérpretes de libras atendem as mulheres surdas vítimas de violência



Fonte: Krause, 2017.

Como se trata de violência, o gráfico aponta que o maior número foi nas delegacias. É muito recorrente, pois a própria autoridade, sentindo a necessidade, procura o profissional

para auxiliar no fato. A presença do intérprete seria necessária em todos os setores públicos, mas na realidade sabemos que não acontece.

Conforme Krause (2017, p. 12), a mídia sempre mostra nas redes de televisão a violência contra mulher indicando ligar para o 180 (Central de Atendimento à Mulher). Aproveito e questiono: como as mulheres surdas ligam, sem poder falar e, às vezes, nem sequer terem um intérprete? Acredito que a maioria não sabe como fazer denúncia, há falta de conhecimento, não há materiais especiais em Libras. Ainda não houve iniciativas do poder público em criar estratégias de comunicação envolvendo a elaboração de materiais esclarecedores e orientadores para as mulheres com deficiência.

Atualmente, houve crescimento de produções, pesquisas científicas e acadêmicas sobre a violência contra a mulher surda, mas na prática não há acesso no âmbito da saúde e segurança pública. Poucas iniciativas aconteceram de implementação da política para as mulheres surdas como os projetos de leis aprovados nos estados brasileiros e já algumas funcionando tais como a Central de Atendimento Especializada às Mulheres Surdas em São Paulo e Rio de Janeiro.

Percebe-se, quanto à acessibilidade, uma preocupação constante das pessoas com deficiências, especialmente surdos. Portanto, o SOS Mulher Brasil adicionou as funcionalidades de WhatsApp e Telegram, bem como atendimento em Libras para usuárias surdas em 2021 e uma nova forma de denúncia pelo aplicativo, com atendimento realizado por mulheres bilíngues (Libras-Língua Portuguesa) na central do 180, em Brasília. Os materiais da Lei Maria da Penha foram traduzidos de português para Libras e encontramos alguns materiais como o DVD “Cartilha Lei Maria da Penha e Cartilha Assédio” em Libras.

Com esse importante trabalho, percebeu-se que o combate à violência contra as mulheres surdas ainda tem muito a avançar. Esta realidade triste, mas atual, continua acontecendo devido à

...incapacidade do Estado em acolher as demandas das mulheres surdas e de garantir condições igualitárias de acesso aos seus direitos. Ao mesmo tempo, existem movimentos de luta pela acessibilidade e garantia de direitos para as mulheres surdas. Assim, analisaremos essas ações da sociedade civil organizada, no sentido de contribuir para a multiplicação das mesmas em outras ONGs feministas da região (Krause e López, 2018, p. 613).

A falta de atualização dos dados de pesquisa faz com que ocorra a análise dos gráficos levando em conta a situação do ano da pesquisa, neste caso o ano de 2017. Sabemos que dados estatísticos necessitam de atualização para que as informações sejam melhor analisadas e termos a percepção se houve o crescimento ou a redução de tipos de violência contra as mulheres surdas no Brasil.

No **Uruguai**, não há aplicativo específico para dar suporte às vítimas de violência, mas existem os materiais informativos em Língua de Sinais Uruguiaia (LSU) para as orientações sobre a situação da mulher surda frente à violência de gênero.

O Ministério de Desenvolvimento Social inaugurou o atendimento para as mulheres no dia 12 de dezembro de 2022. Este serviço é oferecido através de videoconferência onde a mulher em situação de violência doméstica, poderá chamar utilizando a LSU (*Lengua de Señas Uruguay*). O número de chamada 092 626 928, de segunda a sexta, das 9h às 14:30h, conta



com seis intérpretes de LSU, que atendem em todos os estados do Uruguai. Salientamos que no final da semana, bem como no período noturno, não há possibilidade de atendimento, se acontecer algum ato de violência contra mulher surda. Por isso urge ampliar o atendimento às mulheres surdas nos diferentes tipos de violência.

Nos países **Paraguai** e **Venezuela** não há aplicativos específicos e também não há materiais informativos sobre orientações para as mulheres surdas paraguaias e venezuelanas.

As autoras Perlin e Vilhalva (2016, p.6) ressaltam que os direitos das mulheres surdas são os mesmos direitos de todas as mulheres. É preciso construir, por meio do conhecimento científico, as estratégias necessárias para o atendimento da mulher surda focando na acessibilidade para a mesma. Não se pode esquecer que a mulher surda, sendo usuária da língua de sinais, necessita de comunicação visual, portanto *“a inclusão das mulheres surdas será muito mais prática se desenvolvida conjuntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres”* (Perlin; Vilhalva, 2016).

Se olharmos a situação da Argentina, onde há um atendimento específico para as mulheres surdas - *Sordas Sin Violencia* -, com protagonistas surdas e ouvintes como intérpretes de LSA, percebe-se que essa conquista passou por lutas sociais, que provocaram uma demanda atendida pelo governo nacional, apoiado pelo programa desenvolvido. Até os dias de hoje, a situação está melhor nas instituições públicas assim conclui-se que as políticas públicas para as cidadãs surdas argentinas são superiores se comparadas as do Brasil.

As correntes de autores como Honneth (teoria do reconhecimento) e Fraser (redistribuição) auxiliam no entendimento da situação da comunidade surda na América do Sul, particularmente no movimento feminista surdo, que luta pelos direitos das mulheres surdas no âmbito da saúde e esfera policial. Krause (2020, p. 177) relata que:

Também se destacam as teorias sobre a construção do sujeito surdo ser cidadão, como os movimentos sociais e as lutas pelo reconhecimento de direitos humanos de caráter político, cultural e social no cenário contemporâneo. É importante mostrar a história de fenomenologia social do surdo.

Portanto, a análise e a comparação dos dados e das informações não pode ser realizada sem relacionar a teoria com a história dos sujeitos envolvidos.

## **2 Atendimento às mulheres surdas no âmbito da saúde**

A importância da assistência às mulheres surdas na área de saúde humanizada como fator de inclusão social, referente ao atendimento às pessoas surdas nos serviços da área de saúde, estabelece-se como aspecto essencial de qualidade dos serviços prestados.

Percebe-se que o serviço é precário, não havendo entendimento ou uma comunicação límpida, pois não há compreensão por parte do surdo e do profissional de saúde, por não ter a troca de informação necessária. Porém, sabe-se que o atendimento digno pode ser atingido quando suas necessidades são entendidas e assim realizando verdadeiramente a inclusão na saúde.

Na perspectiva social e comunitária, com foco na comunidade surda, passando de objeto de saúde a sujeitos de direito, as mulheres surdas no exercício de seus direitos sexuais e

reprodutivos enfrentam diferentes barreiras sociais.

Correa e Petchesky (1995) argumentam que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são eixos fundamentais para a construção da cidadania e que se referem ao poder que cada pessoa tem para decidir sobre sua fertilidade, capacidade de saúde reprodutiva, sexual e reprodutiva, número de filhos, atividade sexual, cuidados e crianças. Além disso, para que as pessoas possam tomar essas decisões com segurança e responsabilidade, elas devem ter acesso às informações, disponibilidade de recursos, equidade, não discriminação, liberdade e respeito (Braga; Feitosa, 2016, p. 25 e 26).

As políticas públicas de saúde são calcadas nas legislações para as pessoas, em geral, porém quando realizamos uma análise comparativa entre os países sul-americanos sobre as leis específicas para o atendimento às mulheres surdas, na área da saúde, encontramos uma realidade diferente. Percebemos a diferença na acessibilidade para cidadãs surdas em cada país, conforme apresentado abaixo:

**Quadro 2:** Atendimento as mulheres surdas à saúde



Fonte: Krause, 2023.

Na Argentina, em 2018, *Sordas sin Violencia* começou a trabalhar com o Hospital Geral de Agudos Dr. Teodoro Álvarez, na cidade de Buenos Aires em iniciativa para acesso à saúde integral para as mulheres surdas. Este hospital trabalha nas dependências do parto. Também se caracteriza por seus serviços de saúde sexual e reprodutiva e assistência às vítimas de violência e abuso sexual.

No **Brasil**, no ano do 2013, o Ministério de Saúde desenvolveu os materiais sobre a saúde sexual e saúde reprodutiva<sup>5</sup>, incluindo as pessoas surdas.

Em 2015, o ex-deputado Rômulo Gouveia desenvolveu o Projeto de Lei 1769/15 que apresenta a obrigatoriedade das instituições de saúde a terem 10% de funcionários capacitados para o uso de Libras. Ainda aguarda aprovação e deve ser consultado nos órgãos respectivos até os dias de hoje, por causa da burocracia.

Em 2020, a Lei 17.029, de 18 de agosto, garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco.

Em 2021, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro elaborou um projeto de lei Nº 949/2021 que estabelece o direito à presença de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, para acompanhar as consultas de pré-natal, o trabalho de parto e as consultas no puerpério, das gestantes, parturientes e puérperas com deficiência auditiva.

Em 2022, conforme consta no site da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí<sup>6</sup>, a deputada Lucy Soares, do Piauí, faz

uma proposta que se converteu na Lei Nº 7.588/2021 que assegura o direito à presença de um tradutor ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato em hospitais, maternidades e estabelecimentos similares da rede pública e privada do Piauí.

Posteriormente, estes modelos de projetos de lei espalharam-se para outros estados brasileiros, tais como a Lei nº 18.627, de 26 de janeiro de 2023 (Santa Catarina), projeto de lei que disponibiliza intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para mulheres surdas durante o trabalho de parto em 2023 (Goiás). Além destes, a

Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Projeto de Lei 259/2022 que obriga maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sempre que solicitada por um paciente” no site de Estado de Minas<sup>7</sup> (2022).

Percebemos que, a partir do ano de 2020, o projeto de lei 17.029 acelerou o desenvolvimento de modelos semelhantes na esfera municipal, estadual e federal até os dias de hoje.

No **Uruguai**, em 2012, a Unidade de Saúde de Surdos do Uruguai (USS) iniciou o atendimento às mulheres surdas uruguaias em relação à saúde sexual e reprodutiva, também educação em saúde sexual e reprodutiva, maternidade, entre outros.

No **Paraguai** e **Venezuela**, não encontramos informações acerca de legislações específicas sobre o atendimento às mulheres surdas à saúde.

<sup>5</sup> Seguir ao link de materiais: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_sexual\\_saude\\_reprodutiva.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf)

<sup>6</sup> Seguir ao link do site: <https://www.al.pi.leg.br/institucional/noticias/lei-garante-a-gravidas-surdas-o-interprete-de-libras-na-sala-de-parto#:~:text=Uma%20proposta%20que%20se%20converteu,p%C3%ABblica%20e%20privada%20do%20Piau%C3%AD.>

<sup>7</sup> Seguir ao link de site de Câmara Municipal de BH: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/259/2022>

## Conclusão

Muitas conquistas foram realizadas através das lutas sociais, porém ainda há um grande caminho a trilhar. Enquanto no Brasil e Argentina encontramos grandes avanços, no Uruguai a luta precisa ser melhor estruturada e negociada com os governantes. Este é um aspecto que pode ser verificado na escrita de Honneth (2017), à medida que a identidade dos indivíduos se determina por um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. E um exemplo da fala de Fraser (2006) a respeito das políticas públicas, onde a conquista e a própria luta têm um significado de paridade social, em que os direitos se tornam realidade nos países sul-americanos. Esse é o resultado dos movimentos sociais em que surdos buscam suas conquistas como direitos por meio de reivindicações e demandas nos documentos legais dos direitos civis, sociais e políticos.

Percebemos que há algumas semelhanças e diferenças dos cidadãos surdos nos cinco países. Por isso, os movimentos sociais surdos, nas perspectivas dos direitos humanos e culturais acessíveis, repercutem as questões das mulheres surdas, contribuindo para torná-las protagonistas da cidadania ativa igual a outras mulheres não surdas.

A comunidade surda precisa continuar lutando para que as políticas públicas contemplem a acessibilidade e a melhoria no âmbito da saúde e na esfera policial nos países sul-americanos

## Referências:

- BRAGA, J. de C. F.; FEITOSA, G. R. P. Direito à educação da pessoa com deficiência: transformações normativas e a expansão da inclusão no Brasil. *Revista Direitos Humanos E Democracia*, 4(8), 310-370., 2016. <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2016.8.310-370>. Acesso em 18.07.2021.
- CNSE. Situación de las mujeres sordas ante la violencia de género. Disponível em: <https://www.inmujeres.gob.es/publicacioneselectronicas/documentacion/Documentos/D E1308.pdf>. Acesso em: 19.07.2021
- CORREA, S.; PETCHESKI, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. v.6, n. 1-2. Rio de Janeiro, 1996, p.149-175.
- DIAS, A. As mulheres com deficiência, o silêncio e a violência. Disponível em: <http://thinkolga.com/2016/02/19/as-mulheres-com-deficiencia-o-silencio-e-a-violencia/>. Acesso em: 26/05/2017.
- FRASER, N.; HONNETH, A. ? Redistribución o reconocimiento? Um debate político-filosofico. Tradução de Pablo Manzano, Madrid: Morata, 2006.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: 34, reimpressão 2017.
- KRAUSE, K. A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação: uma análise comparativa Brasil-Argentina. 1 edição, Curitiba: Appris, 2020.
- KRAUSE, K. Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLANÇADO SEXUALIDADE, 5, 2017, Salvador. Anais [...]. Campina Grande, PB: Realize eventos e editora, 2017, p. 1-12.
- KRAUSE, K. LÓPEZ, Laura Cecília. Feminismos, Deficiências e Direitos das Mulheres Surdas. Sexualidade e Relação de Gênero. Ponta Grossa, PR, Atena Editora, 2019.
- KRAUSE, K. A Política Cultural da Comunidade Surda: uma análise comparativa entre os países sul americanos. 2022. 298f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10855>.
- MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(3): 635-655, setembro dezembro/2012.
- PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.). A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- PERLIN, G.; VILHALVA, S. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. *Revista Fórum*, Rio de Janeiro, n. 33, jan.-jun. 2016. Disponível em: [www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453](http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453). Acesso em: 27 maio 2018.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.
- VASCONCELLOS, F. B. Punir, Proteger, Prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal. 2015. 224f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica

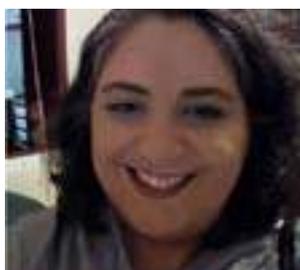


## MULHERES SURDAS NA CIÊNCIA: NECESSÁRIA VISIBILIDADE

*Deaf women in science: necessary visibility*



**Luciane Cruz Silveira<sup>1</sup>**



**Angela Corrêa Ferreira Baalbaki<sup>2</sup>**



<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; lucianacruz72@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; angelabalbaki@hotmail.com

## RESUMO

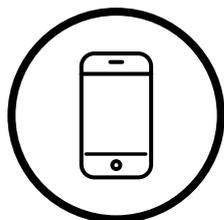
O presente artigo tem como objetivo dar visibilidade às mulheres surdas cientistas. Com efeito, pretendeu-se apresentar brevemente a história da vida acadêmica de quatro mulheres surdas, a saber, uma astrônoma estadunidense, nascida no século XIX, e três pesquisadoras brasileiras. Consideramos ser relevante este tipo de levantamento como uma forma de valorização destas mulheres no âmbito acadêmico, espaço ainda fortemente marcado pelo sexismo.

**Palavras-chave:** Mulheres surdas; Ciência; Visibilidade.

## ABSTRACT

This article aims to give visibility to deaf women scientists. In fact, the aim was to briefly present the history of the academic lives of four deaf women, namely, an American astronomer, born in the 19th century, and three Brazilian researchers. We consider this type of survey to be relevant as a way of valuing these women in the academic sphere, a space still strongly marked by sexism.

**Keywords:** Deaf women; Science; Visibility.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**

[https://youtu.be/UNZ6Uw6\\_d5A](https://youtu.be/UNZ6Uw6_d5A)



### **Maria Sem-Vergonha**

De ser mulher já são tantas, milhares, uma verdadeira  
rama, florescendo por todo o planeta lilás  
são Maria-sem-vergonha de ser mulher.

Não são só florinhas.

São mulheres se agrupando,  
misturando suas cores, gritando seus encantos,  
exibindo suas verdades.

São domésticas, bailarinas, artistas,  
médicas, estudantes, bancárias,  
professoras, escritoras, garis,  
brancas, negras, índias,  
meninas... agricultoras...

São sem-vergonha de lutar,  
acreditar, denunciar, exigir, reivindicar, sonhar...

São Maria-sem-vergonha de dizer  
que ainda falta trabalho, salário digno, respeito...

Que ainda são vítimas da violência,  
da porrada, do assédio, do estupro, do aborto,  
da prostituição, da falta de assistência...

São Maria-sem-vergonha de se indignar



diante do preconceito, da escravidão, da injustiça,  
da discriminação de seus cabelos pixaim  
e da sua pele negra...  
São Maria-sem-vergonha de brigar  
por creches, educação, saúde, moradia, terra e comida,  
meio ambiente, pelo direito de ter ou não filhos...  
São Maria-sem-vergonha de ficar bonita,  
pintar a boca e da sua boca soltar um beijo  
que não vem da boca, mas de seu ser inteiro,  
indivisível, solidário...  
São Maria-sem-vergonha de dizer não,  
de buscar alegria, prazer...  
Sem vergonha de se cuidar,  
de usar camisinha e de se apaixonar.  
Atrevidas...  
Maria-sem-vergonha de decidir,  
fazer política, escolher e ser escolhida.  
São essas sem-vergonha  
que a cada tempo mudam a história.  
Conquistam direitos;  
Dão vida;  
Geram outras vidas...  
Insistentemente, desavergonhadamente  
vão tecendo de cor a beleza,  
o desbotado das relações humanas.  
Sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser feliz  
vão parindo com dores e delícias um novo mundo  
para mulheres e homens. Um novo mundo  
pra comunidade dos seres humanos, plantas e animais.

*Cândida Najjar*

## Introdução

Abrir um artigo com um poema intitulado “Maria Sem-Vergonha” nos remete a uma planta encontrada em vários jardins. Com uma diversidade enorme de cores de suas flores, seu cultivo é fácil: basta que um pequeno galho mantenha contato com terra úmida para que raízes cresçam e uma nova planta se desenvolva. Com um ciclo de vida perene e com floração que dura todo ano, suas lindas flores de pétalas simples ou dobradas desabrocham e colorem canteiros.

Falar em “Marias Sem-vergonha” é falar de mulheres que fazem crescer novas possibilidades em terrenos pouco férteis onde o machismo e o sexismo estão enraizados. São mulheres que unidas lutam por seus ideais e objetivos. Mulheres que se espriam para conquistar novos rumos. Mulheres que são desde domésticas, bailarinas, artistas e até



cientistas. Mulheres brancas, negras, índias e surdas. Um canteiro de lutas intermináveis na busca por ocupar espaços sociais variados, que pode passar pela produção de conhecimento científico (terreno, em grande medida, ainda rochoso para mulheres).

Nos últimos anos, no deparamos com enunciados<sup>3</sup> como esses “CNPq lança edital para apoiar formação de mulheres em ciências exatas” (Agência Brasil, 2024<sup>4</sup>); “CAPES participa de seminário sobre mulheres na ciência”<sup>5</sup>; “Levantamento da Capes mostra que mulheres enfrentam sexismo na ciência” (Correio Braziliense, 2023<sup>6</sup>) que circulam na mídia (jornais digitais e outras plataformas de informação). Enunciados que evidenciam a falta de espaço das mulheres nas ciências, sobretudo, nas exatas e tecnológicas.

Se dentro da produção de conhecimento é notável a falta de equidade entre homens e mulheres, quando se fala de mulheres surdas essa disparidade é ainda maior. O objetivo deste artigo é pôr em causa uma demanda ainda pouco discutida e apreciada no âmbito acadêmico brasileiro: dar visibilidade às pesquisadoras surdas em seus campos de atuação científica.

Neste contexto, propomos apresentar um levantamento feito a respeito de mulheres surdas na(s) ciência(s). Na primeira parte do artigo, traremos um breve comentário acerca da astrônoma surda estadunidense Annie Jump Cannon. Posteriormente, apresentaremos uma verificação feita no Brasil. Nessa parte, listamos as pesquisadoras surdas que produzem ciência em nosso país. Cabe ressaltar que, em geral, são doutoras nas áreas de Linguística e Educação. Dada a impossibilidade de relatar a história de quase sessenta mulheres surdas em um único artigo, trazemos à baila um pouco da vida acadêmica de três pesquisadoras: Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski e Marianne Stumpf.

Pretendemos, portanto, que este texto seja um ponto de ancoragem que permita refletir e discutir “a relação da mulher surda no campo de Estudos Surdos que pode se cruzar com a história cultural do campo dos Estudos da Mulher” (Stelmacki, 2021, p. 8). Por fim, destacamos que quase todas as imagens inseridas no texto foram (re)produzidas utilizando a cor lilás, já que a coloração representa a luta do feminismo.

## 1 Mulher surda na ciência fora do Brasil

Esta seção pretende apresentar algumas observações a respeito de uma astrônoma surda estadunidense.

---

<sup>3</sup> Tratam-se de títulos de notícias jornalísticas.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/cnpq-lanca-edital-para-apoiar-formacao-de-mulheres-em-ciencias-exatas>. Acesso em 18 abril 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-participa-de-seminario-sobre-mulheres-na-ciencia>. Acesso em: 18 abril 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/04/5084651-levantamento-da-capes-mostra-que-mulheres-enfrentam-sexismo-na-ciencia.html>. Acesso e: 18 abril 2024.



**Figura 1:** Annie Jump Cannon



Fonte: as autoras, 2024.

Annie Jump Cannon (1863 - 1941) estudou física no Wellesley College, uma instituição para mulheres, no período de 1880 a 1884. Durante a faculdade Cannon perdeu a maior parte de sua audição acometida por escarlatina. Desenvolveu interesse na fotografia, aprofundando seus estudos nessa área e suas habilidades a possibilitaram viajar para Europa. Anos depois, com a perda de sua mãe, Cannon volta para Wellesley para dar aulas de física e começou a desenvolver interesse por astronomia, quando começou a estudar no Radcliffe College e lhe foi oferecido um estágio não remunerado no Observatório de Harvard onde Edward Charles Pickering a contratou como uma de suas assistentes em 1896. Cannon foi a primeira assistente mulher a fazer observações astronômicas no Observatório. Segundo Kruit (2021), em 1907, Cannon concluiu seu mestrado em astronomia no Wellesley College e se tornou membro do grupo de mulheres especialistas em cálculo<sup>7</sup> de Harvard contratadas por Pickering.

Em relação à catalogação das estrelas, historicamente, registra-se que foi o trabalho do padre Angelo Secchi que começou a classificação estelar no Observatório do Vaticano em 1860, examinando milhares de estrelas e dividindo-as em cinco classes, entre elas as classes I, II e III que são utilizadas até o presente. Atualmente, é utilizado o esquema do Catálogo de Henry Draper, que foi um médico e astrônomo amador. Draper conseguiu registrar a primeira fotografia de um espectro estelar em seu observatório particular. Após sua morte, sua viúva

<sup>7</sup> Grupo de mulheres que ficou conhecido, ainda no início do século XX, como as “Calculadoras de Harvard” já que computavam dados gerados no Observatório daquela instituição de ensino.

criou o Henry Draper Memorial Fund, financiando o trabalho espectroscópico de Pickering em Harvard, onde obteve centenas de espectros fotográficos de estrelas classificadas por Williamina Fleming em um novo esquema de classificação, dividindo as do tipo I de Secchi em tipos mais específicos de A a D, o tipo II em E a L e tipo III em M e introduzindo o novo tipo O.

Em 1890, o resultado foi publicado como *The Draper Catalogue of Stellar Spectra*. Cannon aprimorou o catálogo e definiu uma sequência que se tornou universalmente utilizada, refletindo uma sequência de temperaturas efetivas decrescentes, respectivamente: O, B, A, F, G, K, M, cada uma subdividida em dez subtipos. Conforme afirma Kruit (20221), há relatos de que Cannon conseguiu classificar 200 estrelas por hora no que resultou em cerca de 250.000 estrelas catalogadas no *Henry Draper Catalogue*, publicado por Cannon e Pickering nos volumes 91 à 99 dos Anais de Harvard entre 1918 e 1924.

**Figura 2:** Annie Jump Cannon em sua mesa no Harvard College Observatory.



Fonte: as autoras, 2024.

Ilustração da Annie Jump Cannon busca representar seu processo de catalogação de estrelas em Harvard, utilizando um método desenvolvido por ela mesma. De acordo Kruit (2021), com os primeiros espectros de estrelas coletados, foi possível constatar em um breve espaço de tempo sua grande variedade, iniciando um esquema de classificação para ordenar suas características.

Annie Cannon tinha título de mestre em Wellesley College, mas não apresentou uma tese de doutorado, porém recebeu doutorados honorários da Universidade de Groningen

(Holanda), em 1921, e da Universidade de Oxford (Inglaterra), em 1925, com honra especial. No mesmo ano, recebeu o título honorífico *Alma Mater do Wellesley College*, onde foi aluna e professora.

A seguir, inserimos a carta<sup>8</sup> enviada por Jacobus Cornelius Kapteyn, astrônomo holandês da universidade de Groningen, para Annie Cannon parabenizando-a pela concessão do título de doutorado *Honoris causa*:

**Figura 3:** Carta enviada a Annie Cannon



Fonte: as autoras, 2024.

Além dos doutorados *h. c.*, a cientista foi nomeada e premiada com a Medalha Henry Draper da Academia Nacional de Ciências e deu vida ao Prêmio Annie Jump Cannon em Astronomia pela Sociedade Astronômica Americana concedido para uma mulher que tenha realizado contribuição relevante para a astronomia nos cinco anos subsequentes ao seu doutorado (Kruit, 2021).

## 2 Mulheres surdas na ciência no Brasil

Gladis Perlin foi a primeira mulher surda a obter título de doutorado no Brasil. Além dela, existem cinquenta e oito mulheres doutoras surdas em nosso país, como podemos observar

---

<sup>8</sup> “Prezada Srta. Cannon, Deixe-me ser o primeiro a parabenizá-la pela merecida homenagem que lhe foi conferida pela Universidade de Groningen. Pelo que sei, você e Schwarzschild são as únicas pessoas a quem foi concedido o doutorado em Matemática e Astronomia ‘honoris causa’. Espero que você encontre nesta homenagem pelo menos algum pequeno retorno para um trabalho que mesmo na Astronomia dificilmente tem paralelo, um trabalho que é tão urgentemente exigido para o progresso futuro da ciência e que lhe renderá a gratidão de todos que tentam penetrar um pouco mais nos mistérios do Universo estelar. Atenciosamente, J. C. Kapteyn (Kruit, 2021, p. 24- tradução livre).

no quadro abaixo:

Nome	Ano	Nome	Ano	Nome	Ano
Ana Luiza Paganelli Caldas	2021	Fernanda de Araújo Machado	2017	Marcia Dias Lima	2024
Ana Regina e Souza Campello	2008	Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro	2021	Marisa Dias Lima	2018
Betty Lopes L'Astorina de Andrade	2019	Flaviane Reis	2015	Michelle Andréa Murta	2022
Bianca Ribeiro Pontin	2021	Francielle Cantarelli Martins	2018	Miriam Royer	2023
Bruna da Silva Branco	2023	Geisielen Santana Valsechi	2020	Nayara de Almeida Adriano	2018
Bruna Fagundes Antunes Alberton	2021	Gisele Maciel Monteiro Rangel	2016	Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione	2010
Camila Guedes Guerra	2019	Gisele Pereira Gama Garcia	2024	Priscilla Fonseca Cavalcante	2024
Carilissa Dall'Alba	2020	Heloise Gripp Diniz	2023	Renata Rodrigues de Oliveira Garcia	2019
Carla Damasceno de Moraes	2016	Janaína Pereira Claudio	2016	Renata Ohlson Heinzelmann Bosse	2021
Carolina Comerlato Sperb	2017	Karin Lilian Strobel	2008	Roberta Savedra Schiaffino,	2016
Carolina Ferreira Pêgo	2021	Kátia Lucy Pinheiro	2020	Sílvia Andreis-Witkoski	2011
Carolina Hessel Silveira	2015	Keli Krause	2022	Sylvia Lia Grespan Neves	2022
Carolina Silva Resende da Nóbrega	2017	Keyla Maria Santana da Silva	2023	Simone Gonçalves de Lima Silva	2016
Daniela Prometi Ribeiro	2020	Larissa Silva Rebouças	2020	Thaís Fleury Avelar	2020
Daniele Miki Fujikawa Bózoli	2021	Luciane Cruz Silveira	2022	Tatiane Monteiro da Cruz	2022
Débora Campos Wanderley	2017	Luciane Rangel Rodrigues	2023	Tathianna Prado Dawes	2021
Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto	2022	Mariana de Lima Isaac Leandro Campos	2015	Telma Rosa de Andrade	2023
Eliane Telles Bruim Vieira	2022	Marianne Rossi Stumpf	2005	Teresa Cristina Leança Soares Alves	2023
Emiliana Faria Rosa	2013	Marília Ignatius Nogueira Carneiro	2021	Vanessa Lima Vidal	2023

Fonte: as autoras, 2024.



Como já anunciamos, a pioneira a alcançar esse título se chama Gladis Perlin<sup>9</sup>, graduada em teologia, mestre e doutora em educação. Suas pesquisas na área da educação de surdos abordam temas como diferença, alteridade e identidade surda, defende que existe cultura, história e arte de povos surdos advindas de sujeitos surdos.

**Figura 4:** Gladis Perlin



Gladis Perlin nasceu no Rio Grande do Sul e perdeu a audição aos 8 anos de idade devido à meningite. Quando vivia na zona rural do seu estado, conviveu mais com ouvintes do que com surdos. Contudo, ao se mudar para a capital, Porto Alegre, foi levada para um mosteiro, onde passou a conviver com outros surdos e iniciar sua trajetória participando da comunidade surda. Se formou em teologia, em 1987, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em educação, em 1998, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em educação, no ano de 2003, também pela UFRGS. Perlin era professora associada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição na qual trabalhou até sua aposentadoria.

**Figura 5:** Livro “Um olhar sobre nós surdos”



<sup>9</sup> Endereço para acessar o Curriculum Vitae da pesquisadora: <http://lattes.cnpq.br/9965241502111110>

Suas pesquisas têm mais enfoque em estudos surdos e educação bilíngue de surdos voltados para o ensino da língua, cultura e identidade surda. Publicou diversos artigos e livros sobre tais temáticas e, em parceria com Marianne Stumpf, publicaram os livros “Um olhar sobre nós surdos” e “Estudos Surdos” (volume II).

No Brasil, apenas dez mulheres surdas<sup>10</sup> alcançaram o título de pós-doutorado. A primeira a conquistá-lo se chama Sílvia Andreis Witkoski<sup>11</sup>. É doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2011. Em seguida, concluiu o estágio de Pós-doutorado, em 2012, também em Educação pela UFPR. Possui mestrado em medicina, em 2002, pela UFRGS e graduação em educação artística, em 1995, também pela UFRGS. Atualmente, é professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Sua tese de doutorado “Educação de surdos e preconceito” é uma pesquisa de muita importância na área da educação de surdos.

**Figura 6:** Sílvia Andreis Witkoski



Sílvia Andreis Witkoski levou a vida como ouvinte até os 35 anos, quando perdeu a audição. Ela defende que o caminho da educação de surdos é uma educação bilíngue de qualidade, um direito garantido por lei, onde as escolas devem ensinar a Libras como a L1 dos surdos e o português na modalidade escrita como L2. Destaca também a importância da qualificação do professor, fluência em Libras e compreensão da construção de identidades variadas dos sujeitos surdos, respeitando e valorizando as diferenças, os professores precisam estar preparados para receber alunos surdos muito diferentes uns dos outros.

Publicou diversos artigos e livros na área da educação de surdos como Introdução à

<sup>10</sup> As outras dez mulheres surdas com o título de pós-doutorado são: Marianne Rossi Stumpf, Gladis Teresinha Taschetto Perlin, Emiliana Faria Rosa, Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, Carla Damasceno de Moraes, Aparecida de Almeida Araujo, Kátia Lucy Pinheiro, Francielle Cantarelli Martins e Ana Regina e Souza Campello.

<sup>11</sup> Endereço para acessar o Curriculum Vitae da pesquisadora: <http://lattes.cnpq.br/7927761622443244>

Libras: Língua, História e Cultura e Educação de Surdos e Preconceito. Também é escritora e ilustradora de livros para crianças, dos quais publicou: *Brincando com Portinari* (2006), *O galo apaixonado* (2006), *Educação de Surdos pelos próprios surdos: uma questão de direitos* (2012), *Educação de surdos e preconceito* (2012), *Ser surda: História de uma vida para muitas vidas* (2013), *Aventuras na Ilha da Mel* (2015), *A ararinha e o quati* (2021), *Natal em Natal* (2022), *O Lobo sumiu* (2023) e *As aventuras de aninha no parque* (2023).

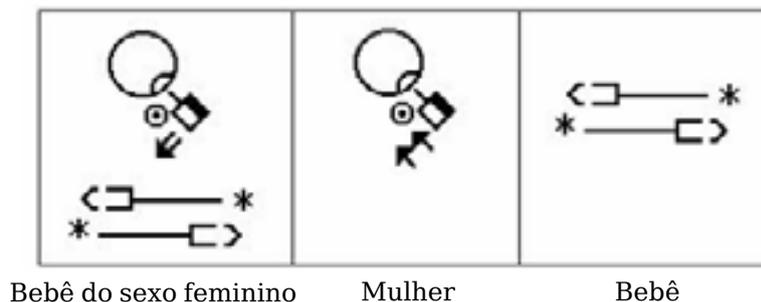
Por sua vez, Marianne Rossi Stumpf foi a primeira mulher surda a publicar uma pesquisa sobre a escrita de sinais no Brasil. Sua tese de doutorado defendida, em 2005, com o título “Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador”. Em 2006, a tese foi premiada pela CAPES<sup>12</sup>.

**Figura 7:** Marianne Rossi Stumpf



Vale ressaltar que o SignWriting é um sistema de escrita de língua de sinais. Abaixo, inserimos um exemplo retirado de sua tese.

**Figura 8:** escrita de língua de sinais



Fonte: STUMPF, 2005, p. 65.

Stumpf<sup>13</sup> possui graduação em tecnologia de informática pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) no ano de 2000 e graduação em Educação de Surdos pela Universidade

<sup>12</sup> Link: Teses premiadas em 2006 — CAPES ([www.gov.br](http://www.gov.br))

<sup>13</sup> Endereço para acessar o Curriculum Vitae da pesquisadora: <http://lattes.cnpq.br/4624844037162346>

de Santa Cruz do Sul (UNISC), em 2004. Possui doutorado em Informática na Educação pela UFRGS e pós-doutorado na Universidade Católica Portuguesa (UCP), em 2013 e 2014. Atualmente, é professora associada e professora do Programa de Pós-Graduação em linguística da UFSC. É também vice-diretora do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Indubitavelmente, é uma referência no ensino da Libras como L1 para alunos da Educação Básica como educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Valerie Sutton, a desenvolvedora da SignWriting, em 1974, foi a grande inspiração para Marianne Stumpf trazer o tema da escrita de sinais para o Brasil e fazer as adaptações necessárias para a realidade da Língua Brasileira de Sinais. A escrita de sinais é uma importante forma de registro de sinais de qualquer língua de sinais do mundo. Trata-se de um conjunto de símbolos que representam o sinal em sua forma escrita. Dessa forma, sujeitos surdos podem escrever em sua própria língua, já que alguns têm dificuldade de escrever em português (no caso do Brasil) que é sua segunda língua, pois na escrita de sinais utilizam-se um sistema notacional com símbolos próprios para representar, por exemplo, os sinais da Libras.

Sabemos que os surdos encontram muitas barreiras linguísticas e a escrita de sinais é uma possibilidade para amenizar essas barreiras, já que é um modelo de escrita que registra a Libras. Dessa forma, permite-se aos surdos se expressarem através de textos, trazendo uma sensação de pertencimento aos mesmos.

Shirley Vilhalva<sup>14</sup> foi a primeira mulher surda pesquisadora da língua indígena de sinais, língua utilizada como meio de expressão e comunicação por surdos indígenas. Nasceu em Campo Grande - Mato Grosso do Sul no ano de 1964, tem graduação em pedagogia e atualmente é professora universitária na UFMS, escritora, poeta, participa ativamente da comunidade surda e tem diversos projetos de pesquisa relacionados à cultura surda. Publicou um livro chamado “Despertar do silêncio” em 2004 onde aborda os desafios e conquistas de surdos no Brasil. Possui mestrado em Linguística pela UFSC e sua dissertação publicada em 2009 tem o título “Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul” e atualmente é doutoranda em Linguística Aplicada na Unicamp.

**Figura 9:** Shirley Vilhalva



<sup>14</sup> Endereço para acessar o Curriculum Vitae da pesquisadora: <http://lattes.cnpq.br/8608168347538654>

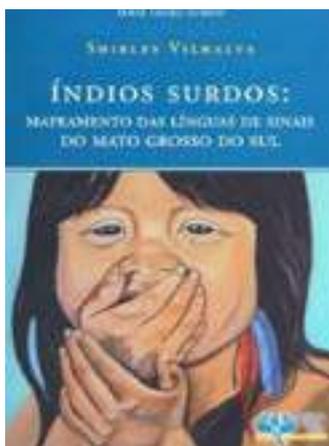
Vilhalva (2024, p.52) narra suas experiências para divulgar novas pesquisas no âmbito das línguas de sinais, a fim de contribuir para a acessibilidade linguística de surdos em espaços sociais e turísticos especialmente no Bioparque Pantanal, com amparo da Lei 10.436/02, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e a Lei Municipal 1.538/23<sup>15</sup> do município de Miranda - MS, que reconhece como línguas co-oficiais a Língua Terena, a Libras, a Língua Terena de Sinais (LTS) e a Língua Kinikinau, que garante a equidade e igualdade na política linguística municipal.

**Figura 10:** Projeto Acessibilidade para surdos



O projeto visa o atendimento de pessoas surdas no turismo e utilizando recursos de Tecnologias Assistivas no Bioparque Pantanal voltadas para inclusão e acessibilidade linguística nas línguas de sinais. A equipe que colabora com a pesquisa não tem fluência em línguas de sinais, mas estão dispostas a sair do seu conforto linguístico. Conhecido como Aquário do Pantanal, o Bioparque Pantanal foi criado para ser o maior aquário de água doce do mundo em 2011 e Vilhalva busca em seu projeto a ictiolinguística em línguas de sinais, com a criação de sinais para os peixes presentes no aquário considerando aspectos interculturais de diferentes comunidades surdas, da Libras e da Língua Indígena de Sinais (Vilhalva, 2024).

**Figura 11:** Livro publicado em 2012, tem o título: Índios Surdos: Mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul.



<sup>15</sup> <https://www.diariooficialms.com.br/media/84426/627---11-04-2023.pdf>

Em seu livro *“Índios Surdos: Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul”* Vilhalva aborda um tema muito importante voltado para a comunidade linguística indígena do MS e que é riquíssimo em coleta de dados e registros da língua de sinais indígena que possuem sinais emergentes, de contexto familiar, mais especificamente da cidade de Dourados - MS. Vilhalva realizou a coleta de dados na comunidade escolar indígena e identificou uma cultura própria dos surdos indígenas e as especificidades de sua língua de sinais. Foi identificado que a comunicação na família acontecia de forma natural, o acesso às informações era pleno para essa comunidade e os sinais emergentes eram expressados de forma muito visual e o registro desses sinais que a famílias utilizavam para se comunicarem com seus filhos surdos é de grande importância e uma forma de assegurar sua cultura linguística e política linguística. (Vilhalva, 2012).

É pesquisadora na UFMS e em colaboração com diversas universidades possui projetos como Línguas de Sinais Indígenas (LIS) e Libras com foco no ensino superior e em contextos de educação indígena para surdos. Shirley Vilhalva se destaca por ser a primeira Ictiolinguística em Línguas de Sinais no Brasil atuando como pesquisadora no Bioparque Pantanal em Campo Grande - MS. Homenageia personalidades e instituições relevantes na história da educação de Campo Grande - MS, Vilhalva foi reconhecida pelos serviços prestados à Educação Especial, por ser a responsável a introduzir a Libras no âmbito da educação em seu estado e contribuição para a melhoria da comunidade surda. (Vilhalva, 2024).

## **Considerações finais**

Voltando às quatro mulheres surdas, podemos retomar suas contribuições. Devemos sublinhar que consideramos que “o reconhecimento da presença, da resistência e da importância das mulheres surdas” (Stelmacki, 2021, p.3) na(s) ciência(s) é um tema que precisa ser discutido no interior da própria universidade, principal locus de produção de conhecimento em nosso país.

Cannon colaborou não só para as pesquisas em astronomia, mas também para que mulheres fossem respeitadas e aceitas na comunidade científica internacional. Seu percurso na ciência ajudou a lajear o caminho de outras. Que outras tantas mulheres surdas possam não só registrar e classificar estrelas, mas que elas próprias sejam as estrelas de seus caminhos.

A história de Gladis Perlin tem muita importância para a comunidade surda, com o marco de ter sido a primeira surda doutora. Tornou-se referência para muitas meninas e mulheres surdas que, a partir de sua conquista, motivou e abriu portas para que outras surdas alcançassem o título de doutorado. Perlin merece todas as homenagens por sua história, trajetória e luta.

Sílvia Andreis Witkoski é uma mulher que lutou muito, por mais que tenha perdido a audição já na fase adulta, escolheu por não se deixar abalar e seguiu o caminho, defendendo e publicando estudos na área da educação de surdos. Tornou-se a primeira pós-doutora surda. É reconhecida por seus esforços e conquistas, servindo de referência para muitas mulheres surdas capazes de se reinventar e defender suas convicções.

Stumpf foi a primeira mulher surda a abordar a temática no Brasil e teve sua tese premiada, mulher empoderada, símbolo de representatividade e têm sua importância na história da comunidade surda.

Shirley Vilhalva foi a primeira mulher surda pesquisadora da língua indígena de sinais e militante ativa da comunidade surda indígena no Brasil, uma das líderes do Mato Grosso do Sul divulgando amplamente informações dessa área e participa de movimentos pela causa, chegando a conquistas na criação de lei municipal em seu estado com o reconhecimento da Libras e a LIS. Seu trabalho de coleta de dados garante também o reconhecimento da



comunidade surda indígena que tem sua subjetividade no modo de expressão e cultura. Vilhalva trouxe visibilidade não só para a comunidade surda como para a comunidade surda indígena de seu estado e deu o pontapé inicial dessa trajetória que servirá de inspiração para tantas meninas e mulheres surdas que seguirão seus passos e darão continuidade nesse trabalho de grande relevância.

Promover a visibilidade da história das primeiras mulheres surdas a conquistarem títulos acadêmicos foi o objetivo deste artigo. Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski e Marianne Stumpf foram as primeiras mulheres surdas no Brasil a conquistarem os títulos de doutorado e pós-doutorado, respectivamente, e por isso merecem seu reconhecimento na comunidade acadêmica por suas pesquisas científicas e por destacar a importância da educação de surdos de qualidade no Brasil.

Seguramente, dar destaque a essas pesquisadoras surdas é uma forma de abrir novos rumos para mulheres surdas que almejam adentrar no mundo da(s) ciência(s). E se tornarem, a seu modo, outras tantas “Marias Sem-Vergonha”.

## REFERÊNCIAS

KRUIT, Pieter C. van der. Karl Schwarzschild, Annie J. Cannon and Cornelis Easton: PhDs honoris causa of Jacobus C. Kapteyn. Kapteyn Astronomical Institute, University of Groningen, 2021. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2105.01507>. Acesso em: 20 abril 2024.

STELMACKI, Angela de Fátima Girardi. Mulheres surdas brasileiras registradas na história. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em LETRAS PORTUGUÊS - LIBRAS) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

STUMPF, Marianne Rossi. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: língua de sinais no papel e no computador 2005. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Estudos Interdisciplinares, Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VILHALVA, Shirley. Mapeamento das Línguas de Sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul. ESPAÇO (RIO DE JANEIRO. 1990), n. 38, p. 89-90, 2012.

VILHALVA, Shirley. Relato de experiência de pesquisadora surda em ictiolinguística no bioparque pantanal de mato grosso do sul Libras: estudos linguísticos, formação docente e de intérprete, inclusão e acessibilidade. [E-book]. / Organizadoras: Rosana de Fátima Janes Constâncio.



## EPISTEMICÍDIO SURDO, PRIVAÇÃO E VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA: ESTUDO DE CASO DE SÔNIA, UMA MULHER NEGRA SURDA

*Deaf epistemicide, linguistic deprivation and violence:  
a case study of Sônia, a black deaf woman*



**Marianne Rossi Stumpf<sup>1</sup>**



**Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione<sup>2</sup>**



**Joyce Cristina Souza<sup>3</sup>**



<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. [marianne.stumpf@ufsc.br](mailto:marianne.stumpf@ufsc.br)

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. [pluiza@ines.gov.br](mailto:pluiza@ines.gov.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. [joyce.souza@ufscar.br](mailto:joyce.souza@ufscar.br)

## RESUMO

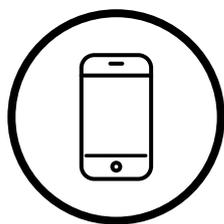
Este trabalho se concentra no estudo de caso de Sônia Maria de Jesus, uma mulher negra-surda residente na região sul do país, que viralizou em vários veículos de comunicação, por ter sido submetida a condições análogas à escravidão por aproximadamente quatro décadas. A pesquisa foi motivada pela ampla repercussão do caso e por investigá-lo a partir da análise de reportagens veiculadas em jornais eletrônicos. As análises foram baseadas nos conceitos de epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística, buscando conhecer a história dessa personalidade, a partir do que foi falado sobre ela nas reportagens e, refletir/problematizar as intenções discursivas presentes por trás das matérias selecionadas. Para isso, elegemos três fontes provenientes da internet, especificamente de jornais eletrônicos. O objetivo central desta pesquisa é lançar luz sobre a privação e violência linguística, bem como o epistemicídio surdo, a fim de promover uma compreensão mais profunda desses temas. O estudo inclui uma análise da nota de repúdio emitida por doutores surdos e doutoras surdas em resposta à história em questão. A nota de repúdio é contextualizada dentro do debate sobre privação linguística, epistemicídio surdo e violência linguística oferecendo uma perspectiva autorizada da comunidade surda acadêmica sobre essas questões complexas.

**Palavras-chave:** Violência linguística; Privação linguística; Epistemicídio surdo, Mulher negra-surda; Libras.

## ABSTRACT

This work focuses on the case study of Sônia Maria de Jesus, a black deaf woman living in the south of the country, who went viral in various media outlets for having been subjected to conditions analogous to slavery for approximately four decades. The research was motivated by the widespread repercussion of the case and to investigate it by analyzing reports in electronic newspapers. The analyses were based on the concepts of deaf epistemicide, linguistic deprivation and linguistic violence, seeking to understand the history of this personality, based on what was said about her in the reports, and to reflect on/problematize the discursive intentions behind the selected articles. To do this, we chose three sources from the internet, specifically from electronic newspapers. The central aim of this research is to shed light on linguistic deprivation and violence, as well as deaf epistemicide, in order to promote a deeper understanding of these issues. The study includes an analysis of the note of repudiation issued by deaf doctors in response to the story in question. The repudiation note is contextualized within the debate on linguistic deprivation, Deaf epistemicide and linguistic violence, offering an authoritative perspective from the academic Deaf community on these complex issues.

**Keywords:** Linguistic violence; Linguistic deprivation; Deaf epistemicide; Black Deaf Woman; Libras.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/cXTCrLtVws>



## Introdução

Este trabalho surge das inquietações das autoras: duas mulheres surdas, brancas, doutoras e professoras universitárias; e uma mulher ouvinte, negra, doutoranda e tradutora intérprete de Libras. Todas são antirracistas e militantes nos movimentos e comunidades surdas. O estudo é motivado pela situação vivida por Sônia Maria de Jesus, uma mulher negra e surda, que reside na região sul do país, e que ganhou notoriedade em vários veículos de comunicação por ter sido encontrada em condição análoga à escravidão. Este caso evidencia uma trajetória marcada pelo epistemicídio, privação e violência linguística.



Como educadoras e pesquisadoras comprometidas com a dignidade, os direitos humanos e a equidade linguística, reconhecemos a importância de amplificar as mãos que se levantam em busca de justiça. Nesse sentido, nossas experiências e perspectivas únicas se complementam, enriquecendo o debate sobre a violência enfrentada pelas comunidades surdas no Brasil.

O termo “comunidades surdas” refere-se a diversos grupos de pessoas surdas que compartilham uma identidade cultural, linguística e social comum. Estima-se que a população brasileira de pessoas surdas seja cerca de 10 milhões. Apesar deste número expressivo, a maioria dessa população não adquire a língua de sinais, o que resulta em um apagamento e minimização de sua importância, fomentando a invisibilidade dessas pessoas.

As comunidades surdas são unidas pelas línguas de sinais, sendo essencialmente comunidades linguísticas, já que a língua de sinais é a principal forma de comunicação utilizada pelos surdos. Dessa forma, pode-se dizer que as comunidades surdas possuem suas próprias culturas, produções e artefatos culturais, histórias e narrativas, que são distintas das culturas das pessoas ouvintes.

Neste artigo, realizamos um estudo de caso sobre Sônia Maria de Jesus, destacando as opressões que ela enfrentou e a reverberação disso ao longo de sua vida. Nosso objetivo é conhecer a história dessa personalidade a partir do que foi relatado nas reportagens, para refletir e problematizar as intenções discursivas presentes nos títulos das matérias publicadas. Para isso, baseamos nossa análise nos conceitos-chave de epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística.

Selecionamos reportagens publicadas no Portal do G1 para nos aproximar da história de Sônia, que ganhou visibilidade nas redes sociais e na imprensa, incluindo uma cobertura nacional em horário nobre no programa Fantástico da Rede Globo.

Com base em nossa experiência como professoras, acadêmicas, ativistas e observadoras atentas da mídia, buscamos não apenas denunciar a situação de Sônia, mas também promover uma compreensão mais profunda dessas questões complexas. Além disso, incluiremos uma análise da nota de repúdio emitida por doutores surdos e doutoras surdas em resposta a essa história.

A nota de repúdio é contextualizada dentro do debate sobre privação linguística, epistemicídio surdo e violência linguística, oferecendo uma perspectiva autorizada da comunidade surda acadêmica sobre essas questões.

No final, essa pesquisa tem o potencial de lançar luz sobre a interseccionalidade das questões enfrentadas pelas comunidades surdas no Brasil e contribuir para um debate mais amplo sobre combater o “audismo epistêmico” e promover a equidade linguística e a justiça para as pessoas surdas. Tivemos por critério a compilação dos textos que de modo geral, ao expressarem conteúdos sobre a mulher surda negra, destacavam-se pelo efeito de impacto que provocam no momento da leitura, fato que nos levou a verificar como ocorre manifestação da violência linguística, epistemicídio surdo e privação linguística.



## 1 Delineamento do estudo de caso

O estudo de caso é, por natureza, um tipo de pesquisa que nos possibilita investigar um caso particular de um determinado indivíduo ou de um grupo de indivíduos situados em um contexto específico (Paiva, 2019). Neste trabalho, propomos investigar o caso de Sônia Maria de Jesus, figura central em inúmeras reportagens sobre o escândalo envolvendo um desembargador no estado de Santa Catarina em junho de 2023.

De acordo com Ventura (2007), todo caso deve ser decomposto em suas partes constituintes para que, a partir da análise possam ser identificados os componentes mais relevantes. Para a autora, deve-se investigar uma unidade bem definida e contextualizada, com a preocupação de não apenas analisar o caso isoladamente, mas compreender o que ele representa dentro de um contexto mais amplo.

## 2 Um breve histórico sobre a vida de Sônia

Sônia Maria de Jesus, nascida em 28 de dezembro de 1973, é uma mulher negra, que nasceu ouvinte, ou seja, com audição plena, mas perdeu a capacidade auditiva durante a infância (por volta dos 8 anos) em decorrência de uma agressão provocada pelo próprio pai. Conforme consta nos autos, a surdez foi ocasionada pelo trauma decorrente do espancamento.

Na época, a mãe de Sônia, Dona Deolinda, concordou em afastá-la da casa onde morava com seus pais e seus seis irmãos em São Paulo, para que fosse morar com a sogra do desembargador, até que a violência cessasse. Desde então, tudo que se sabe sobre Sônia é fruto de narrativas da família que a “adotou”, e, além da agressão perpetrada pelo pai, não há menções ou informações sobre sua família. Essa lacuna na cobertura midiática evidencia a limitação do conhecimento disponível sobre o contexto familiar de Sônia ou, possivelmente, o apagamento de sua história.

O apagamento da história de Sônia reflete e reforça a tendência de negligenciar, distorcer ou omitir as contribuições e as experiências vivenciadas pelas comunidades negras ao longo da história da humanidade. Esse fenômeno serve como instrumento facilitador para a perpetuação de estereótipos, marginalização, promoção de injustiça social, criando lacunas importantes na compreensão do passado. Por conseguinte, essa incompreensão influencia a percepção do presente e, em muitos casos, perpetua desigualdades no futuro.

Um exemplo contundente dessa realidade é o caso de Sônia, que ainda na infância foi retirada da família para morar com uma senhora, que posteriormente a repassou para viver em Blumenau (SC) na casa de sua filha e do genro, que havia acabado de ter a primeira filha. Nas palavras do desembargador, que a “acolheu” na época, Sônia foi morar com o casal porque “gostava de crianças”. (Fantástico, 2023)<sup>4</sup>. Vale salientar que em

---

<sup>4</sup> Trecho retirado da reportagem publicada em 11/06/2023 às 21h56 pelo Fantástico. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/11/desembargador-e-suspeito-de-manter-mulher-surda-que-nunca-aprendeu-libras-em-trabalho-analo-g-a-escravidao-por-37-anos.ghtml>>. Visto em: 24/11/2023.

momento algum, ao menos nas matérias publicadas, houve solicitação de autorização judicial para a obtenção da guarda, curatela ou adoção, seja pela sogra, seja pela família do desembargador, que legitimou a posse de Sônia.

Ao que tudo indica, Sônia nunca teve acesso à educação formal, conseqüentemente, não foi alfabetizada nem na língua portuguesa, língua oficial do país, nem na Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida e utilizada pelas comunidades surdas brasileiras. É importante ressaltar que o ambiente natural, favorável e adequado para se adquirir uma língua, é o ambiente escolar das Escolas e Classes Bilíngues de Surdos. No caso das crianças surdas, cujas famílias, em sua maioria, são compostas por pessoas ouvintes falantes de uma língua oral, de difícil acesso a elas, a escola configura-se como um espaço de apresentação e introdução linguística. No que diz respeito às barreiras impostas pela língua no ambiente familiar de crianças surdas, é importante destacar que:

[...] a língua oral é de modalidade oral-auditiva diferente da língua de sinais, língua natural do surdo, de modalidade viso-espacial. Porém, é comum que as famílias ouvintes usem somente a língua oral para interagir com seus filhos, enquanto a criança surda sente-se mais à vontade com os recursos visuais. Desse modo, uma primeira barreira pode começar a ser construída, pois não há uma língua comum entre a família e a criança surda para estabelecer os contatos sociais e assim permitir que a linguagem seja viva e fluente nas interações. (Guarinello et al., 2013, p. 155 apud Cappellini; Souza; Santos e Lacerda, 2022, p. 4).

Para as autoras, “o acesso tardio a uma língua, seja ela oral ou de sinais, confere ao sujeito a privação linguística e a restrição lexical que, na maioria das vezes, impactam diretamente na vida e no desenvolvimento do mesmo” (p. 5).

Diante disso, acredita-se que dois fatores são cruciais para compreender a privação linguística: a idade em que a exposição à língua começou e a extensão dos traumas vivenciados. Segundo Steinberg e Sciarini (2006), o sucesso na aquisição linguística em crianças pode ser atribuído à ausência de traumas e ao apoio de uma família que se esforçou para proporcionar-lhes uma vida normal. No caso em questão, seu limitado desenvolvimento linguístico pode ser atribuído tanto à exposição excessivamente tardia à língua quanto aos traumas e ao isolamento linguístico. Esses fatores influenciam não apenas o desenvolvimento linguístico, mas também o desenvolvimento cognitivo, social, comportamental, emocional e psicológico.

### **3 Aspectos constituintes do estudo**

Esse caso ganhou ampla repercussão nacional em diferentes veículos de comunicação. O interesse por investigá-lo se justifica pelos aspectos linguístico, identitário, social e histórico-cultural.

No aspecto linguístico, ao que tudo indica, Sônia não foi alfabetizada nem em português, nem na Libras. Portanto, não foi estimulada em nenhuma dessas línguas, o que conseqüentemente gerou impactos no desenvolvimento e na capacidade linguística. Para Cappellini, Souza, Santos e Lacerda (2022, p. 3), “a língua desempenha um papel importante na formação da psique humana, e a sua aquisição se torna essencial para o desenvolvimento humano e cultural de qualquer indivíduo”, o que reforça a afirmativa de que “é na e pela língua que o sujeito se constitui”.



Perlin (2003) discute o conceito de identidade surda, com base em pressupostos comunicacionais que tangenciam a constituição do sujeito surdo. No entanto, neste trabalho, adotamos uma abordagem de identidade pautada na interseccionalidade entre gênero, etnia, raça e surdez. De acordo com Campos e Bento (2022, p.9), embora o conceito de interseccionalidade tenha ganhado visibilidade nas últimas décadas, ainda há “lacunas epistêmicas relacionadas ao impacto das intersecções na formação da identidade das pessoas surdas”.

Para Brito et al. (2021), a interconexão entre gênero, raça e surdez é uma das principais formas de subcategorizar a mulher negra surda, confinando-a em um padrão de exclusão que a mantém em uma esfera subalternizante de difícil mobilidade. Nesse sentido, o aspecto identitário empregado aqui diz respeito à dupla constituição e à dupla opressão sofrida por pessoas negras e surdas, bem como aos estereótipos relacionados ao fator étnico-racial e linguístico, ambos presentes no cenário de preconceito e discriminação. Como uma mulher negra e surda, Sônia constitui-se a partir dessa dupla identidade, que a atravessa e permeia sua existência.

Do ponto de vista social, há de se considerar as múltiplas facetas do preconceito racial arraigadas nas estruturas e instituições da sociedade, manifestadas pelo racismo estrutural e institucional. Sobre isso, Brito et al. (2021) destacam que compreender a estrutura do racismo em relação à mulher negra surda exige considerar questões de classe, heteronormatividade, gênero, raça e deficiências. Entre os surdos, e particularmente entre as mulheres surdas, as negras são as mais impactadas pela intersecção dessas categorias identitárias.

As práticas racistas orquestradas evidenciam ainda mais a necessidade de se pensar a operacionalidade do lugar interseccional que a mulher negra surda tem ocupado contemporaneamente e esta é uma chave teórica imprescindível para entender a experiência coletiva de uma mulher que tem sua vivência atravessada pelo racismo, pelo patriarcalismo, exploração de classe, homofobia e pelo perverso ouvintismo (Brito et al. 2021, p. 213)

Tais práticas são frutos da intersecção entre aspectos históricos e culturais da sociedade brasileira do período colonial, que repercutem, ainda que em proporções diferentes, até os dias de hoje. Isso é especialmente evidente quando se trata do lugar ocupado pelas pessoas negras nos postos de trabalho e as funções de subserviência que elas exercem na maioria das vezes. Este é, para nós, um tema muito caro e bastante presente na vida de Sônia. Nas matérias selecionadas para compor o estudo de caso em questão, foi unânime o uso do termo “escravidão”. Por que a figura de Sônia estaria atrelada a essa condição? O que isso representa nos dias de hoje?

Para responder a essas e outras questões, acreditamos ser importante um breve resgate histórico, a fim de recuperar a memória acerca da escravidão e da escravização de pessoas negras no país, para compreendermos algumas atitudes, comportamentos sociais e possíveis intenções presentes nos discursos do material coletado para analisar o caso de Sônia.

Historicamente, a escravidão foi uma prática adotada em muitas sociedades, onde os indivíduos eram legalmente considerados propriedade e submetidos a condições de vida

e de trabalho desumanas por seus “proprietários”. No Brasil, a escravidão é uma parte significativa da história e memória nacional, perdurando por aproximadamente 350 anos, desde o início do período colonial até a abolição, oficialmente declarada pela Lei Áurea em 1888.

Esse sistema de opressão foi essencial e contribuiu significativamente para moldar as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas do país. Do ponto de vista econômico, por exemplo, a exploração de terras exigia uma grande quantidade de mão de obra a baixo custo. Para se tornar lucrativo o manejo das terras, aumentando a produtividade e expandindo os negócios, era necessário encontrar mecanismos para garantir uma fonte de trabalho barata e abundante. A escravidão atendia a esses pré-requisitos.

Pensando nisso, quem seriam os candidatos mais cotados para suprir essa demanda? Qual seria a “carne” mais barata do mercado? Vale lembrar que, quando colonizadas, as terras brasileiras já eram habitadas por povos nativos. No entanto, os povos indígenas que aqui viviam, embora mais próximos geograficamente, eram bastante resistentes à escravização e vulneráveis às doenças trazidas pelos colonizadores europeus.

Diante desse cenário, considerando o bem-sucedido comércio transatlântico de africanos entre os séculos XVI ao XIX, a oferta e disponibilidade de uma grande população africana tornavam esses indivíduos uma opção conveniente e acessível para atender à demanda por trabalho escravo no Brasil.

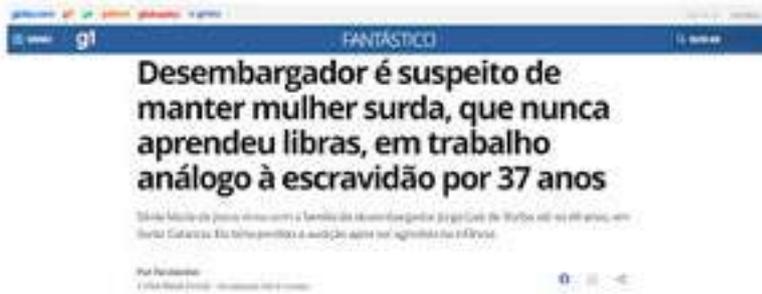
Os africanos eram frequentemente retratados como inferiores e a eles era atribuído o trabalho servil, enquanto os europeus gozavam um lugar de superioridade e usavam isso para justificar sua exploração e dominação sobre os povos africanos. Assim, respondendo aos questionamentos levantados anteriormente e reverenciando uma das mais icônicas canções, “A Carne”, escrita por Seu Jorge e interpretada pela cantora Elza Soares, lançada em 2002, a carne mais barata do mercado é a carne negra.

#### **4 O caso Sônia**

Este artigo trata do estudo de caso sobre Sônia Maria de Jesus, destacando as opressões que ela enfrentou ao longo de sua vida. Cabe salientar que a vida de Sônia foi atravessada em muitas camadas e de muitas maneiras que vão desde a exploração do trabalho infantil até o trabalho análogo a escravidão.

O objetivo é evidenciar os principais acontecimentos relacionados ao caso de Sônia Maria de Jesus, que supostamente viveu em condições análogas à escravidão por quase 40 anos na casa do desembargador Jorge Luiz Borba. Deste modo, seguimos com alguns destaques revelados pelas reportagens publicadas sobre o caso.





### 1. Operação policial em Santa Catarina

Em junho de 2023, a Polícia Federal deflagrou uma operação em Santa Catarina para investigar o desembargador Jorge Luiz Borba. Ele é suspeito de manter Sônia Maria de Jesus, uma trabalhadora doméstica negra e surda, em condições análogas à escravidão. Durante décadas, Sônia trabalhou para o desembargador sem ter registro formal de emprego, salário ou benefícios trabalhistas. Além disso, vivia em condições precárias e não tinha acesso a assistência médica.

### 2. Acusações e investigação

As acusações surgiram após uma denúncia recebida pelo Ministério Público Federal (MPF). A denúncia alegava que Sônia era surda e não teve acesso à educação formal. O MPF iniciou uma investigação que apurou indícios de prática criminosa, incluindo trabalho forçado, jornadas exaustivas e condições degradantes.

### 3. Relatos das testemunhas

Vale ressaltar que os relatos das testemunhas foram peças fundamentais na investigação. Participaram como testemunhas do caso ex-funcionárias que trabalhavam na casa do desembargador. Elas relataram que Sônia era submetida a condições extremamente precárias. Segundo as testemunhas, ela comia somente após os patrões e dormia em um pequeno quatinho nos fundos da casa. A situação era tão degradante que os cachorros da família recebiam tratamento melhor do que Sônia.

#### 4. Resposta do desembargador e alegações

O desembargador Jorge Luiz de Borba negou veementemente todas as acusações. Ele alegou que Sônia era tratada como membro da família e que suas ações eram motivadas por propósitos humanitários.

#### 5. Autorização para o retorno de Sônia à casa do desembargador

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou o desembargador a se encontrar com Sônia e permitiu que ela retornasse à casa dele, caso desejasse. Essa decisão gerou controvérsias e resultou em um recurso da Defensoria Pública da União.

#### 6. Sônia Maria de Jesus Retorna à casa do desembargador

Em setembro de 2023, Sônia Maria de Jesus retornou à casa do desembargador Jorge Luiz Borba após a decisão de Mendonça.

O título da reportagem chama a atenção para quatro termos importantes: “desembargador”, “suspeito”, “mulher surda, que nunca aprendeu libras” e “trabalho análogo à escravidão”. Cada um desses elementos indica áreas cruciais para a compreensão da história em questão, destacando a posição influente do desembargador, a suspeita relacionada a ele, as complexidades enfrentadas por uma mulher surda que não aprendeu Libras e a acusação sobre as condições de trabalho da figura central desta trama. Tais elementos sugerem uma narrativa multifacetada que abarca questões legais, sociais e éticas.

Iniciando com a última questão, o trabalho análogo à escravidão pode se manifestar de diversas formas, incluindo trabalho forçado, servidão por dívida, retenção de salários, restrição de liberdade de movimento e más condições de vida e trabalho. O artigo 149 do Código Penal define o trabalho análogo à escravidão como a “submissão de alguém a condições de trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (Brasil, 1940). Esse tipo de prática é considerado crime e, se ocorrer em território brasileiro, é passível de pena de reclusão.

O cerne da questão levantada é que o caso tem como “suspeito” uma pessoa que ocupa o destacado cargo de magistrado em um tribunal de segunda instância no estado de Santa Catarina, o desembargador. Este profissional é responsável por julgar processos nesta instância, revisando decisões judiciais proferidas por juízes de primeira instância.

Dada a posição que ocupa, é difícil imaginar que um desembargador seja apresentado na mídia de outra forma senão como “suspeito”. É importante ressaltar que a suspeição não implica automaticamente culpa, mas sinaliza que existem dúvidas ou indícios que justificam uma investigação mais aprofundada. No contexto legal, a presunção de inocência é mantida até que haja evidências concretas e um processo legal estabeleça a culpabilidade. Em outras palavras, percebe-se uma suavização discursiva no título da reportagem, uma estratégia linguística utilizada para amenizar ou atenuar expressões, tornando o discurso mais amigável, polido ou menos direto.

A narrativa gira em torno de Sônia, que conforme aponta o título, é uma “mulher surda,



que nunca aprendeu libras”. Neste caso, é crucial destacar a diferença entre aprender e adquirir uma língua. A aprendizagem de uma língua, em muitos casos, envolve um processo formal de instrução, geralmente em sala de aula, onde há pelo menos duas posições distintas: a do instrutor/professor e a do aprendiz. Essa aprendizagem ocorre de maneira consciente e deliberada, envolvendo o estudo de regras gramaticais, vocabulário, entre outros.

Por outro lado, a aquisição de uma língua tende a acontecer de forma natural, inconsciente e imersiva, principalmente em contextos comunicativos autênticos. O cerne da questão aqui é o fato de Sônia não ter uma língua que a constitua enquanto sujeito, uma língua que ela possa utilizar para se comunicar e expressar seus pensamentos e sentimentos. O não aprendizado ou a não aquisição de Libras e do português a coloca em uma situação de vulnerabilidade linguística e social, decorrentes da privação linguística a qual ela foi exposta.

Conforme revela a reportagem, Sônia viveu com a família do desembargador por 37 anos. Nesse longo período, ela teve uma participação importante na criação dos quatro filhos do casal, além de realizar trabalhos domésticos não remunerados. Essa dinâmica sugere uma condição de trabalho análoga à escravidão, fato que resultou na denúncia anônima que chamou a atenção das autoridades para o caso.

O conceito de epistemicídio, introduzido por Boaventura de Sousa Santos (2021), refere-se à destruição sistemática dos conhecimentos e saberes de um grupo subordinado à cultura dominante. No caso do epistemicídio surdo, essa destruição se manifesta na desvalorização e marginalização do conhecimento e das práticas culturais surdas, muitas vezes através da privação linguística e da violência linguística. Para compreendermos o caso de Sônia Maria de Jesus, é fundamental entender como o epistemicídio surdo se entrelaça com outras formas de opressão, incluindo o racismo e a exploração laboral.

O caso de Sônia exemplifica o epistemicídio surdo em múltiplas faces. Primeiro, sua condição de mulher negra-surda foi ignorada e desvalorizada, resultando em décadas de exploração sem qualquer tentativa significativa de incluí-la na sociedade através da educação ou da alfabetização em Libras (Língua Brasileira de Sinais). A falta de acesso a uma língua de sinais privou Sônia não apenas de um meio de comunicação, mas também de uma identidade cultural surda e de um conjunto de saberes específicos que são fundamentais para sua plena participação na sociedade.

Além disso, a ausência de registros sobre a família de Sônia nas reportagens analisadas revela um apagamento de sua história e identidade pessoal. Esse apagamento reflete um fenômeno mais amplo de epistemicídio, onde as histórias e contribuições das pessoas surdas, especialmente aquelas que são também negras, são sistematicamente ignoradas, desvalorizadas e apagadas.

## **5 Manifestações do movimento surdo frente ao caso da Sônia**

O termo “comunidades surdas” refere-se a vários grupos de pessoas surdas que compartilham uma identidade cultural, linguística e social comum. No Brasil, estima-se que a população surda seja composta por aproximadamente 10 milhões de pessoas, representando uma parcela significativa da sociedade. Contudo, a maioria dessa população não tem acesso à língua de sinais, o que resulta no apagamento e minimização de sua importância, que incita

a sua invisibilidade. As comunidades surdas se unem por meio das línguas de sinais, que representam a principal forma de comunicação utilizada pelos sujeitos surdos, configurando-as como comunidades essencialmente linguísticas, que possuem culturas, produções e artefatos culturais, bem como histórias e narrativas que se distinguem das culturas das pessoas que ouvem.

Os Doutores Surdos e as Doutoradas Surdas, cientes das dificuldades enfrentadas pelas comunidades surdas, têm se manifestado vigorosamente contra injustiças e discriminações. A recente decisão judicial contra Sônia, uma mulher negra surda submetida a décadas de escravidão, trouxe à tona a urgência de ações mais concretas e decisivas. Esses acadêmicos e profissionais, além de sua contribuição nas áreas de Educação, Letras/Libras, Pedagogia com ênfase em Educação Bilíngue de Surdos e de disciplinas Libras, nas universidades e institutos, veem-se na obrigação moral de atuar como defensores dos direitos humanos e linguísticos dos surdos. Suas notas de repúdio não apenas denunciam as falhas do sistema judiciário, mas também clamam por uma sociedade mais justa e linguística, onde a dignidade e os direitos dos surdos sejam plenamente respeitados e garantidos, embaixo a nota de repúdio em defesa da Sônia.

#### NOTA DE REPÚDIO EM DEFESA DA DIGNIDADE E DIREITOS DE SÔNIA, MULHER NEGRA SURDA<sup>5</sup>

Nota redigida e assinada pelos Doutores Surdos e Doutoradas Surdas

Nós, Doutores Surdos e Doutoradas Surdas, dedicados à nobre causa da Educação de Surdos, explorando os âmbitos da Educação Básica e do Ensino Superior, em prol das disciplinas de Letras: Libras, Pedagogia Bilíngue, nos domínios da Linguística, Tradução e Interpretação de Libras-Português, bem como em outras áreas relevantes nas Universidades Federais, nas Universidades Estaduais, nos Colégios de Aplicação, nos Institutos Federais, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, tanto na esfera pública quanto privada, levantamos nossas mãos em uníssono, em um coro de solidariedade inquebrantável na batalha incansável pela justiça. E é com veemência que repudiamos a decisão que provém do âmago do sistema judiciário brasileiro, uma decisão que perpetua a injustiça que se abateu sobre Sônia, uma mulher negra surda, cujas correntes foram forjadas em padrões desumanos de escravidão ao longo de décadas, dentro dos domínios da família do desembargador Jorge Luiz de Borba, de Santa Catarina, e de sua esposa, Ana Cristina Gayotto de Borba.

É impossível aceitar, sem sobressaltos e com angústia profunda, a sentença proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senhor André Mendonça, referendando, infelizmente, a decisão proveniente do Superior Tribunal de Justiça. Tal decisão configura-se como um golpe às esperanças de Sônia, uma alma martirizada, sujeita a abusos e privações linguísticas durante quatro décadas de penúria, privada de seu retorno ao convívio de sua família e de sua comunidade. Nesse período, seus direitos elementares, a própria dignidade humana e, de modo particular, os direitos linguísticos, foram vilipendiados, restringindo seu acesso à linguagem e negando-lhe a educação que lhe seria de direito, na vibrante comunidade linguística surda.

Sônia, aos olhos da justiça, foi submetida a um cruel regime de audismo<sup>6</sup>, sujeição a negação de direitos e a um processo de desumanização que se contrapõe de forma categórica às premissas fundadoras da Constituição Brasileira e aos tratados internacionais que proclamam

<sup>5</sup> Nota de Repúdio publicada nas redes sociais de membros da comunidade surda.

<sup>6</sup> De acordo com Hora (2020), o termo “audism” foi usado pela primeira vez pelo Surdo Tom Humphries, para descrever os esforços de indivíduos ou da comunidade ouvinte para dominar pessoas surdas, configurando uma relação de opressão linguística e cultural.



os direitos humanos e linguísticos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, todos ratificados pelo Brasil, erguem-se como pilares da justiça universal, cuja flagrante violação permeia a presente decisão.

Em solo brasileiro, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à Constituição Federal, com status de Emenda Constitucional, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão garante direitos como a educação bilíngue de surdos, a assistência social, o acesso à saúde e o direito a um trabalho digno para todos os cidadãos, independentemente de sua condição.

Esta decisão é inadmissível em seu cerne. Sônia, que jamais deteve parentesco consanguíneo com o Desembargador, figura, na realidade, como uma trabalhadora desprovida de direitos, merecedora de justiça e reparação. É nosso apelo urgente à sociedade brasileira, aos movimentos sociais e às autoridades políticas que se unam para combater esta decisão injusta e pressionar os demais ministros do Supremo Tribunal Federal a retificarem este grave e inaceitável erro no âmbito da justiça.

21 de setembro de 2023.

Assinado por Doutores Surdos e Doutoradas Surdas

## Considerações finais

Analisar o caso de Sônia Maria de Jesus à luz do epistemicídio surdo nos permite compreender as camadas de opressão que ela enfrentou. Sua história é um exemplo inegável de como a privação e a violência linguística contribuem para a marginalização e o silenciamento das pessoas surdas, especialmente quando essas opressões se interseccionam com o racismo e a exploração econômica. A luta contra o epistemicídio surdo é, portanto, uma luta pela dignidade, pelos direitos humanos e linguísticos.

A análise deste caso à luz dos conceitos de epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística, em conjunto com as reflexões da nota de repúdio dos doutores surdos, nos permite traçar um cenário mais completo e propositivo para o engajamento em defesa da Sônia Maria de Jesus.

O caso Sônia é um exemplo claro de epistemicídio surdo, a negação e invisibilidade dos saberes, dos conhecimentos, das produções e das experiências das comunidades surdas, que são comunidades linguísticas. Ao ser privada da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de acesso à educação formal, Sônia teve seu potencial cognitivo e comunicativo sufocado e oprimido. A imposição da cultura e da língua hegemônica silenciou sua voz e a relegou à marginalização e à escravidão.

A privação e violência linguística a que Sônia foi submetida a impediram de se desenvolver plenamente, de construir relações autônomas e de participar ativamente da sociedade. Sem a língua de sinais, ela foi privada de sua identidade, cultura e direitos linguísticos e culturais, como claramente emana e exige a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa violência se manifestava na negação da Língua de Sinais como meio de comunicação e constituição na sua subjetividade como pessoa surda consciente de seus direitos laborais, humanos e linguísticos. Sônia foi constantemente submetida à desvalorização de sua individualidade reforçando sua situação de subalternidade.

A mulher negra surda que viveu em condições análogas à escravidão por quase 40 anos, a Nota de Repúdio dos Doutores Surdos e das Doutoradas Surdas se ergue como um marco



fundamental na luta por justiça social e linguística. Mais do que um simples documento, a nota representa as mãos das comunidades surdas em defesa dos direitos de Sônia e na denúncia das opressões que ela sofreu.

A Nota de Repúdio dos Doutores Surdos e das Doutoradas Surdas é um documento histórico de grande importância para o caso de Sônia e para as lutas das comunidades surdas.

### Referências:

BRASIL, Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm).

BRITO, I. A., MEDEIROS, J. R., BENTO, N. A., RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. In: ODEERE, v. 6, n. 01, jan./jun., p. 209-232, 2021. [https://doi: 10.22481/odeere.v6i01.8533](https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533).

CAPPELLINI, M. T.; SOUZA, J. C.; SANTOS, L. F. dos.; LACERDA, C. B. F. Escola e família: uma relação de corresponsabilidade na educação bilíngue para surdos. In: INTERLETRAS, ISSN N° 1807-1597. V. 11. Edição número 36. Novembro de 2022/Maio de 2023.

CAMPOS, S. R. L de.; BENTO, N. A. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 38-1, 2022 (1-18): 202257202. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202257202>

HORA, M. M. Da. Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2020) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=100807>>. Acesso em: 4 de junho de 2024

PAIVA, V. L. M. O. Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.

PERLIN, G. T. T. O ser e o estar sendo surdo: Alteridade, diferença e identidade. [Tese de doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. [orgs.]. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2021.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. Revista SOCERJ, 20(5), 2007, 383-386.



## SÍSIFA SORDA: UNA APROXIMACIÓN A LA SITUACIÓN DE LAS MUJERES SORDAS EN COLOMBIA<sup>1</sup>

*Sísifa Surda: uma aproximação com a situação das mulheres Surdas na Colômbia*



**Edith P. Rodríguez-Díaz<sup>2 3</sup>**



<sup>1</sup> Una primera versión de este ensayo fue divulgada el 29 de septiembre de 2023 en la conferencia titulada Las mujeres sordas: su lengua de señas y su lucha, en el marco del Día Internacional de Personas Sordas: “Resistencias señantes por las vidas en dignidad”, evento organizado por Bienestar Universitario de la Universidad de Antioquia y apoyado por la Fundación Universidad de Antioquia.

<sup>2</sup> Universidad de Antioquia - U. de A., Medellín, Colombia, hitdez85@gmail.com

<sup>3</sup> Mujer Sorda, hija de los líderes sordos. Cuenta con una licenciatura en Psicología y Pedagogía de la Universidad Pedagógica Nacional de Colombia, una especialización en Educación y Orientación Sexual de la Universidad Manuela Beltrán y una maestría en Lingüística del Instituto Caro y Cuervo. Ha cursado diplomados en derechos humanos de las mujeres y ha realizado actividades de incidencia cultural y social sobre las mujeres Sordas dentro y fuera de las asociaciones de Sordos de Colombia. Actualmente es docente ocasional de la Escuela de Idiomas de la Universidad de Antioquia, Medellín, y lidera la formación en la lengua de señas colombiana en esa universidad.

## Resumen

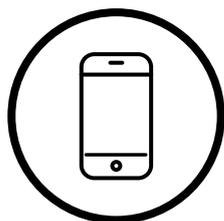
Los problemas de las mujeres sordas en Colombia han tenido poca difusión y, por consiguiente, escasea la discusión e investigación en el tema. Y en caso de discutirse, se aprecia una baja representatividad de ellas en espacios académicos y políticos para incidir positivamente a su favor como minoría lingüística. Este ensayo recoge algunos hechos y experiencias para abrir el camino a la reflexión y así aportar una interpretación sobre la magnitud de los retos de la diversidad femenina sorda, bajo la figura de un Sísifo femenino como imagen representativa de la magnitud del problema, que enfrenta en cuanto a la discriminación y la violencia en Colombia.

**Palabras Clave:** Mujeres sordas; Lengua de señas colombiana; Desigualdad; Discriminación; Colombia.

## Abstract

Os problemas das mulheres surdas na Colômbia têm tido pouca divulgação e, conseqüentemente, há pouca discussão e pesquisa sobre o assunto. E se for discutido, há uma baixa representação deles nos espaços acadêmicos e políticos para influenciar positivamente o seu favorecimento como minoria linguística. Este ensaio recolhe alguns fatos e experiências para abrir caminho à reflexão e assim fornecer uma interpretação sobre a magnitude dos desafios da diversidade feminina surda, sob a figura de uma mulher Sísifo como imagem representativa da magnitude do problema que enfrenta em sobre discriminação e violência na Colômbia.

**Palavras-Chave:** Mulheres surdas; Língua de sinais colombiana; Desigualdade; Discriminação; Colômbia.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/ncYO8RvzVgg>



## Introducción

Colombia es conocido como un país multicultural, pluriétnico y con una riqueza cultural considerable, pero ha estado marcado desde siglos de conquista por una historia de discriminación y violencia. La población colombiana comprende un 48.258.494 (Censo, 2018), donde el 51,2% son mujeres y el 48,8% son hombres. De esta población, se estima que hay 560.029 personas sordas, de los cuales el 55.7 % son hombres sordos y el 44.3 % son mujeres sordas (Proyección Censo 2020). Este dato hace ver que las mujeres sordas son una minoría que podría contribuir significativamente en la sociedad.

A pesar de este hecho, durante décadas, las minorías sordas, especialmente las mujeres, han padecido una considerable discriminación lingüística, educativa y racial, haciéndolas más vulnerables que la contraparte sorda masculina. Y en respuesta, estas mujeres colombianas han tenido que luchar y soportar innumerables barreras en su búsqueda de lengua, identidad, igualdad, libertad y autonomía.

No hay que ir muy lejos para ponerlo en evidencia. Por ejemplo, en la mayoría de los hogares persiste la sobreprotección familiar que no les permite desarrollarse autónomamente y las deja con sesgos y confusiones sobre su feminidad y sus emociones. En la sociedad, los estigmas sociales les han negado sus capacidades y derechos fundamentales, incluyendo su



sexualidad y capacidad reproductiva. En la política, es frecuente que se desatendan y dejen sin apoyo y, lo que resulta contraproducente, tengan una casi nula representatividad con una investigadora sorda que capitaneé sus ideas y propuestas. En la escuela, la educación bilingüe las ha dejado bastante relegadas en su formación y participación en temas importantísimos, pues su educación se ha enfocado tanto en la escritura en español como segunda lengua (tema importante, pero no el principal) y han dejado la formación integral de lado, menoscabando las competencias ciudadanas y resultando en que, tras su graduación, la mayoría de las mujeres sordas no sabe cómo exigir el intérprete o solicitar el servicio de interpretación en las instituciones de educación superior y en otros espacios públicos, cómo defenderse ante un acoso laboral o la violencia, cómo exigir las garantías de sus derechos humanos, cómo demandar y ser participantes activas en la política y la formulación de proyectos y políticas públicas donde se tomen en cuenta sus señas en aspectos lingüísticos, educativos, culturales, laborales y sociales, entre otros desconocimientos.

Todos estos problemas los he denominado el castigo de la Sísifa Sorda, un guiño al mito original para representar cuán grande es la roca de los problemas particulares de la mujer sorda. Esta roca se diferencia en tamaño de la contraparte masculina y, en consecuencia, requiere más energía para subirla a la cúspide de la realización personal. Se agrava más si consideramos que el terreno (la sociedad, la cultura, la lengua mayoritaria) se encuentra viciado de otros problemas histórico-estructurales; lo que sugiere una cuestión adicional: ellas deben subir sobre una pendiente más inclinada. Es así como las mujeres Sordas deben hacer mayor esfuerzo que el hombre Sordo, pero un esfuerzo que resulta bastante inútil y agotador para la mujer Sorda que, además de los retos personales, debe enfrentarse a una comunidad Sorda y una sociedad oyente mayistas que las oprime y no las deja en libertad. En suma, podríamos decir que sufren una discriminación que depende de variables relacionadas con el hecho de ser mujer, ser sorda, tener una discapacidad, asegurar su identidad (de género, cultural, etc.), poseer cierta raza, entre otras.

En lo que sigue, se exponen algunos hechos del contexto histórico de la problemática de ser mujer Sorda en Colombia y, al final, se plantean unas conclusiones a modo de reflexión para empoderar a las mujeres Sordas y alentar el cambio.

## **1 La Sísifa Sorda en Colombia**

Para empezar, el contexto colombiano frente a los derechos de las mujeres con discapacidad revela que sigue vigente el problema de género versus diversidad. Estos dos fenómenos no son simultáneos en el tiempo, sino que hay un desfase temporal entre cada uno.

Históricamente, el Congreso de Colombia aprobó por primera vez el voto femenino para los oyentes con el plebiscito de 1957, en el cual se originó el pacto del Frente Nacional (Velázquez et al., 1997, p. 21). Un avance en términos de género. No obstante, en ese tiempo no se había acabado la lucha de las mujeres oyentes por ser sujetos con derechos sin prejuicios. Treinta y nueve años después, en la Ley 324 de 1996, se reconoce la lengua de las personas sordas como primera lengua y, posteriormente, se crea la Ley 982 de 2005 para la equiparación de oportunidades para las personas sordas y sordociegas. Ambos son

avances en el tema de la diversidad.

Como se ve, esos dos hechos están desfasados y en el medio se puede encontrar la baja participación de la mujer sorda en la sociedad, la discriminación, la sobreprotección y la violencia contra ellas. Muchos años después se creó la Ley 1346 de 2009, en ella se aprobó la “Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad” adoptada del documento de las Asamblea General de Naciones Unidas en 2016. Podríamos resumir esto así: se seño algo como “Nada sobre nosotras sin nosotras”, pero, irónicamente, las mujeres no tuvieron la representatividad esperada y se encontraron en medio del conflicto de dos visiones enfrentadas de discapacidad contra minoría lingüística.

Es por ello que puede decirse que estas disposiciones no constituyen una protección completa y efectiva para la población con discapacidad femenina o, mejor, para las mujeres sordas como minoría lingüística, pues no la tuvieron mejor que su contraparte varón. Esto constituye una tímida iniciativa para legislar en favor de la discapacidad y deja rezagada la cuestión de minoría lingüística en lengua de señas colombiana como primera lengua.

Aunque debe hacerse un análisis más detenido en leyes y demás documentos jurídicos, acá no se realiza y tan solo se toma otra iniciativa legal que recoge y mejora lo anterior: la Ley Estatutaria 1618 de 2013. En esta se pretende garantizar y asegurar el ejercicio efectivo de los derechos de las personas con discapacidad y se deja desarticulado el tema de la lengua de señas como primera lengua. A pesar de que se recoge esta lengua como servicio de interpretación, no tiene en cuenta la cosmovisión sorda y tan solo se exige a los medios públicos garantizar la accesibilidad en señas en sus canales de difusión y el realizar ajustes razonables en todos los procesos. Sin embargo, cae en la circularidad del problema: tampoco se ha garantizado los derechos de manera efectiva. A continuación, se muestran algunos hechos relevantes en varios ámbitos relacionados con las mujeres sordas.

## **2 Partes de la roca de la Sísifa Sorda**

Al seguir con la imagen de Sísifa, los hechos que a continuación se exponen se han tomado analógicamente como partes de la roca vinculados a los ámbitos de la salud, el lingüístico, el educativo, la diversidad y en el trabajo. Esos partes-roca-ámbitos se concretizan en cada mujer como caso particular, pero acá se generaliza la metáfora. Para simplificar la exposición, se menciona que algunos hechos han sido informados por mujeres Sordas a la autora y que otros son de la autora, pues como mujer se ha enfrentado a discriminaciones laborales y sociales dentro y fuera de la comunidad Sorda.

### *En el ámbito de la salud*

En el marco de la entidad sin ánimo de lucro denominada El Movimiento, se publicó el vídeo “Yo decido”. Una mujer Sorda relató que una conocida Sorda no sabía nada sobre un método anticonceptivo de planificación familiar (en particular, la ligadura de trompas) para no tener hijos contra su voluntad. Y la misma conocida le relató que descubrió que su familia hace tiempo había tomado la decisión de ligarle las trompas por ella, sin garantizarle su



derecho a estar informada sobre el proceso médico que se haría. Las trompas se ligaron sin que ella lo supiese en su momento. Aunque fue el único caso reportado en lengua de señas colombiana, hay muchos otros que son similares, pues se realizan procesos bioinvasivos (píldora, dispositivo intrauterino, implantes hormonales, entre otros) sin que la mujer Sorda conozca las consecuencias. También es posible encontrar que muchas mujeres Sordas terminan embarazadas sin recibir planificación familiar (Gil-Cano, et al., 2019, p. 111). A pesar de las desinformaciones, muchos de esos problemas son señalados en la comunidad Sorda para compartir experiencias y empoderarse colectivamente, pero son ignorados por los oyentes externos a esa comunidad, aunque dentro de la minoría tampoco hay un buen acompañamiento.

Sería evidente que en la salud pública se atendiera bien a esas mujeres vulnerables, pero todavía persiste una actitud paternalista por parte de la familia y de los médicos (la mayoría desconoce la lengua de señas). En el caso de la familia, las mujeres Sordas embarazadas casi siempre son acompañadas por algún familiar a su control médico. A pesar de las buenas intenciones y los esfuerzos, muchos de esos familiares oyentes no son competentes en la lengua de señas y, por ende, la comunicación entre el médico, la paciente y el familiar que hace de “intérprete” no resulta muy efectiva. Situación que trae como consecuencia las malinterpretaciones médicas, los procesos ineficientes, el autocuidado sin explicación, la automedicación desmedida que puede llegar a una sobredosis, la dependencia e incomodidad emocional, entre otros problemas.

Si bien algunas personas tienen la intención de solucionar el anterior problema comunicacional con el acompañamiento de intérprete (costeado por el familiar o la paciente Sorda), muchos de estos agentes comunicativos son empíricos y confunden en lugar de aclarar cuando señan a la velocidad inadecuada, cuando no usan el léxico pertinente al registro pragmático-comunicacional, cuando hacen rodeos discursivos innecesarios y hasta cuando se entrometen en cuestiones personales y rompen la confidencialidad al divulgar información sensible.

Las mujeres Sordas han intentado resolver esos problemas señalando en su comunidad y encontrando soluciones basadas en la experiencia, que, como se ha señalado antes, pueden ser efectivas o no, pero aumentan el riesgo de afectar su salud.

Otra situación es la violencia doméstica contra la mujer Sorda durante la cuarentena por la pandemia de COVID-19 y la pospandemia. Y es que durante estos fenómenos aumentaron los casos de víctimas de violencias y los riesgos de feminicidio. Se conocieron experiencias que revelan la falta de orientación e información en casos de violencia contra una mujer, la ausencia de una atención integral en salud física, mental, sexual y reproductiva en LSC; el inaccess a las medidas de protección y la restricción de garantía de justicia. Hubo muchos casos de mujeres sordas asesinadas, maltratadas y violadas que fueron conocidos por el público debido al alto impacto y, por ende, tuvo una alta repercusión mediática.

Estas situaciones alarmaron públicamente y, como respuesta, la Secretaría de la Mujer de Bogotá ofreció un nuevo servicio de atención en lengua de señas colombiana denominado Línea Púrpura en LSC (2022). Sin embargo, la estrategia pública tuvo muchos obstáculos, como revelan los videos de quejas, en los procesos de implementación: la mayoría de las mujeres no sabía cómo continuar el proceso jurídico y psicológico, dejando patente que la

burocracia inaccesible es un gran problema. Aunque fue un servicio en Bogotá, los pocos servicios replicados en otras ciudades no se garantizaron para las mujeres Sordas que viven situaciones más riesgosas por la ausencia de apoyos adecuados en la educación. Esto último cabe aclararse, y es que la educación en regiones rurales o fuera de las ciudades principales (Bogotá, Medellín, Cali, por mencionar las principales), las mujeres Sordas se encuentran en más alto riesgo de verse comprometidas en la violencia intra y extrafamiliar.

### *En el ámbito lingüístico*

Como es usual en el mundo, también en Colombia la mayoría de los niños sordos son hijos de padres oyentes (el 95% aproximadamente) (Fenascol, 2024, p. 3), por ello se afirma que están relativamente privados de input lingüístico, por lo que su desarrollo lingüístico está mermado, y que viven en un ambiente comunicativo menos eficiente (véase, por ejemplo, Myers, 2000). La denominación académica de este fenómeno es de privación lingüística de la comunidad Sorda.

Un testimonio este fenómeno de privación corresponde a una de las jóvenes sordas que vivió tales hechos, Díaz Neira (2012) manifestó que:

A pesar de la prohibición de la lengua de señas colombiana, en el colegio estaban internadas las niñas sordas de las diferentes ciudades del país. Al estudiar ahí, pudimos comunicarnos en la LSC durante el receso, los descansos o cuando las monjas no nos veían. María Del Socorro Díaz Neira (comunicación personal, 5 de junio, 2012).

Mi familia me prohibió comunicarme en lengua de señas colombiana y siempre me hablaban oralmente sin que yo entendiera. Nunca me explicaron sobre la autonomía, el cuidado personal, la planificación familiar, etc. No entendía qué estaba pasando. Cuando tenía 17 años me quedé embarazada y seguía sin entender qué estaba pasando con mi cuerpo. María Del Socorro Díaz Neira (comunicación personal, 24 de junio, 2015).

Las consecuencias de esa privación lingüística se materializan en la conducta y la forma de comunicar en lengua de señas. Por ejemplo, en 1991, una mujer sorda asesinó a su esposo sordo por tener una pareja sentimental. Las motivaciones del asesinato no fueron esclarecidas en su lengua de señas y, al ser encarcelada, la atención que recibió durante la privación de la libertad fue inadecuada, afectándole mucho más su lengua y su psicología por el aislamiento comunicativo que vivió durante esa etapa: las compañeras y los profesionales eran oyentes que no sabían comunicarse en la lengua de señas.

### *En el ámbito educativo*

Como se había señalado en la introducción, la mayoría de los docentes oyentes se preocuparon más por mejorar las competencias de español escrito como segunda lengua que por desarrollar las competencias psicológicas, ciudadanas, sociales y culturales. Es claro que es importante la lengua escrita para el ingreso, permanencia y egreso educativo, pero la educación debería ir más allá del aprendizaje del español escrito. Poner como pilar la lengua escrita es bastante contraproducente para las mujeres Sordas, pues la educación debería facilitarles el conocimiento necesario para que ellas sean conscientes y se defiendan en toda



su vida en relación con los derechos naturales fundamentales.

En noviembre de 2019, la empresa FiLmedios, con el apoyo de las secretarías de Cultura y de la Mujer de Bogotá, creó el documental “Voces de mujeres sordas de Bogotá” para visibilizar las experiencias de las entrevistadas y revelar la existencia de una triple discriminación vinculada a las variables de ser mujer, su condición diversa (ciega o sorda) y otra característica (negra o embarazada). Entre todos los relatos y enfoques que se revelan en el documental, cabe destacar que de las entrevistadas fueron cinco mujeres Sordas, una mujer ciega, una mujer afrocolombiana y un hombre trans y que cada una de ellas tiene una historia y una experiencia de vida diferente, lo que ofreció una perspectiva rica sobre el mundo y los problemas que enfrentan. Este vídeo dejó en alto la importancia de que las mujeres sordas sean visibles para defender sus derechos, que representen a su colectivo y así incentiven a otras a visibilizarse.

### *El ámbito de diversidad sorda*

Es frecuente que las narrativas de las mujeres Sordas sean ignoradas hasta el punto de que la mayoría de su historia colectiva es silenciada y, por consiguiente, casi no se cuente mucha información sobre ellas para reflejar la diversidad de esa población femenina. Para agravar el problema, ni siquiera se tiene información estadística o estudios sobre la demografía de las mujeres sordas afrocolombianas, las mujeres sordas indígenas colombianas, las mujeres sordas con discapacidad múltiple, las mujeres sordas lesbianas, hombres sordos trans y otras identidades de género. Estos vacíos deben llenarse para sustentar con datos las propuestas de atención pública y privada de la minoría Sorda femenina.

### *En el ámbito de trabajo*

Durante muchas décadas, las mujeres Sordas lucharon para buscar oportunidades laborales para su realización personal o para aportar más a la familia y, así, cambiar paradigmas negativos. Aunque la sociedad todavía asume el concepto de discapacidad como minusvalía, ha cambiado lenta y paulatinamente este concepto para englobar a uno que considera a la discapacidad como resultado de la interacción de las dificultades personales y las barreras en el contexto social. Esto fue ilustrativo en el caso de la exconcejala Daniela Olivar en El Espinal, Tolima, Colombia y otros casos similares.

Dados los problemas para encontrar trabajo formal, algunas mujeres Sordas resuelven irse por el camino de la explotación sexual y se encuentran con más experiencias negativas que acarrear situaciones peligrosas. En general, esto tiene su raíz en el desconocimiento de ellas, producto de una educación bilingüe inoportuna e incompleta, y también en la necesidad de ganar su sustento por una vía inadecuada. Existen casos graves en que este fenómeno surge por decisión de los padres y otras personas abusivas.

En general, hay dificultades en lograr oportunidades laborales en entidades tanto privadas como públicas. La desigualdad de género en el empleo es mucho mayor, pues los varones ocupan más puestos. Así, aunque hay muchos espacios para sordos como instituciones para sordos, colegios para sordos, universidades, etc., en promedio, 1 mujer

por cada 3 hombres sordos los ocupan. Por ejemplo, en el Instituto Nacional para Sordos (INSOR) se encuentran actualmente once servidores públicos sordos en rango provisional y la mayoría es de hombres (80%). Por otro lado, hay mujeres Sordas que trabajan en el sector público universitario, como puede ser la Universidad de Antioquia, pero también hay más varones sordos. En general, los datos revelan que todavía sigue habiendo una desigualdad de género en el sector laboral y educativo.

### *En el ámbito social y cultural*

Aunque se han realizado eventos<sup>4</sup> para divulgar información y visibilizar los problemas en Bogotá, Colombia, y así cambiar las percepciones negativas y problemas sobre las mujeres sordas, estos no tuvieron el impacto para dar una solución de fondo. El motivo ya se ha mencionado, y es que la educación precedente no es la adecuada y quienes deben actuar para cambiar los paradigmas son las mismas mujeres sordas en cualquier etapa de su vida. Es lamentable que, además, estos eventos se realizaron en Bogotá y no hubo mucha incidencia o replicación en otros departamentos como Atlántico, Antioquia, Cundinamarca y Valle.

Por mencionar algunas acciones culturales y sociales, en el 2021, creó el Movimiento de Las Mujeres Sordas en Colombia y empezó a crear redes de las mujeres sordas en este país, pero tras unos meses de funcionamiento empezó a decaer en actividades y el movimiento se volvió inactivo por la falta de apoyo, de promoción y de la participación activa de las mujeres Sordas en Colombia.

Pese a esto, algunas mujeres han luchado para visibilizar sus derechos bajo la cuestión de ciudadanía sorda. Por ejemplo, Stephany Ordoñez, una líder sorda que trabaja, miembro de Juvensor, por los derechos humanos de las mujeres sordas en Pasto, se ganó una convocatoria para hacer parte de un proyecto formativo y reivindicativo del rol de las mujeres sordas en la sociedad (ONU Mujeres, 2023). Otro caso, en el 2023, la subdirección de Fenascol denominada “Asociacionismo y Asociatividad” elaboró una encuesta a las 31 asociaciones afiliadas; pero 25 asociaciones de sordos respondieron que hay 644 mujeres sordas asociadas, 54 mujeres sordas en la junta directiva o consejo directivo de las asociaciones mencionadas. Para este último caso, la ausencia de agencia femenina dentro de la junta hace que sea un tanto difícil vehicular y realizar propuestas alrededor de las mujeres.

## **Conclusiones provisionales**

Como se ha recogido en los apartados anteriores, la mujer sorda colombiana no la tiene tan fácil para empujar la roca de Sísifa, roca que representa la discriminación y violencia dentro y fuera de su entorno familiar. La dificultad estriba en el mayor esfuerzo

---

<sup>4</sup> Por mencionar algunos, el I Foro “Las mujeres sordas se toman la palabra” gestión de la Secretaría Distrital de la Mujer en septiembre de 2019, el II Foro Distrital “En-Señar Nuestros Cuerpos- Sexualidades y corporalidades de las mujeres diversas, un espacio de y para mujeres sordas”, en septiembre de 2021, el III Foro Distrital de Mujeres Sordas: “El derecho a una vida libre de violencias”, en septiembre de 2022, el IV Foro de Mujeres Sordas: “Transformando Estereotipos Y Representaciones Sociales”, en septiembre de 2023 y el IV Foro “Mujeres Sordas Transformando Estereotipos y Representaciones Sociales”),



que tiene que realizar ella y que depende en magnitud de las siguientes variables: ser mujer, ser Sorda, tener una raza, vivir una condición de discapacidad y la identidad/orientación sexual. Esto significa que, dependiendo de las capacidades y conocimientos que tiene la mujer como recursos, cada una es un mundo que se enfrenta contra la discriminación y violencia de forma particular.

El esfuerzo para subir la roca de problemas hasta su realización personal es de tal magnitud para las mujeres Sordas, más que para los hombres Sordos (lamentablemente, la mayoría de ellos considera a las mujeres sordas como inferiores), y se refleja en la baja representatividad en diferentes ámbitos (salud, educación, social, político, laboral, cultural, etc.), el aumento de deserción de las estudiantes, la falta de atención de salud, la baja oportunidad laboral para encontrar puestos de trabajo libre de discriminación y con salarios justos, la baja participación de mujeres sordas en espacios culturales y sociales, la ausencia de formación de liderazgo, entre otros problemas.

Adicionalmente, los hechos problemáticos mencionados tienen la intención de hacer visible lo que se seña dentro de la comunidad sorda, pero que no se divulga en los medios. Esto se hace con la sana idea de poner una señal de alarma sobre estos temas que merecen la atención pública y que deben ser integrales para la mujer (en particular, que es importante el tener presente a la lengua de señas colombiana como medio principal de comunicación con las mujeres sordoseñantes).

La advertencia también debe escalar al ámbito educativo: educar con un enfoque más integral de desarrollo; es decir, no enfocarse tanto en la lengua escrita y poner en valor a la lengua de señas y los conocimientos ciudadanos para que las mujeres sordas se gradúen de bachilleres con la frente en alto. Pero la responsabilidad no se queda ahí, las políticas públicas y las demás instituciones y organizaciones también pueden facilitar la formación de las mujeres sordas para su autodesarrollo, para que ellas se acepten tal y como son, para que asuman el reto de ser mujeres en posiciones de liderazgo que vayan más allá de las asociaciones de sordos, que conquisten otros espacios (universidades, trabajo, salud). De tal modo que empoderen con su presencia y ejemplo a otras mujeres sordas en los ámbitos sociales, educativos, culturales y políticos, y así minimicen los prejuicios, el odio y la violencia contra las mujeres en general.

Como se ve, los retos que enfrentamos son grandes y con este breve ensayo se espera motivar nuevas reflexiones y que estos problemas sean más conocidos por las personas oyentes y se alíen con las mujeres sordas, que dejen la actitud paternalista y oyentista y que tomen a las mujeres sordas como agentes de cambio y con su verdadero valor en su diversidad. Lo importante es que las mujeres actúen de forma mancomunada, se unan y dejen las acciones desarticuladas (como se ha mostrado a lo largo del ensayo) para lograr mayor impacto.

Para cerrar, cabe mencionar las limitaciones de este ensayo: acá, tanto por el poco espacio como por el tiempo, no se han expuesto todos los fenómenos y los datos estadísticos necesarios para sustentar los argumentos. Y es que escasean las investigaciones de largo calado y están ausentes los datos estadísticos sustentadores en muchos ámbitos. Esto sería una tarea muy pendiente para las investigadoras sordas colombianas, como agentes, que deseen iluminar el camino y hacer más hondos los análisis y así encuentren soluciones

a este problema estructural de la Sísifa Sorda.

## Referencias:

Alcaldía de Bogotá (2022). Línea Púrpura en Lengua de Señas atiende a las mujeres sordas de Bogotá. <https://bogota.gov.co/mi-ciudad/mujer/como-accede-una-mujer-sorda-la-linea-purpura-en-lengua-de-senas>

Censo (2018). ¿Cuántos somos? Enlace: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018/cuantos-somos>

Díaz, M. (2012). Entrevista personal (E. Rodríguez-Díaz, entrevistadora).

Fenascol (2023). ¿Tú sabes cuántas mujeres hay en las asociaciones de Personas Sordas de Colombia? En video de Facebook.

Fenasol (2024). Guía simplificada para la inclusión de la población sorda de Colombia en los planes de desarrollo territoriales. Enlace: <https://fenascol.org.co/wp-content/uploads/2024/02/Cifras-00.pdf>

FiLmedios (2019). Voces de Mujeres Sordas de Bogotá. Enlace: [https://www.youtube.com/watch?v=XMqx\\_x2er8k&ab\\_channel=FiLmedioS](https://www.youtube.com/watch?v=XMqx_x2er8k&ab_channel=FiLmedioS)

Gil-Cano, P., Navarro-García, A., Serna-Giraldo, C., Pinzón-Seguro, M. (2019). Sexualidad: las voces de un grupo de sordos de Medellín (Colombia). Revista. Facultad Nacional de Salud Pública "Héctor Abad Gómez"

Insor (n.f) Plan Estratégico Institucional 2019-2022. Enlace: [https://www.insor.gov.co/home/descargar/plan\\_estrategico\\_IN-SOR\\_2019\\_2022V1.pdf](https://www.insor.gov.co/home/descargar/plan_estrategico_IN-SOR_2019_2022V1.pdf)

Ley 324 de 1996. Por el cual se crean algunas normas a favor de la población sorda. 16 de octubre de 1996. Diario Oficial No. 42.899.

Ley 982 de 2005. Por la cual se establecen normas tendientes a la equiparación de oportunidades para las personas sordas y sordociegas y se dictan otras disposiciones. 9 de agosto de 2005. Diario Oficial No. 45995.

Ley 1346 de 2009. Por medio de la cual se aprueba la "Convención sobre los Derechos de las personas con Discapacidad", adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 13 de diciembre de 2006. 31 de julio de 2009. Diario Oficial No. 47427.

Ley Estatutaria 1618 de 2013. Por medio de la cual se establecen las disposiciones para garantizar el pleno ejercicio de los derechos de las personas con discapacidad. 27 de febrero de 2013. Diario Oficial # 48717.

Myers (2000). Psicología. Madrid, España: Editorial Médica Panamericana.

ONU Mujeres (2023). Por los derechos humanos de las mujeres: conozca el liderazgo de Stephany Ordoñez. Enlace: <https://colombia.unwomen.org/es/stories/noticia/2023/12/por-los-derechos-humanos-de-las-mujeres-sordas-conozca-el-liderazgo-de-stephany-ordonez>

Velásquez, M., Chaparro, G., Laverde, M., Arizabaleta, M., Aguilera, A. (1997). 40 años del voto de la mujer en Colombia. Barranquilla: Ferivá S.A. Guarín, G.



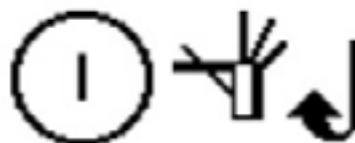
**DEBATE TÉCNICO-  
PEDAGÓGICO**

## O LETRAMENTO VISUAL EM MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES PARA SURDOS: ESCOLHAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR SURDO

*The Visual Literacy in Bilingual Materials for Deaf people: Pedagogical Choices and Practices of the Deaf teacher*



**Talita Nabas Tavares<sup>1</sup>**



**Camila Höfling<sup>2</sup>**



<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil; talita.nabas@estudante.ufscar.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil; camilahofling@ufscar.br

## RESUMO

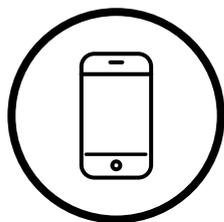
Este texto apresenta parte da pesquisa em Dissertação de Mestrado (Tavares, 2024), promovendo reflexão do papel do professor Surdo na educação de Surdos. A partir de teóricos como Quadros (2011), Rocha & Nascimento (2019), entre outros, procurou-se entender o ensino bilíngue para crianças Surdas na Educação Básica, além de conceitos relacionados à aquisição e aprendizagem de língua (L2), iconicidade dos Sinais, uso de Insumo, e ao processo de aprendizagem do português a partir da Libras enquanto língua de instrução. A partir da metodologia da pesquisa-ação, analisamos nossa própria prática pedagógica ao repensar sobre nossos desafios e problemáticas neste contexto específico de ensino de português para Surdos. Por fim, consolidamos a validade dos materiais didáticos bilíngues para Surdos (doravante, MDBS) e suas ramificações que trazem o Letramento Visual como uma possibilidade no ensino-aprendizagem de alunos Surdos, aproximando-se de um contexto visual tal qual pessoas Surdas veem e sentem o mundo.

Palavras-Chave: Letramento Visual; Materiais Didáticos Bilíngues para Surdos; Educação de Surdos; Ensino Bilíngue.

## ABSTRACT

This text presents part of Master's Degree research (Tavares, 2024), reflecting about the Deaf teacher's role in Deaf Education. Based on the studies of Quadros (2011), Lebedeff (2017), Rocha & Nascimento (2019), we searched to understand the bilingual education for Deaf children in Primary School, besides concepts related to L2 learning and acquisition, to iconicity of Signs, to the use of input, and to the process of learning Portuguese from Libras as the language of instruction. Using research-action methodology, we analyzed our own pedagogical practice when thinking over our own challenges within this specific context of teaching Portuguese to Deaf people. Finally, we consolidated the validity of bilingual materials for Deaf people (MDBS) and their ramifications that take the Visual Literacy as a possibility in the teaching-learning process for Deaf students, reaching a visual context similar to how Deaf people see and feel the world.

Keywords: Visual Literacy; Bilingual Materials for Deaf people; Deaf Education; Bilingual Education.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/YigzqbSKEHA>



## Introdução

Um dos grandes desafios em apresentar nossa<sup>3</sup> pesquisa de Mestrado nesse texto é tentar nos aproximar ao máximo de todo o caminhar realizado durante os quase três anos de estudo e de intensivas reflexões a respeito da Educação de Surdos<sup>4</sup> e do Ensino de Português como L2.

De fato, trabalhar com o ensino de língua portuguesa para Surdos é, no mínimo, desafiador e, mais do que isso, para muitos pode parecer um contexto bem restritivo e específico. Certamente, ensinar em uma escola bilíngue para Surdos é, de certa maneira, trabalhar de modo bem específico, somando-se à necessidade de ensinar português em Libras como segunda língua para alunos Surdos.

<sup>3</sup> Ao longo do texto, usaremos o pronome 'nós' como plural de modéstia, entretanto, sempre referindo-se à primeira autora deste artigo - Profa. Ms. Talita N. Tavares. A segunda autora teve sua atuação como orientadora de Mestrado.

<sup>4</sup> Durante todo o texto, optamos por marcar o termo "Surdo" com letra maiúscula, pois entendemos que, ao não adjetivarmos o aluno, damos a ele condição de Sujeito autônomo e capaz de criar seus próprios conceitos e conexões.

A princípio, algo que acreditamos ser muito importante é a questão de nossa especificidade enquanto pessoa Surda, identidade que construímos a partir da Surdez, diagnosticada aos 4 anos, sendo uma “condição” que foi sendo validada e aceita ao longo do tempo.

Partindo do pressuposto de que ensinamos como aprendemos e, acreditando que tal pressuposto, de certa maneira, condiz com a verdade, de fato, aprendemos o que vemos, ou seja, são nossos exemplos que formam quem somos. A partir desse questionamento, chegamos ao princípio norteador de nossa reflexão na pesquisa de Mestrado: Com quem o Surdo aprende?; Quem ensina ao Surdo?.

Foi com tais indagações que iniciamos nossa pesquisa, almejando entender melhor todo o processo de educação bilíngue, tentando observar os agentes que eram tão citados em artigos, pesquisas e em estudos até então.

Ainda baseando-nos na máxima do aprender pelo exemplo, seguia nossa intuição, ou seja, para aprender precisaria entender quem ensinava, por isso a escolha em registrar as práticas e escolhas pedagógicas dos professores Surdos e compreender que, assim como esses mesmos professores ensinavam, todos eles também continuavam de certa forma seu processo de aprendizagem. Portanto, entender a vivência do professor Surdo e suas especificidades como profissional docente é também evidenciar sua trajetória, sua marca como pessoa e valorizar sua singularidade como Ser Surdo.

Aprender a ver, uma das características mais simples e bonitas do professor Surdo, ouvir com os olhos e falar com as mãos, é compreender a complexibilidade do pensamento Surdo, é ver por imagens, conceitos que só poderiam ser construídos com os sons, é também construir sentidos. Outra característica fundamental do professor Surdo é a capacidade de criar conexões e estabelecer sentidos linguísticos e metalinguísticos a partir de suas práticas e teorias didáticas tanto em PL2 como em Libras, o que lhe garante uma atuação mais singular e assertiva.

O professor Surdo apresenta não só a Cultura Surda, mas também a Libras, a construção de identidade e outras características do processo de ensino-aprendizagem e da formação das pessoas Surdas. Toda essa singularidade acontece por meio da interação com o aluno Surdo, ambos com a mesma língua, em paridade com as suas vivências, contribuindo para a autoestima deste aluno e seus benefícios culturais.

Possibilitando várias interações fundamentais para que a criança surda realize durante a dialogia múltiplas leituras e interpretações que a levam a descobertas de sentidos nos enunciados produzidos pelo professor em sua língua natural - Libras e a motivem a realizar reflexões/ transferências metalinguísticas sobre o ensino de conteúdos permeados pela Língua Portuguesa (L2) (Lacerda & Martins, 2013, p. 41).

Com o aprender pelo exemplo, essa interação para a criança Surda sobrepõe-se à hierarquia da Libras e transpõe os marcadores de espaços, L1 e L2, em que ambas fazem parte da interação, e a partir dessa interação é possível a construção de sentidos, motivando não apenas quem aprende, mas também quem ensina.

Na rotina escolar, essas questões dos sujeitos professor e aluno, de fato, precisam fazer sentido. Assim, a presença do professor Surdo ajuda na permanência da Libras como

língua de instrução e L1 do aluno, em que o primeiro contato com o conteúdo se realiza nessa língua de origem, facilitando a compreensão do conteúdo.

Sendo assim, todo o processo garante não só para o aluno, mas também para o professor, maior autonomia na construção e no domínio de ambas as línguas, contribuindo para uma construção de ensino-aprendizagem de português como L2 (PL2) mais significativa.

É importante destacar a dualidade do contexto da escola bilíngue para Surdos, e compreender o que de fato ensinamos e aprendemos nesse espaço. Quando nos referimos à Libras e à língua portuguesa, estamos nos referindo a línguas que possuem modalidades distintas, oral e espaço - visual.

Outro fator importante que consolidamos e defendemos na pesquisa em relação ao ensino bilíngue de Surdos é a presença de profissionais Surdos na escola, principalmente de professores Surdos, o que gera neles mesmos e nos alunos um sentimento de pertencimento e reconhecimento, uma vez que o professor Surdo se torna não apenas modelo linguístico do Surdo em Libras, mas também um modelo a ser seguido em LP.

A valorização do professor Surdo e sua formação é muito importante, pois como ele compartilha a língua e a vivência da surdez com seus alunos Surdos, poderá ocupar um lugar privilegiado e bastante enriquecedor para o processo de interação e produção de significações em relação ao mundo. Pode colaborar também para a constituição da individualidade, possibilitando uma internalização de conceitos e conhecimentos já mediados pelo seu par/outro Surdo, favorecendo assim uma aprendizagem adequada para o favorecimento de processos de interação e aprendizagem (Lacerda & Martins, 2013, p. 43).

Portanto, não se trata de uma rivalidade entre professores Surdos ou professores ouvintes, ou uma competição de quem tem mais valor, na verdade, nossa intenção é pontuar o quanto a presença do professor Surdo é importante e pode contribuir para um ensino mais assertivo na educação de Surdos.

Para isso, é importante reforçar minha condição enquanto professora, pesquisadora Surda, que influencia esta pesquisa no olhar e considerações aqui apresentadas, pois não se tratam meramente de resultados de leituras e pesquisas vinculados ao tema, mas são parte de um viver mais próximo e empoderado do Ser Surdo.

Apontamos, dessa forma, a consistência do tema, assim como sua relevância técnico-científica inovadora, original e insurgente, possibilitando maior aprimoramento epistemológico sobre a produção de Materiais Didáticos Bilíngues para Surdos (doravante, MDDBS<sup>5</sup>) de cunho pedagógico para o desenvolvimento da leitura e da escrita de crianças Surdas. Reforçamos ainda que tais reflexões são direcionadas ao público Surdo usuário da Libras.

## 1 Características da pesquisa de Mestrado

No contexto atual da escola pública bilíngue, parte considerável dos recursos e materiais disponíveis ainda se encontra em Língua Portuguesa, pouco atendendo às

---

<sup>5</sup> MDDBS: Nesse texto, optamos por nomear os Materiais Didáticos analisados como “Materiais Didáticos Bilíngues para Surdos” (MDDBS), como forma de diferenciá-los dos demais MDs encontrados no mercado para esse público. Ao longo do texto, detalharemos tais diferenças.

necessidades do aluno Surdo.

Inseridos nessa realidade, propusemos como pesquisa de Mestrado a investigação e discussão de atividades e materiais didáticos que, uma vez elaborados por nós, professores (de) Surdos, e aplicados em nossa prática docente, possam ser manuseados, observados, repensados e, posteriormente, apresentados no decorrer deste trabalho como opção e recurso para o ensino de português como L2 a alunos Surdos.

Além da apresentação e discussão dos MDBS, analisamos também os dados e considerações resultantes de um curso de extensão na modalidade EaD, no qual professores e profissionais de Libras, atuantes no ensino de alunos Surdos usuários da Libras, tiveram a possibilidade de conhecer nossos MDBS, discutir sua aplicabilidade em sala e contribuir para sua validação.

Vimos então que, a partir das reflexões acima apresentadas, nosso intuito maior foi fomentar a reflexão e incentivar a discussão de alguns pontos que entendemos como relevantes no ensino de línguas. Foram eles:

- Como seqüências didático-pedagógicas de ensino de PL2, planejadas a partir de um contexto bilíngue em uma perspectiva visual, experimental e sensorial, podem ser concretizadas por meio da elaboração e do desenvolvimento de materiais didáticos bilíngues para Surdos?
- Como o letramento visual, presente em materiais didáticos bilíngues para Surdos, pode influenciar as escolhas e práticas pedagógicas do professor Surdo?

De certo modo, vimos que tais perguntas foram em parte respondidas, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado, pois entendemos que a ausência de MDBS elaborados pra a educação de Surdos, e a dificuldade da elaboração de plano de aulas, currículo e outras ferramentas que orientam o ensino de PL2, são fatores significativos e precisam ser considerados.

Neste artigo, traremos parte da discussão teórica realizada na pesquisa, bem como a análise de alguns dos MDBS que foram apresentados e discutidos durante a realização do curso de extensão.

## **2 O professor Surdo e o uso de MDBS**

Hoje, na cidade de São Paulo, município no qual estamos inseridos, já há uma geração de profissionais Surdos, falantes de Libras e atuantes no ensino da Libras que são subaproveitados na realidade das escolas paulistanas identificadas como 'bilíngues', mesmo estando aptos e atendendo às formações técnicas e pedagógicas que este tipo de atuação exige. Ou seja, ainda que o Surdo se instrumentalize e esteja apto para atuar como professor Surdo, há ainda certa preferência pelos profissionais ouvintes.

A consequência deste fato é um prejuízo em relação às perspectivas teórico-metodológicas e à prática do bilinguismo (cuja discussão será retomada mais detalhadamente), impactando nos modos como crianças Surdas aprendem ou deixam de aprender o português como segunda língua. Mesmo sendo comum encontrar Surdos



formados em Pedagogia, Letras-Libras, Matemática, História, Educação Física, dentre outros cursos, ainda é exceção a atuação destes profissionais como professores regentes nas escolas da Educação Básica. Os Surdos nas escolas bilíngues ainda atuam como Instrutores<sup>6</sup>, que têm um papel diferente do professor.

A própria nomenclatura de 'Instrutor Surdo', conforme os instrumentos legais que regulamentam a função na cidade de São Paulo, é bastante questionável, posto que essa distinção técnica entre professor e instrutor delimita espaços de atuação e visa subcategorizar o profissional Surdo que atua na Educação Básica, uma vez que, para o ensino de língua portuguesa como L2, não há a categoria 'instrutor ouvinte', estabelecendo um contínuo comparativo entre a atuação dos dois profissionais.

O fato é que as próprias Portarias governamentais ainda limitam o profissional Surdo a um papel coadjuvante no ensino do aluno Surdo, vendo-o apenas como instrutor e não como professor formado e capacitado para o ensino escolar.

A utilização da nomenclatura "instrutor surdo" na contratação de educadores surdos em algumas redes públicas de ensino coloca em evidência a manutenção de uma visão preconceituosa em relação às pessoas Surdas e à língua de sinais. A subsistência da ideia de incapacidade do Surdo e da instrumentalização da língua de sinais, embutidas na ideia de um "instrutor de Libras", é ainda uma realidade na educação dos Surdos (Rocha & Nascimento, 2019, p. 11).

A simples concepção de incapacidade já torna, no mínimo, tal pensamento atroz em relação ao sujeito Surdo, pois a surdez em nada o impede de ensinar e aprender. Tais dificuldades em relação à presença de professores Surdos nas escolas bilíngues fazem com que esse ensino ocorra de maneira unilateral, ora apenas em Língua de Sinais, ora apenas em Língua Portuguesa, e que o bilinguismo tanto almejado por diversos defensores deste contexto educacional ocorra em segundo plano.

Os sujeitos Surdos seriam tão bons ou até melhores professores de Surdos quanto os ouvintes por terem fluência em língua de Sinais, bem como por identificarem-se culturalmente com os Surdos (Rangel, 2012, p. 223).

É notório que ainda haja um falso pensamento de que a educação bilíngue só ocorra no ensino da Libras enquanto L1 e que sua importância prevaleça em relação à Língua Portuguesa enquanto L2.

Neste sentido, nosso trabalho é diretamente ligado ao uso de MDBS no contexto do ensino e da aprendizagem de línguas, com vistas a questionar, entender e analisar o *modus operandi* das escolhas e práticas pedagógicas<sup>7</sup> do professor Surdo em escolas bilíngues enquanto espaços efetivamente sinalizantes.

O essencial é entender qual caminho o professor Surdo percorre, e como acontece

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre os cargos no contexto educacional bilíngue, recomenda-se a leitura do Decreto n. 52.785, de 10 de novembro de 2011. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-52785-de-10-de-novembro-de-2011> Acesso em: agosto 2023.

<sup>7</sup> As escolhas e práticas pedagógicas dos professores têm o objetivo de ajudar o aluno a construir seu conhecimento. São soluções encontradas pelo professor para extrair o melhor aproveitamento do aluno Surdo, ajudando-o a aprender e a fixar o conteúdo que foi ministrado.

essa interação, influência e espelhamento do modelo Surdo, entender como esse professor conduz suas escolhas e práticas pedagógicas sem se preocupar com limites ou com a possibilidade de simplificar esse ensino, mas transformá-lo em desafios que se sobrepõem com a necessidade de desenvolvimento e aplicação de MDs.

A valorização do professor Surdo e sua formação é muito importante, pois como ele compartilha a língua e a vivência da surdez com seus alunos Surdos, poderá ocupar um lugar privilegiado e bastante enriquecedor para o processo de interação e produção de significações em relação ao mundo (Lacerda & Martins, 2013, p. 43).

Lacerda e Martins (2013) aproximam-se de um olhar mais atento ao modelo do professor Surdo, o que entendemos também ser um fator importante na educação de Surdos. Na verdade, ensinamos como aprendemos, e aprendemos o que vemos, portanto, na prática, o professor Surdo constrói suas escolhas e metodologias de ensino a partir da vivência já percorrida até o momento da docência. Isso pode diferenciar o percurso desse professor Surdo, uma vez que ele pode ter estudado ou não numa escola bilíngue, em qual momento da vida ele adquiriu a Libras, se esse professor tem conhecimento da PL2 e qual influência essa segunda língua ocupa em sua rotina. Todos esses fatores são elementos determinantes que influenciam o professor Surdo no modo como ele aplica seu conhecimento, e escolhe suas estratégias para o ensino de alunos Surdos.

Seguramente, a vivência do aluno Surdo também deverá ser considerada no momento da elaboração dos MDs. No caso dos MDs escolhidos para análise na pesquisa de mestrado, havia uma diferenciação dos objetivos já programados na aplicabilidade dos materiais apresentados.

### **3 MDs, o Letramento Visual e a iconicidade**

Muito já se avançou cientificamente nos estudos Surdos, ainda assim, ao refletir sobre a realidade encontrada hoje nas escolas bilíngues, trazemos em nossa discussão vários pontos que precisam ser revistos e reavaliados. Uma das questões que tem ganhado especial interesse diz respeito à produção e desenvolvimento de MDs neste contexto educacional específico.

Nosso foco é o ensino de português como L2, então nossa preocupação está na elaboração, no uso e na aplicabilidade de MDs que de fato auxiliem no ensino de PL2. Outro fator importante é entender o que são e como se caracterizam os MDs e se os MDs analisados neste trabalho são de fato MDs para ensino de PL2 para Surdos.

Santos (2020, p. 23) afirma que “[...] os materiais didáticos podem ser qualquer coisa empregada por professor e alunos para facilitar a aprendizagem”. Partindo de tal afirmação, entendemos que o professor tem o poder de transformar muitos ‘materiais’ em MDs. Paralelamente, entendemos que, sendo assim, o professor Surdo também detém a mesma habilidade.

De certo modo, olhar para algo a fim de defini-lo como MD pode parecer um tanto ousado, mas, se durante nossa prática pensarmos em materiais simples, singulares, tal afirmação pode parecer um tanto quanto plausível dentro de sala de aula. Ou seja, uma



simples impressão em papel A4 pode se tornar um maravilhoso recurso, caso sua função e uso sejam reconduzidos e repensados.

O olhar do professor é o elemento-chave no processo de elaboração de materiais didáticos, pois, ao observar determinado objeto (também músicas, filmes, livros, textos, fotos, propagandas, entre outros), consegue perceber sua utilidade no contexto de sala de aula (Santos, 2020, p. 23).

De fato, o professor é agente fundamental para que todo material possa ter outras funções e objetivos a partir de critérios e conteúdos apresentados aos alunos. Por isso, cabe ao professor compreender e assimilar em qual contexto cada material pode ou deve ser usado.

Além disso, é possível ainda que o professor use não apenas os materiais e objetos, mas também contextos e atividades interculturais e plurilíngues a fim de propor uma maior gama de possibilidades durante o processo de ensino-aprendizagem. Assim também ocorre com o professor Surdo, uma vez que, sendo capaz de construir conexões entre materiais, contextos e língua, tais recursos ganham um valor mais elevado em relação a outras escolhas feitas por professores ouvintes.

Durante toda a pesquisa, tentamos considerar todos esses fatores, atrelados a nossa prática. Nossa intenção foi apresentar aos profissionais bilíngues situações, atividades e materiais práticos para o ensino de PL2 e adequá-los ao contexto bilíngue da educação de Surdos.

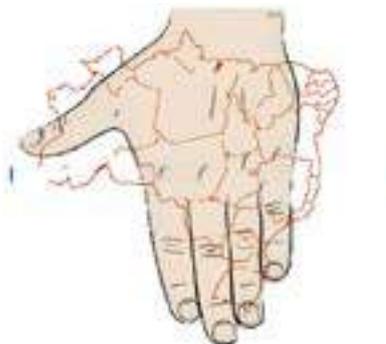
Em nosso entendimento, MDs são todos os materiais e recursos utilizados pelo professor no processo de ensino e aprendizagem. Consideramos, então, o uso do termo MDs, com o qual nomeamos nossos materiais, considerando os fatores acima apresentados. Dentre os muitos recursos utilizados para o desenvolvimento de MDs, os 'classificadores' se apresentam como um recurso de extrema importância: Classificadores, em Libras, são recursos importantes na sinalização. É a partir deste recurso que a visualidade da língua acontece em situações específicas, de acordo com cada usuário, mas acreditamos que o professor, e principalmente o professor Surdo, utiliza tal recurso de maneiras bem singulares.

Trazemos, neste momento, a título de exemplificação, uma situação que representa como um recurso pode se tornar parte integrante de MDs. Certa vez, em conversa com um instrutor Surdo<sup>8</sup> sobre as estratégias de ensino do Surdo, falávamos sobre o uso de Classificadores. Em nossa conversa, ele me ensinava a usar o dorso da mão para representar o mapa do Brasil, como ilustrado na Figura 1, surpreendendo-me com a possibilidade de uso de um recurso tão simples e tão visual. De fato, se pensarmos no dorso da mão direcionada para baixo, temos alguns marcadores similares ao mapa. A região superior representando o Norte, as pontas dos dedos representando a região Sul, e o polegar marcando o Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro).

---

<sup>8</sup> As escolhas e práticas pedagógicas dos professores têm o objetivo de ajudar o aluno a construir seu conhecimento. São soluções encontradas pelo professor para extrair o melhor aproveitamento do aluno Surdo, ajudando-o a aprender e a fixar o conteúdo que foi ministrado.

**Figura 1:** Mapa do Brasil - uso de classificadores



Compreendemos que, na Libras, a apropriação de uma sinalização mais icônica auxilia na educação de Surdos. Por exemplo, os Sinais das Américas têm uma representatividade bem significativa do uso da Libras de maneira mais assertiva, como ilustrado na Figura 2.

**Figura 2:** Sinais das Américas



Entendemos essa visualidade como algo positivo não somente no ensino de Surdos e na aquisição da Libras, mas também no aprendizado do PL2. Tal recurso em nossa compreensão pode também ser entendido como um MDBS, e passível de inúmeras utilizações, como forma de sinalização em recursos lúdicos como jogos de sinais, brincadeiras em Libras, dentre outras possibilidades de aplicação a partir de cada realidade de ensino.

Compreendemos que o ensino bilíngue é o melhor modelo para a Educação de Surdos, contudo, acreditamos que, para uma oferta assertiva, precisamos nos aproximar de conceitos mais aproximados do que é essa educação bilíngue. Em nossas leituras, concluímos que um caminho possível nessa dualidade pode ser trilhado a partir de algumas teorias. Dentre tais teorias, destacamos a de Krashen (1985), com foco em dois processos para se aprender ou ensinar uma nova língua: aquisição e aprendizagem.

Em nosso modelo bilíngue, a escola oferta a educação de Surdos em 3 níveis, Educação infantil de 4 e 5 anos, Ensino Fundamental I que vai do 1º ao 5º ano e Ensino Fundamental II que prossegue do 6º ao 9º ano.

No período da Educação Infantil, a criança começa os primeiros contatos com a Libras

ainda na escola. Segundo Quadros (1997), 95% das crianças Surdas são de famílias ouvintes, ou seja, não são usuárias da Libras no núcleo familiar. Assim, a partir dessa informação, compreendemos que a Libras não ocupa o lugar de língua materna dessas crianças, uma vez que não é a língua de interação que tais crianças têm em casa.

Todavia, entendemos que a Libras passa ser a primeira língua da criança Surda assim que ela passa a interagir com usuários sinalizantes, Surdos ou ouvintes bilíngues, que, nesse momento, passam a ser modelo linguístico da criança.

Já o processo de aquisição de uma L2 refere-se a um aprendiz que está em contato com outra cultura e língua, estando geograficamente na região onde tal língua é falada como língua nativa (L1).

A língua, portanto, é adquirida e absorvida de maneira inconsciente, sem a adoção de regras explícitas de uso do idioma e como se estivesse adquirindo sua L1. Segundo Krashen, somente a língua adquirida é disponível para a comunicação espontânea, pois saber as regras de uma língua não faculta necessariamente seu uso (Figueiredo, 1995, p. 49).

Nesse sentido, compreendemos que a distinção dos dois momentos – ‘aquisição da Libras’ e ‘aprendizagem do português como L2’ – deve ser considerado nos contextos de Educação de Surdos.

Sabemos que, hoje, na literatura, contamos com vários estudos que analisam a Libras e a aquisição da língua de sinais em um âmbito mais específico, não de línguas de um modo geral, e que as pesquisas linguísticas muito têm contribuído para esses estudos. Quadros e Cruz (2011, p. 17) explicam que:

As línguas de sinais apresentam aspectos linguísticos equivalentes às línguas orais em uma modalidade visuo-espacial. Os aspectos linguísticos das línguas de sinais apresentam análises em todos os níveis da linguística, ou seja, nos níveis fonológicos (quirológicos), morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos (Quadros & Cruz, 2011, p. 17).

Isso significa que, como na aquisição da língua oral, na qual a criança ouvinte passa por estágios de aquisição de fala (língua), entre as crianças Surdas, isso também acontece. Assim, os estudos linguísticos da língua de sinais têm se aprofundado para entender até que ponto essas similaridades são contínuas e em qual momento essas linhas se distanciam.

Quadros (2011, p. 70-74) menciona que há, pelo menos, quatro períodos importantes durante essa aquisição de Libras como L1, sendo eles: a) período pré-linguístico, b) estágio de um sinal; c) estágio das primeiras combinações; e d) estágio de múltiplas combinações.

É importante também destacar que a aquisição da língua de sinais ocorre e pode variar de pessoa para pessoa, além de também haver uma variação no tempo em que cada criança passa pelos quatro períodos, que são identificados por Quadros.

Outra preocupação é a de que a aquisição da Libras como L1 também sofre muita influência de acordo com o *input* (insumo) ao qual a criança é submetida. Em termos gerais, entendemos que o *input* está relacionado a toda experiência visual a que a criança Surda é submetida e pela qual é estimulada.

Durante a infância, a criança observa os comportamentos dos adultos e aprende naturalmente palavras, expressões e conceitos, dado que é submetida a todo o tempo à língua

em meio às relações cotidianas, como assistir televisão, navegar na Internet, conversar com os amigos, presenciar uma conversa etc. Tudo isso funciona como insumo, como uma entrada de informações, a qual a criança tem acesso durante todo o tempo em sua fase de crescimento.

Com a criança Surda, isso não é diferente, ou seja, ao perceber e observar movimentações, gestos e expressões, essa entrada de informação acontece também de maneira natural. Porém, caso não haja uma interação em relação a essas entradas, todo esse acesso à informação permanece codificado (sem explicação).

Por isso, uma criança Surda, nascida de pais ouvintes, pode facilmente entender conceitos simples, como “não pode”, “comer”, “vem” e “pare”, mas tem dificuldades de compreender outros comandos também de igual simplicidade, como “espera”, “amanhã” e “depois”, já que, para esses conceitos, é necessária outra intervenção a fim de que a compreensão possa ocorrer.

Como exemplo, em uma interação com pais ouvintes, a criança Surda pode entender que, ao se aproximar da fogueira, a mãe olha de maneira brava, franze a testa e diz “não pode”, pois o contexto, a **iconicidade**, expressão e linguagem corporal, ajudam a compreender tal conceito. Entretanto, a mesma informação pode se perder se, durante um momento de compras no supermercado, a mãe oralmente informar que não pode levar o chocolate preferido ou que não pode se afastar do carrinho, sem que a intensidade da iconicidade ocorra da mesma forma.

Ainda em relação à aquisição de língua, existe outro conceito norteador em nosso estudo que consideramos ser de vital importância na Educação de Surdo: o conceito de **iconicidade**<sup>9</sup>. Tal conceito pode nos ajudar a refletir um pouco mais sobre o ensino e a aprendizagem de alunos Surdos.

Podemos dizer que Sinais Icônicos<sup>10</sup> são sinais que aproximam seu significado em relação a sua movimentação e configuração de mão, que visualmente não necessitam de explicações ou contextualização. Ou seja, sinais icônicos são aqueles em que o gesto reproduz, faz alusão à imagem do seu referente. Como exemplo, podemos citar os termos “dirigir”, “árvore”, “moto”, “comer”, “copo”, “borboleta”, “telefone”, “tablet”, entre outros. Para entendermos melhor a importância da iconicidade da Libras.

Sabemos que boa parte do vocabulário em Libras tem o uso de sinais icônicos em que os movimentos fazem alusão ao significado do sinal; isso não significa que toda a língua de sinais ocorra dessa forma. Entretanto, em relação à aquisição da Libras como L1, essa característica pode ser utilizada como input e também como um ponto de partida para essa compreensão de língua, em relação ao sinal + significado ou objeto + sinal.

Em todo o caso, essa distinção para nós é válida, uma vez que em nossa pesquisa, as particularidades de ser Surdo sempre foram e sempre serão fator primordial na interação Surdo x Surdo no ensino do PL2, uma vez que, para um aluno Surdo com um professor Surdo bilíngue, fluente em ambas as línguas, esse docente passa a ser um modelo ou a comprovação de que a aprendizagem da língua portuguesa pode ser alcançada.

---

<sup>9</sup> Semelhança existente, em certos signos linguísticos, entre a forma e a coisa representada.

<sup>10</sup> Os sinais icônicos são os sinais que se assemelham visualmente ao significado que eles representam. São configurações que replicam, ou copiam, o movimento, forma, tamanho, ou outras características físicas de pessoas, animais e objetos para representá-los.

Na prática, o aluno Surdo tem o professor Surdo como espelho de alguém a ser copiado, o que possibilita uma maior interação entre eles. O aluno já não é mais um sujeito solitário nesse processo, ele vê em seu professor Surdo alguém que já esteve em seu lugar, superou os obstáculos do processo, que conhece o caminho e que pode, nesse momento, ser um mediador ou, até mesmo, um guia para essa aprendizagem do PL2 na modalidade escrita.

Na relação professor surdo/ aluno surdo, é evidente que os conhecimentos e as vivências do professor surdo interferem em suas práticas, no seu relacionamento com o aluno, no planejamento do currículo e nas suas ações sobre o que fazer e como fazer em situações de ensino de ambas as línguas (Lacerda & Martins, 2010, p. 43).

Nesse caminho, consideramos importante a compreensão do uso do letramento visual em todos os processos de ensino e aprendizagem do PL2, uma vez que é com ele que conceitos e significações serão construídos.

Conseqüentemente, além de dialogar com a prática do letramento visual e suas ramificações e contribuições ao ensino do PL2, é importante refletirmos até onde levamos ou medimos a eficácia dessa prática. Por ora, sabemos que, em sua natureza, o professor Surdo já utiliza tais práticas em sua vivência docente. Mas, será que realmente são consideradas outras variações desse letramento?

O letramento visual foi nossa base de apoio em todo nosso processo de pesquisa, mas devemos também considerá-lo como uma ramificação dos multiletramentos existentes hoje em nosso processo educativo. Esses multiletramentos consideram práticas de inúmeras linguagens, tanto escrita, sinalizada, como visuais, digitais, sensoriais e as variadas influências culturais nos quais nossos alunos Surdos conectados à tecnologia moderna e em contato com inúmeras possibilidades e influências externas são expostos.

Quanto ao letramento visual, ele está relacionado com a leitura e a interpretação de mensagens visuais. Ser letrado visualmente implica, portanto, saber construir sentidos em textos visuais (Silva & Gomes, 2021 p. 19).

De fato, o letramento visual é fundamental na construção desses sentidos. Além disso, é preciso considerar quais tipos de leituras são possíveis a partir do letramento visual, podemos entender a leitura não apenas como decodificação da escrita, mas como a interpretação de um conjunto de informações (presentes em um livro, em uma imagem, no rótulo do sabonete) ou um determinado acontecimento, (qual leitura/interpretação se faz daquele fato?).

Entendemos que, ao estudar e aprofundar nossa observação nas estratégias e metodologias do uso do letramento visual, podemos, de certa maneira, influenciar e reforçar a importância dessa ferramenta no ensino do PL2. Em outras palavras, defender o uso do letramento visual nas infinitas possibilidades e estratégias de ensino é, de certo modo, redundante, uma vez que, para nós, Surdos, o uso do letramento visual é inerente ao contexto da Educação de Surdos.

Partindo da premissa de que a pessoa Surda vê e compreende o mundo por meio do visual, nada mais correto que, nas práticas e ações de ensino e aprendizagem, esse recurso seja inesgotavelmente utilizado. Para isso, primeiramente, é imprescindível entender o significado de letramento visual.

Letramento Visual significa a sistematização e, até mesmo, empoderamento de sujeitos que se apropriam das habilidades e técnicas de leitura de imagens, criando desse modo um corpo comum, um universo de significações e um refinamento de leitura próprio, dos mais cultos letrados (Taveira & Rosado, 2017, p. 23).

Entendemos que o letramento visual é a apropriação de significados por meio das imagens, ou seja, é na utilização de estratégias visuais que construímos uma hipótese do significado e chegamos a um significante.

Pensar em letramento visual é ir além do uso de fotos, figuras e imagens, ou seja, é construir um contexto visual no qual a pessoa Surda se aproprie de conceitos, significados e possibilidades com os quais ela possa pensar e repensar o mundo que a cerca.

Nesse sentido, o processo de 'semiose', ou seja, a produção e geração de signos, parte da premissa de que há uma relação recíproca entre significado e significante, ocorre na medida que a pessoa Surda começa a estabelecer conexões a partir daquilo que é visto, ou seja, o signo existe sempre que ocorre a atribuição de um significado.

Designar o processo de significação, consiste na produção da compreensão através de signos linguísticos, seus respectivos objetos e interpretações, é a partir de conceitos e significados que o aluno Surdo pode inferir um significado tanto em Libras como em português.

Trabalhar com letramento visual, portanto, é construir um caminho, uma ponte, entre o que vemos, o que entendemos e os conceitos atribuídos a cada situação, a cada caso e a cada desafio.

Exemplificando, entendemos que, como semioses de letramento visual, podemos utilizar cores, letras, desenhos, personagens, fotos reais, imagens digitais, texturas e outros elementos visuais para comunicar uma mensagem, mas que, embora tudo isso seja efetivamente importante, a língua de sinais deve e precisa ser utilizada na construção desse sentido. Tudo aquilo que nossos olhos enxergam pode ser considerado um elemento visual e é possível de ser utilizado como estratégia de letramento visual.

No contexto escolar, essas estratégias podem ser usadas, por exemplo, na disposição dos mobiliários em sala de aula (mesas e cadeiras), em painéis, cartazes, placas de sinalização, cores, decoração de espaços, limitação de funcionalidade, área de recreação, materiais escolares e tudo mais que possa ser visto ou tocado.

Não há limite para as estratégias visuais que podem ser utilizadas durante uma aula ou no processo de ensino e aprendizagem, pois o importante é que esses recursos sejam um apoio para o aluno Surdo na construção desse saber e que, por meio deles, sentidos e significados sejam estabelecidos.

#### **4 Sobre os MDBS - corpus de análise**

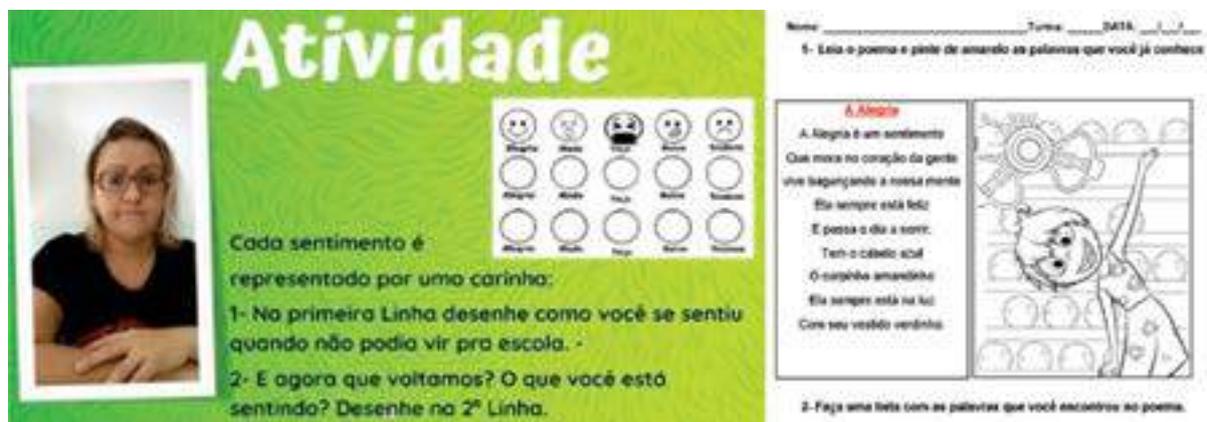
Um dos MDBS usados em sala de aula, e posteriormente apresentados na pesquisa, foi elaborado a partir do retorno dos alunos à escola após a pandemia de 2020. Estávamos preocupados com esse retorno, uma vez que todos (alunos e professores) estavam retornando para um modelo diferente de escola.

Optamos logo nas primeiras semanas por trabalhar questões como 'sentimentos' e



'emoções'. A partir do MDBS elaborado, e apoiados numa sequência didática mais aproximada do Letramento Visual, conseguimos apresentar aos alunos reflexões apropriadas para cada contexto, a partir do que cada aluno já assimilava do COVID-19.

Figura 3 - MDBS - Pandemia



Para trabalhar com o MDBS apresentado na Figura 3, foi realizada uma sequência de aproximadamente oito aulas, em que momentos específicos foram explorados em cada etapa. Iniciamos com um recorte de uma animação longa-metragem com a manifestação das principais emoções, como 'medo', 'alegria', 'tristeza', ou seja, representadas por situações cotidianas na rotina da personagem Harley. Em seguida, optamos por incentivar uma roda de conversa sobre a animação e conhecer o que os alunos já sabiam, se todos conheciam o filme, sabiam o sinal dos personagens, conheciam o nome em português de cada um, apresentando cada personagem separado, e as emoções e sentimento que cada personagem representava.

Como já mencionamos, a própria animação já assumia o papel de um MDBS, pois a partir dela conseguimos fomentar discussões importantes, como o nome da personagem que era muito diferente dos nomes brasileiros. Foi possível discutir alguns elementos culturais, como a prática de outros tipos de esporte, no caso da animação o *hockey* no gelo, entre inúmeras outras possibilidades.

É válido apontar para a primeira atividade, que nomeamos como 'mapa das emoções'. Na imagem, há alguns ícones (*smileys* - carinhas) que expressam sentimentos diferenciados. Nesse ponto da aplicação do MDBS, optamos por apresentar aos alunos não apenas sinais, nomes e significados das emoções, mas queríamos que os alunos expressassem o que de fato estavam sentindo ao retornar à escola.

Outro fator bem importante que diz respeito ao Letramento visual no MDBS é o uso não apenas dos personagens do filme, mas da correlação que foi criada entre personagem e os ícones usados na atividade. Também foi possível utilizar as cores em cada atividade, uma vez que elas também representavam não só os personagens, sentimentos e emoções, mas eram características importantes dos ícones também (vermelho para raiva, amarelo para alegria, verde para nojo).

Pensando no uso do Letramento visual, podemos refletir também sobre a imagem

apresentada e o layout escolhido. No MDDBS, usamos ferramentas simples, algumas imagens da animação, cores alegres e vibrantes utilizadas também na animação. Optamos pela ampliação da janela em Libras no slide, para deixar a sinalização em destaque, desse modo, a janela foi importante para a sinalização das orientações escritas no slide em português e também em Libras.

Entendemos o uso de Materiais Didáticos como um importante recurso para o ensino de línguas. Portanto, em nossos estudos, vemos que, para ensinar PL2 ao aluno Surdo, o professor Surdo também precisa aprender como é o processo do ensino de línguas, uma vez que é atribuído a ele tanto o ensino da Libras, como primeira língua, como o ensino do português, em uma perspectiva adicional, ou seja, como PL2.

É válido, neste momento, ilustrar tal discussão com a apresentação dessas estratégias do letramento visual em uma situação real de aprendizagem. No material didático desenvolvido no nosso contexto de ensino bilíngue para Surdos, utilizamos estrategicamente cada elemento escolhido na elaboração do material didático em atividades apresentadas ao aluno, para que eles possam estabelecer conexões entre os estímulos visuais e o conteúdo da aula.

**Figura 4:** Letramento Visual - recursos



Embora nosso objetivo não fosse apresentar plano de aula e nem sequências didáticas, entendemos que para o uso do Letramento Visual de maneira mais assertiva é necessário a presença de alguns elementos ou estratégias que aproximem o aluno Surdo do conteúdo a ser trabalhado e que isso o ajuda a construir conceitos e significados.

Novamente, partimos da ideia que um MDDBS que cumpra sua função não precisa necessariamente de muitos recursos. Na Figura 4, vemos um slide produzido por nós para apresentar recursos importantes quanto à elaboração de um MDDBS, que se entrecruzam com a proposta do Letramento Visual, como a) Representação do Contexto; b) Apoio à Escrita; c) Contextualização em Libras; d) Exploração do personagem; e) Vocabulário de Apoio; e f) Uso contínuo do personagem.

Embora cada elemento não tenha exatamente uma ordem pré-definida, entendemos que todo conceito deve iniciar-se na Língua de Sinais. Então consideramos apresentar primeiramente a contextualização em Libras de toda a temática a ser trabalhada.

No caso da atividade ilustrada na Figura 4, compreendemos que a sinalização da música 'Emília' contribui para a construção do conceito de 'História de Vida' e, a partir da música, foi possível perceber a passagem de tempo e a mudança ocorrida na vida da personagem.

Tais elementos contribuem para a compreensão de 'mudança e transição', uma vez que na história Emília passa de uma simples boneca de pano para uma boneca viva, com personalidade, emoções e vontades próprias.

Outro elemento de extrema importância é o uso do 'vocabulário de apoio'. No slide, podemos ver imagens de linha, agulha, bolsa de costura, elementos que visualmente remetem ao ambiente vivenciado pela personagem, tendo em vista que ela era uma boneca de pano, costurada manualmente.

O uso contínuo da personagem também é um recurso visual extremamente importante, uma vez que seu uso contínuo estabelece conexões assertivas com os alunos. Paralelamente, não podemos descartar o uso da representação do contexto e do apoio da escrita, pois todos os elementos escolhidos visualmente, inclusive a letra da música, as cores, o destaque do refrão e todos os outros recursos utilizados, são recursos/pistas visuais que utilizamos no MDBS, com a intenção de que o aluno estabeleça conexões com os conceitos do gênero textual proposto, no caso, o gênero 'biografia'.

## **Conclusão**

Entendemos que o Letramento Visual pode ser incluído e utilizado nos MDBS, de maneira mais orgânica e natural, a partir de recursos como o uso das cores, a combinação de elementos junto ao tema, fotos, imagens, e inúmeras outras possibilidades visuais, sendo de certo modo uma intervenção influenciadora. Assim, quando o professor opta pelo uso de elementos lúdicos e uma linguagem mais criativa e colorida, o uso do Letramento Visual já se faz presente, ou seja, é a partir dele e do uso de todos os recursos que de fato se constrói um MDBS para o ensino de Surdos.

Entendemos também que a melhor maneira de se planejar ou elaborar propostas e planos de aula é conhecer e considerar todo o conhecimento prévio dos alunos Surdos, uma vez que, mesmo ainda em processo de aquisição de Libras e aprendizagem do PL2, cada aluno traz em si elementos importantes.

Entendemos que as sequências didático-pedagógicas de ensino de PL2 para alunos Surdos precisam ser pensadas, planejadas e, acima de tudo, construídas a partir da L1 como meio de instrução – Libras, e apoiadas numa perspectiva visual, com uso de cores, imagens, sinais icônicos, atividades concretas, assim o uso simultâneo de ambas as línguas se torna na prática e posteriormente um caminho a ser percorrido. Entendemos que atividades lúdicas, mais icônicas e aproximadas da realidade e da vivência de cada aluno Surdo representam um caminho mais assertivo a ser percorrido. Em nossas práticas e observações, o uso dos gêneros textuais, em sua real aplicabilidade, também é um fator mais significativo para os alunos Surdos, visto que, em muitas de nossas atividades, as práticas e o manuseio de materiais mais concretos eram mais bem assimilados pelos alunos.

Por fim, entendemos que nossa pesquisa abriu espaço para mais indagações, ou seja, há um caminho extenso pela frente e as estratégias aqui apresentadas foram uma pequena

demonstração de todas as possibilidades do Letramento Visual.

## Referências:

- CRUZ, C. R.; QUADROS, R. M. de. Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FIGUEIREDO, F. J. Q. de. Aquisição e Aprendizagem de Segunda Língua. Signótica, Goiânia, GO, n.7, p. 49, 1995.
- LACERDA, C. B. F. de; MARTINS, M. A. L. O professor Surdo: prática em sala de aula/sala de atendimento educacional especializado. Uberlândia, MG: EDUFU, 2013.
- QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- RANGEL, G. M. M. História Cultural da Pedagogia dos Surdos: 15 anos depois, Curitiba, PR: CRV, 2012.
- ROCHA, D. S.; NASCIMENTO, L. C. R. Professor ou instrutor? Reflexão sobre a profissão do educador surdo. Sinalizar, Goiânia, GO, v.4, p. 11, 2019. Disponível em: [<https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/59944>] Acesso em: 10 maio 2024.
- SANTOS, J. M. P. Produção de materiais didáticos para o ensino de português como língua estrangeira. Curitiba-PR: InterS-aberes, 2020.
- SÃO PAULO. Decreto nº 52.785, de 10 de novembro de 2011. Cria as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBS na Rede Municipal de Ensino. Diário Oficial [do município de São Paulo], São Paulo, ano 56, n. 212, p. 1, 11 nov. 2011. Disponível em: [<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-52785-de-10-de-novembro-de-2011>]; Acesso em: 12 dez. 2023
- TAVARES, T. N. O letramento visual em materiais didáticos bilíngues para Surdos (Libras/Língua Portuguesa): escolhas e práticas pedagógicas do professor Surdo. Dissertação (Mestrado em Linguística, Programa de Pós-graduação em Linguística - PPGL). São Carlos-SP, UFSCar. (Orientação: Profa. Dra. Camila Höfling)
- TAVEIRA, C. C. BOLIVAR, T. Letramento Visual e Surdez. Rio de Janeiro-RJ: Walk, 2017.



**ESPAÇO**

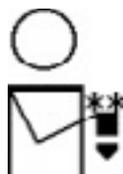
**ABERTO**

## PROPOSTA DE SINAIS-TERMO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER: GARANTIA PLENA DO DIREITO LINGUÍSTICO DA MULHER SURDA

*Proposal of signals — term for the promotion of women's health:  
full guarantee of the linguistic right of deaf women*



**Gildete S. Amorim Mendes Francisco<sup>1</sup>**



### RESUMO

O presente estudo se fundamenta nas discussões levantadas por diversos pesquisadores sobre a acessibilidade da saúde da mulher. São apresentadas as dificuldades de compreensão nos serviços de saúde – tanto para os profissionais do ramo quanto para os pacientes surdos, onde são trazidos relatos de insatisfação de ambas as partes com relação à comunicação. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar os trabalhos já desenvolvidos no escopo da acessibilidade em saúde da mulher, especialmente com vistas a produzir o Glossário Bilíngue (Libras-Português) de Saúde da Mulher. Para isso, optou-se por uma busca preliminar de estudos que compõem a revisão de literatura, reunindo as perspectivas de pesquisadores e estudiosos da área. Os resultados se apresentam inicialmente em forma de tabela com sinais em Libras, a partir de vídeos disponíveis gratuitamente nas plataformas digitais. Foram elaboradas cinco fichas terminológicas que indicam uma parte dos 73 sinais-termo que estão sendo desenvolvidos. A elaboração dos materiais demonstrou atender uma carência que ainda se observa quanto à comunicação médico-paciente – que deve estar pautada nos direitos preconizados pelas legislações. Além disso, este estudo buscou incentivar a produção de novos materiais e conteúdos sobre o assunto em tela.

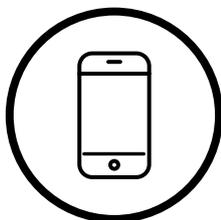
**Palavras-chave:** Libras; Acessibilidade; Saúde da mulher; Glossário.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, Brasil; gildeteamorim@id.uff.br

## ABSTRACT

The present study is based on the questions raised by several researchers about the accessibility of women's health. The difficulties of understanding in health services are satisfactory - both for professionals in the field and for deaf patients, where reports of dissatisfaction on both sides with regard to communication are brought. Thus, this research aims to present the works already started in the scope of accessibility in women's health, especially with a view to producing the Bilingual Glossary (Libras-Portuguese) of Women's Health. For this, we opted for a preliminary search of studies that make up a literature review, bringing together the perspectives of researchers and scholars in the area. The results are initially presented in the form of a table with signs in Libras, from videos available for free on digital platforms. Five terminological sheets were prepared that indicate a part of the 73 term signs that are being presented. The elaboration of administered materials responds to a lack that is still observed in terms of doctor-patient communication - which must be based on the rights advocated by legislation. In addition, this study sought to encourage the production of new materials and content on the subject at hand.

**Keywords:** Libras; Accessibility; Women's health; Glossary.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK**  
<https://youtu.be/x5pEq4rBd0I>



## Introdução

A questão da acessibilidade e inclusão de pessoas surdas teve como ponto de partida as legislações surgidas ao longo dos anos, conquistadas após diversas lutas desta parcela da população. Primeiramente, relata-se aqui a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que em seu Art. 1º reconhece a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão associados como meio legal de comunicação e expressão, e esclarece de forma objetiva as diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa.

Em dezembro de 2005, a Lei 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto 5.626, que trouxe consigo políticas públicas importantes. Ressalta-se, ainda, que as barreiras de comunicação ainda existentes são decorrentes de aspectos sociais e culturais. Sobre isso, destaca-se a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, também conhecida como “Lei de Acessibilidade”, com normas que visam à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Outra legislação de grande relevância no cenário inclusivo foi a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras, sendo considerada uma enorme conquista para os profissionais da área. Nela, são estabelecidos os aspectos legais voltados para sua formação, assim como as atribuições necessárias e os direitos e deveres associados.

Promulgada em 6 de julho de 2015, foi instituída a Lei nº 13.146, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tendo em seu Art. 1º a afirmativa de “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.



Assim, conforme o exposto no Art. 9º da referida legislação, e reforçado por Pereira (2021), deve-se conferir atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público, disponibilizar recursos (humanos e/ou tecnológicos) capazes de assegurar um atendimento igualitário às condições das demais pessoas da sociedade.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), evidencia-se a mais recente legislação que amplia a proteção das mulheres nos ambientes de saúde: a Lei 9.878, de 13 de outubro de 2022, assegurando o direito das mulheres de terem acompanhante nas consultas e exames em geral, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no ERJ.

Observa-se, no Brasil, que os serviços de saúde demonstram uma profunda carência de recursos acessíveis para pessoas surdas, mesmo com o surgimento dos dispositivos legais mencionados. Portanto, é de extrema importância assegurar os direitos preconizados por estas normas, assim como é preciso difundir o relevante papel que materiais bilíngues exercem diante das limitações de comunicação ainda encontradas nesses ambientes.

Sendo assim, esta pesquisa tem como principal objetivo apresentar os materiais acessíveis em Libras desenvolvidos no escopo da saúde da mulher, como vídeos de sinais-termo disponibilizados em redes sociais (Instagram) e canais de compartilhamento de conteúdos diversos (YouTube), assim como obras que incorporam projetos mais robustos – como o Glossário Bilíngue (Libras-Português) de Saúde da Mulher.

Inicialmente, a pesquisa traz abordagens interessantes sobre as perspectivas de diversos pesquisadores sobre o tema central: saúde da mulher e acessibilidade em Libras. Na sequência, são apresentados os trabalhos em formato de vídeo que foram desenvolvidos e estão disponíveis gratuitamente nas plataformas digitais com acesso à internet. Por fim, este estudo detalha o percurso metodológico de elaboração do Glossário Bilíngue (Libras-Português) de Saúde da Mulher e apresenta cinco sinais-termo alocados em fichas terminográficas que compõem o referido material.

## **1 Discussões acerca das questões da saúde e acessibilidade em Libras**

Em primeiro lugar, é preciso colocar em evidência a diretriz imposta pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.060, de 5 de junho de 2002, que institui a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA - é uma diretriz que deve ser compreendida como responsabilidade social compartilhada, visando assegurar a igualdade de oportunidades, a construção de ambientes acessíveis e a ampla inclusão sociocultural. As cidades, as escolas, os ambientes públicos, coletivos e de lazer, os serviços de saúde, os meios de transporte, as formas de comunicação e informação devem ser pensadas de modo a facilitar a convivência, o livre trânsito e a participação de todos os cidadãos em iguais condições de direitos, nos vários aspectos da vida diária das comunidades (BRASIL, 2010b, p.8).

O estudo de Costa et al. (2009) versa sobre o atendimento em saúde pela perspectiva da pessoa surda, no qual os autores sugerem propostas que buscam melhorar a comunicação entre pacientes surdos e profissionais da área. Verifica-se uma importante passagem do texto, que traz o relato de uma entrevistada:



Que todos os que vão lidar com o público estejam preparados para lidar com esse público, seja ele qual for. A pessoa com deficiência ou não; o mais pobre, o mais rico. Estarem preparados para lidar com esta pessoa e respeitar a diferença quando encontrar uma pessoa diferente deles, no caso - isso é muito importante. Respeitar, entender, ter uma postura ética - eu acho isso muito importante - Paciente entrevistada. (Costa et al., 2009, p. 167).

Sob a perspectiva da comunicação entre paciente surdo e médico, independentemente da forma com que seja realizada, os autores trazem algumas experiências que esta minoria linguística enfrenta, dentre as quais destaca-se a atuação do profissional da saúde: “O médico precisa falar de frente e precisa ter paciência” - Paciente entrevistada (Costa et al., 2009, p. 168). Esta é uma questão importante que deve ser debatida sempre, para que novos casos como este não se repitam.

Outra entrevista chama a atenção quanto à falta de sensibilidade que alguns profissionais apresentam durante o atendimento, causando desconforto no paciente surdo: “Se o surdo não é oralizado e não domina o Português, então precisa fazer gesto ou mímica para facilitar a comunicação. Sempre há um jeito de melhorar a comunicação” - Paciente entrevistada (Costa et al., 2009, p. 168).

Por fim, outra questão importante traz a reflexão de que, em muitos casos, o paciente se vê obrigado a seguir se tratando com um único profissional apenas pela dificuldade de comunicação com outros médicos que não acompanham seu histórico: “E por isso eu sempre frequento o mesmo médico que é o único que me entende e respeita a minha língua. Não tenho muita liberdade em ir a qualquer médico” - Paciente entrevistada (Costa et al., 2009, p. 168).

Por outro lado, o estudo de Nunes, Pires e Bedor (2020) traz a perspectiva dos profissionais da saúde quanto à questão da comunicação com pacientes surdos. Segundo informam: “Um atendimento humanizado deve ser pautado no vínculo e acolhimento dialogado, no qual o profissional ouve e discute com o usuário suas necessidades em saúde e como melhor solucioná-las” (p. 82).

Do mesmo modo que ocorreu a pesquisa de Costa (2009) com entrevistas com os pacientes surdos, o estudo de Nunes, Pires e Bedor (2020) fez o mesmo, coletando relatos e opiniões de médicos. A metodologia escolhida teve como premissa o conhecimento prévio sobre os atendimentos prestados às pessoas surdas nas unidades onde os profissionais entrevistados foram selecionados.

Para mim, cuidado humanizado é aquele baseado no respeito entre ambas as partes, tanto do profissional quanto com relação ao paciente. E o respeito na sua forma mais ampla de ser pensada. Respeitando os direitos de acessibilidade que o paciente tem aos serviços de saúde, respeitando a sua integridade moral e física e também buscando um atendimento acolhedor, tentando entender o paciente da forma mais global possível, mais holística possível - Médico entrevistado (Nunes; Pires; Bedor, 2020, p. 89).

Em um contexto mais amplo, a pesquisa de Santana et al. (2019) trata da Política Nacional da Saúde da Mulher e os desafios que ainda se observam quanto à sua efetividade. Sobre o assunto, é preciso mencionar a integralidade na visão de Carvalho (2006, p. 16): “Costumo dizer que a integralidade tem duas dimensões: a vertical e a horizontal. A vertical inclui a visão do ser humano como um todo, único e indivisível. E a horizontal é a dimensão

da ação da saúde em todos os campos e níveis”.

Por sua vez, Coelho et al. (2009) tratam da integralidade do cuidado à saúde da mulher com uma abordagem voltada para os limites da prática profissional. Em sua pesquisa, as autoras esclarecem a necessidade de “políticas destinadas a dar respostas a um determinado problema de saúde, ou responder aos que atingem certo grupo populacional, podem trazer as marcas da integralidade” (p. 155). Nesse sentido, o grupo populacional que o presente estudo tem como foco é formado por mulheres surdas que demandam de determinados cuidados e, mais ainda, de uma comunicação inclusiva assim como qualquer pessoa surda.

O trabalho intitulado *Mulheres com deficiência: reflexões sobre a trajetória das políticas públicas de saúde*, de Santos et al. (2013), analisa as políticas e os programas de saúde direcionados às pessoas com deficiência e às mulheres no Brasil. Nele, os autores, além de discorrerem sobre o assunto com reflexões importantes acerca da ampliação de olhares quanto ao tema em si, também tratam das implicações na assistência em saúde da mulher com deficiência.

Nota-se que, ao longo dos anos, muitos pesquisadores se debruçaram a compreender as falhas no sistema de saúde com relação ao atendimento à mulher, e mais recentemente estudos têm se voltado às necessidades específicas da Comunidade Surda. Outro estudo de relevância tem como título *As dificuldades encontradas na assistência à saúde às pessoas com surdez*, de Silva et al. (2021).

Os usuários portadores de deficiência auditiva se deparam com uma dificuldade acrescida, devido ao problema da comunicação interpessoal, pois no momento de acolhida o usuário surdo precisa comunicar sua necessidade e ser orientado quanto à conduta a ser seguida (Tedesco; Junges, 2013, p. 1.686).

A Tabela 1, a seguir, mostra a lista de trabalhos (entre 2014 e 2020) que foram analisados por Silva et al. (2021). Cada levantamento, em sua abordagem – seja trazendo questionamentos e discussões, análises e reflexões, ou recomendações e solucionando problemas a partir de suas práticas de pesquisa –, todos têm uma questão em comum: possibilitar uma divulgação cada vez mais ampla sobre a acessibilidade na saúde para as pessoas surdas.

**Tabela 1 - Artigos sobre acessibilidade de pessoas surdas na saúde**

Autor	Título	Ano	Metodologia
Pereira, Passarin, Nishida & Garcez	“Meu Sonho É Ser Compreendido”: uma análise da interação médico-paciente surdo durante assistência à saúde	2020	Estudo observacional e descritivo



Cavagna, Silva, Braga & Andrade	O paciente surdo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem	2017	Estudo descritivo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa
Souza et al.	Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura	2017	Revisão integrativa de literatura
Reis & Santos	Conhecimento e experiência de profissionais das Equipes de Saúde da Família no atendimento a pessoas surdas	2019	Estudo transversal
Abreu, Freitas & Rocha	A percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das unidades de atenção primária à saúde	2015	Estudo descritivo de caráter qualitativo
Pires & Almeida	A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde	2016	Estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa
Lessa & Andrade	Libras e o atendimento ao cliente surdo no âmbito da saúde	2016	Pesquisa de campo qualitativa
Yonemotu & Vieira	Diversidade e comunicação: percepções de surdos sobre atividade de educação em saúde realizada por estudantes de medicina	2020	Estudo qualitativo
Sousa & Almeida	Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar	2017	Revisão de literatura
Dantas et al.	Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva	2014	Estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa
Soares, Lima, Santos & Ferreira	Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo	2018	Estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa
Wetterich, Barroso & Freitas	A comunicação entre surdos e profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica	2020	Revisão bibliográfica
Saraiva et al.	O silêncio das mãos na assistência aos surdos nos serviços de saúde pública	2017	Revisão de literatura

Oliveira, Coura, Costa & França	Comunicação entre profissionais de saúde-pessoas surdas: revisão integrativa	2015	Revisão integrativa da literatura
---------------------------------------	--	------	--------------------------------------

**Fonte:** Silva et al., 2021.

Com relação aos serviços de saúde e à interação médico-paciente, os autores Leles, Capop e Crispim (2022) explicam sua importância para chegar ao diagnóstico e tratamento corretos.

Na área da saúde, habilidades de comunicação interpessoal são imprescindíveis na assistência a qualquer paciente, e as ações dos profissionais da saúde são pautadas pela comunicação, independente da sua formação acadêmica. Este profissional tem como ferramenta base de seu trabalho as relações humanas (Leles; Capop; Crispim, 2022, p. 2).

Barroso, Freitas e Wetterich (2020, p. 132) afirmam: “Perceber a realidade do surdo no atendimento à sua saúde, e promover meios para ressignificá-la, torna-se essencial para reformar o pensamento sobre a inclusão e propor medidas de inclusão”. É uma recomendação fundamental e que deve ser colocada em prática.

Quanto a isso, também é válido mencionar o trabalho de Cardoso e Bachur (2021), que discorre sobre os desafios observados no atendimento médico de pessoas surdas. As autoras demonstram uma realidade que precisa ser mudada, na qual “pessoas surdas sentem dificuldade para confiar em seus médicos e temem ser submetidas a tratamentos inadequados por erros de comunicação” (p. 232).

Ainda que as legislações existentes direcionem esforços para minimizar os problemas de comunicação entre paciente surdo e profissional da saúde, verificam-se limitações que estão enraizadas nesses ambientes de cuidado e atendimento. A revisão de literatura possibilitou reforçar a importância de medidas complementares aos dispositivos legais, e que podem ser colocadas em prática com as devidas motivações e oportunidades.

Dessa forma, o item a seguir apresenta os métodos utilizados para concretizar as contribuições desta autora, em especial com a divulgação de conteúdos da área da saúde de forma acessível (em Libras) e o desenvolvimento de materiais com esse fim.

## 2 Metodologia

Para o presente estudo optou-se por utilizar a proposta de Andrade (2019), por meio de uma adaptação do modelo de ficha terminológica. Após a coleta dos sinais-termo, foram elaboradas e organizadas as fichas terminológicas em Libras, cuja divisão ocorreu da seguinte maneira:

1. Organização dos sinais-termo na tabela.
2. Busca de definições dos termos em obras lexicográficas de referência.
4. Validação dos sinais-termo.
5. Registro provisório arquivado em meio digital.



6. Análise e preenchimento das fichas terminológicas.
7. Elaboração das ilustrações e da Escrita de Sinais (SW) dos sinais-termo.
8. Elaboração dos *links* para *YouTube* e do QR Code.

As fichas terminológicas perfazem o Glossário Bilíngue (Libras-Português) de Saúde da Mulher, onde estão sendo desenvolvidos 73 sinais-termo sobre o tema em questão. Assim, esta pesquisa apresenta uma prévia deste rico material que está sendo elaborado. Para isso, foram consultados os materiais de Castro Júnior (2014), Andrade (2019) e Pereira (2021).

Além disso, buscou-se seguir o modelo de ficha terminológica com sinais-termo de Biossegurança e Saúde de Francisco (2022), utilizando os mesmos elementos paramétricos existentes e com elementos dos níveis linguísticos da Libras.

### 3 Resultados

Com o passar dos anos, nota-se o crescimento do vínculo entre pessoas e tecnologias – estas últimas que também fazem parte da forma como aprendemos e assimilamos determinado conhecimento. A Tabela 2, a seguir, apresenta as contribuições desta autora com relação ao tema saúde da mulher e acessibilidade, com os materiais em forma de vídeos divulgados na rede social Instagram.

A profissional tradutora-intérprete de Libras reforça a relevância em promover conteúdos como estes, ainda mais pela carência de informações sobre a saúde e materiais de divulgação sobre doenças, tratamentos, medicamentos, exames e áreas correlatas.

**Tabela 2 - Sinais sobre Saúde da Mulher**

SINAL	VÍDEO	DESCRIÇÃO/ACESSO
Câncer de Ovário	 Um vídeo com um intérprete de Libras em primeiro plano. Ao fundo, há uma ilustração anatômica do sistema reprodutivo feminino em tons de azul e vermelho, com o texto "Câncer de ovário" no topo.	O câncer de ovário geralmente não tem sintomas nos estágios iniciais. Os estágios posteriores estão associados a sintomas, mas estes podem ser inespecíficos, como perda de apetite e perda de peso. Começa nos órgãos femininos que produzem óvulos (ovários). Costuma passar despercebido até se espalhar na pelve e na barriga. Nesse último estágio, a doença é mais difícil de tratar e pode ser fatal.
Ciclo Menstrual	 Um vídeo com um intérprete de Libras em primeiro plano. Ao fundo, há uma ilustração de uma mulher com uma expressão triste e um calendário, com o texto "Ciclo menstrual" no topo.	Para calcular o seu ciclo menstrual, especificamente, basta verificar o intervalo de tempo entre o primeiro dia da sua menstruação do mês e o primeiro dia da menstruação seguinte.

Cistite		<p>Você já teve cistite? Conhece esse termo? Os sintomas da cistite geralmente incluem: desejo forte e persistente de urinar; sensação de queimação/ardência) ao urinar; urinar em pequenas quantidades e frequentemente; sangue na urina (hematúria); urina turva ou com cheiro forte; desconforto na região pélvica; sensação de pressão no abdômen inferior, entre outros.</p>
Cólica Abdominal		<p>Dor e queimação: as dores que surgem no estômago devido a gastrite, úlcera e refluxo, geralmente, aparecem com a sensação de queimação ou ardor nesta região.</p> <p>Dor tipo cólica: problemas no intestino, como diarreia ou prisão de ventre, e também da vesícula podem se manifestar como cólicas.</p>
Cólica Menstrual		<p>As cólicas menstruais normalmente são leves. Porém, algumas vezes podem ser intensas. As dores podem variar de fortes pontadas na região abaixo do abdômen até dores que se espalham por toda a sua barriga e pela região lombar. Algumas mulheres também sentem tontura, náusea, têm diarreia ou vômito.</p>
Contração		<p>As contrações (percebidas por algumas mulheres como endurecimento da barriga) são sentidas no abdômen – na parte inferior – ou nas costas. Elas ocorrem porque o útero está se contraindo e relaxando ao mesmo tempo, ajudando a abrir o colo e empurrar o bebê para o canal de nascimento</p>
Cordão Umbilical		<p>Ele normalmente possui 3 vasos sanguíneos (duas artérias e uma veia). É responsável por fazer com que o sangue do bebê passe pela placenta, onde é oxigenado e recebe nutrientes, retornando em seguida para o bebê. Cordão umbilical ligando o feto a placenta.</p>

<p>Outubro Rosa</p>		<p>Outubro rosa! Meninas, atenção para o autoexame das mamas.</p>
---------------------	---	---

Além deste meio acessível, pessoas surdas podem encontrar no canal de vídeos Libras Biossegurança Saúde, na plataforma *YouTube*, sinais variados relacionados à saúde. Tal divulgação é importante, pois fomenta a produção desses tipos de materiais tão necessários para a comunicação em Libras nos mais diversos ambientes de interação social, especialmente nos serviços de saúde.

Ao longo dos trabalhos como tradutora-intérprete, surgiram convites para explicar sobre os materiais desenvolvidos e a atuação na profissão. Um deles se destaca pela Figura 1, onde são apresentados detalhes sobre conteúdos bilíngues em forma de vídeos, glossários, materiais de campanha na área da saúde e demais trabalhos.

**Figura 1** - Entrevista ao Programa Canal Libras sobre os materiais produzidos em Libras com vistas à acessibilidade em saúde



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=BO5h9r6EONA>

As Figuras 2 a 6, a seguir, ilustram a prévia das fichas terminológicas que farão parte do Glossário Bilingue (Libras - Português) de Saúde da Mulher. Nelas, observam-se os elementos paramétricos (Configuração de Mãos, Localização e Escrita de Sinais), assim como os elementos a respeito dos níveis linguísticos em Português e em Libras.

**Figura 2 - Sinal-termo Adesivo Transdérmico Anticoncepcional**

01		FICHA TERMINOLÓGICA	
<b>Termo: Adesivo Transdérmico Anticoncepcional</b>			
<b>Escrita de Sinais (Sign Writing - SW)</b>		<b>Realidade Aumentada</b>	
			
<b>Configuração de Mãos</b> (Em elaboração)		<b>Localização</b> (Em elaboração)	
	<b>QR CODE</b> (em processo de elaboração)		
<b>Categoria</b>	Ginecologia e Obstetrícia	<b>Classe Gramatical</b>	Substantivo + Adjetivo + Adjetivo
<b>Definição em Português</b>	Contraceptivo feminino em material aderente que é impregnado com hormônios anticoncepcionais que vão sendo liberados continuamente na corrente sanguínea. Deve ser colocado em pele íntegra e permanecer na mesma posição por todo período de uso.		
<b>Definição em Libras</b>			
<b>Exemplo em Português</b>	Os adesivos transdérmicos anticoncepcionais podem causar irritação na pele.		
<b>Exemplo em Libras</b>			

Fonte: Autora, 2023.



Figura 3 - Sinal-termo Amenorreia Lactacional

02		FICHA TERMINOLÓGICA	
Termo: Amenorreia Lactacional			
Escrita de Sinais (Sign Writing - SW)		Realidade Aumentada	
			
Configuração de Mãos (Em elaboração)		Localização (Em elaboração)	
	QR CODE (em processo de elaboração)		
Categoria	Ginecologia e Obstetrícia	Classe Gramatical	Substantivo + Adjetivo
Definição em Português	Período de amenorreia fisiológica após o parto nas mulheres lactantes.		
Definição em Libras			
Exemplo em Português	A mãe que segue a amamentação exclusiva apresenta amenorreia lactacional.		
Exemplo em Libras			

Fonte: Autora, 2023.

Figura 4 - Baby Blues (depressão pós-parto)

03		FICHA TERMINOLÓGICA	
Termo: Baby Blues (depressão pós-parto)			
Escrita de Sinais (Sign Writing – SW)		Realidade Aumentada	
			
Configuração de Mãos (Em elaboração)		Localização (Em elaboração)	
	<b>QR CODE</b> (em processo de elaboração)		
<b>Categoria</b>	Ginecologia e Obstetria	<b>Classe Gramatical</b>	(Inglês) Substantivo + Adjetivo
<b>Definição em Português</b>	Caracteriza-se por um estado regressivo e melancólico logo após o parto em que a mulher tem maior sensibilidade emocional, constante vontade de chorar, comentários autodepreciativos, insegurança, impaciência, ansiedade, insônia e mudança brusca de humor.		
<b>Definição em Libras</b>			
<b>Exemplo em Português</b>	A mãe que apresenta baby blues precisa de apoio e acompanhamento.		
<b>Exemplo em Libras</b>			

Fonte: Autora, 2023.



Figura 5 - Coletor Menstrual

04	FICHA TERMINOLÓGICA		
Termo: Coletor Menstrual			
Escrita de Sinais (Sign Writing - SW)		Realidade Aumentada	
			
Configuração de Mãos (Em elaboração)		Localização (Em elaboração)	
	QR CODE (em processo de elaboração)		
Categoria	Ginecologia e Obstetria	Classe Gramatical	Substantivo + Adjetivo
Definição em Português	Produto em silicone não descartável de higiene íntima feminina, também chamado de "copinho". Ajustável ao corpo. Em forma de cálice, é introduzido na entrada vagina e coleta o sangue menstrual. Esvaziado a cada 6-12hs, e após higienizado é colocado novamente.		
Definição em Libras			
			
Exemplo em Português	Existem maneiras diferentes de colocação do coletor menstrual.		
Exemplo em Libras			

Fonte: Autora, 2023.

**Figura 6 - Câncer de corpo de útero**

05	FICHA TERMINOLÓGICA		
Termo: Câncer de corpo de útero			
Escrita de Sinais ( <i>Sign Writing - SW</i> )	Realidade Aumentada		
			
Configuração de Mãos	Localização (em processo de elaboração)		
 Libras	QR CODE (em processo de elaboração)		
Categoria	Processo saúde-doença	Classe Gramatical	Substantivo + Preposição + Substantivo + Preposição + Substantivo
Definição em Português	Câncer que pode iniciar em diferentes partes do útero, mais comumente se inicia no endométrio, causando o câncer de endométrio. Comum em mulheres que se encontram na menopausa.		
Definição em Libras			
Exemplo em Português	O tipo mais comum de câncer do corpo do útero se origina no endométrio.		
Exemplo em Libras			

Fonte: Autora, 2023.



Ampliar a divulgação deste tipo de material tão importante para a Comunidade Surda é uma das formas de contribuir para uma efetiva acessibilidade e inclusão, que, neste caso, se volta para os serviços de saúde e áreas afins. Pretende-se continuar alimentando as redes sociais e plataformas digitais com vídeos em Libras e diversos outros materiais, como cursos e palestras na área da acessibilidade.

## Considerações Finais

A relevância da presente pesquisa nos âmbitos social, científico e acadêmico se torna evidente, uma vez que o tema ainda é pouco difundido e constata-se a escassez de materiais em Libras na área da saúde da mulher. A elaboração dos materiais apresentados tem como premissa a carência na comunicação médico-paciente – que deve estar pautada nos direitos preconizados pelas legislações. Além disso, este estudo buscou incentivar a produção de novos materiais sobre o assunto em tela.

O universo digital dispõe de ferramentas e possibilidades que podem, se utilizadas adequadamente, contribuir e muito para a disseminação de materiais e conteúdos em Libras, e conta com recursos gráficos e interfaces que facilitam esse processo. A partir da revisão de literatura e das perspectivas apresentadas pelos pesquisadores mencionados neste estudo, pode-se afirmar que o atendimento de saúde acessível poderá ser efetivamente praticado quando a comunicação deixar de ser uma barreira. Portanto, esta pesquisa reforça o empenho desta autora, e demais pesquisadores envolvidos, em difundir sinais na área da saúde da mulher, uma vez que se constata a precariedade nas formas de inclusão para a Comunidade Surda nesses locais, o que reflete diretamente no acolhimento destes usuários nos serviços de saúde de um modo geral.

Dessa forma, para garantir o direito linguístico nesses ambientes de cuidado com a saúde da mulher, é preciso considerar as individualidades dessa parcela da população e fomentar a divulgação de materiais como os que foram desenvolvidos nesta pesquisa. Complementarmente a isto, recomenda-se a implementação de políticas públicas e cursos de capacitação dos profissionais da saúde, o reconhecimento da língua de sinais e suas particularidades para possibilitar os cuidados especializados de pessoas surdas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Betty Lopes L'astorina de. Estudo terminológico em língua de sinais: glossário multilíngue de sinais-termo na área de nutrição e alimentação. 2019. 373 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARROSO, Héli da Cristine Santos Mendes; FREITAS, Daniel Antunes; WETTERICH, Caio Bruno. A comunicação entre surdos e profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 4, n. 1, 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde,



2010b, 24 p.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CARDOSO, Gleiry Yuri Rodrigues; BACHUR, Tatiana Paschoalette Rodrigues. O atendimento médico de pessoas surdas e seus desafios. *Revista Brasileira de Educação e Saúde - Rebes*, v. 11, n. 2, p. 232-243, mar./jun. 2021.

CARVALHO, Gilson. Os governos trincam e truncam o conceito da integralidade. *Radis - Comunicação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 16, set. 2006.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. Projeto varlibras. 2014. 259 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, v. 13, n. 1, p. 154-160, jan.-mar. 2009.

COSTA, Luiza Santos Moreira da et al. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. *Rev Bras Clin Med*, v. 7, p. 166-170, 2009.

FRANCISCO, Gildete S. A. Mendes. Glossário multilíngue de sinais e termo: materiais e recursos na área de Biossegurança. 2022, 329 f. Tese (Doutorado em Ciências e Biotecnologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Estado. Lei nº 9878, de 13 de outubro de 2022. Fica assegurado o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

LELES, Wictor Hugo Oliveira; CAPOP, Álique Franco Pinheiro Alves; CRISPIM, Leana Ferreira. Dificuldades de comunicação dos médicos no atendimento à pessoa surda. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11, 2022.

NUNES, Léria Lorennah C. de S. Muricy; PIRES, Adriele Souza; BEDOR, Cheila Nataly Galindo. Cuidado humanizado à pessoa surda: perspectiva do profissional médico. *Revasf, Petrolina-PE*, v. 10, n. 22, p. 82-103, set./dez. 2020.

PEREIRA, Cristiane Siqueira. Para um Glossário Bilingue (Português-Libras) de Ortodontia. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (Postrad), Brasília, 2021.

SANTANA, Tamiles Daiane Borges et al. Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: uma revisão de literatura. *Rev. Aten. Saúde, São Caetano do Sul*, v. 17, n. 61, p. 135-141, jul./set. 2019.

SANTOS, Livia Fajin de Mello dos et al. Mulheres com deficiência: reflexões sobre a trajetória das políticas públicas de saúde. *Rev enferm UFPE on line, Recife*, v. 7, n. 7, p. 4.775-4.781, jul. 2013.

SILVA, Marciele de Lima et al. As dificuldades encontradas na assistência à saúde às pessoas com surdez. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, 2021.

TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária. *Comunicação Breve - Cad. Saúde Pública*, v. 29, n. 8, ago. 2013.



**PRODUÇÃO  
ACADÊMICA**

## A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES SURDAS: PROTAGONISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA



**Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta<sup>1</sup> (UFRJ)**



### RESUMO

Esta dissertação aborda a (in)visibilidade das mulheres surdas à luz do debate racial (ou diversidade biológica humana), abrangendo as mulheres asiáticas/amarelas, brancas, indígenas e negras/pretas. Além da perspectiva clínica, aquela em que pessoas surdas são vistas como pessoas com deficiência auditiva, há também a perspectiva socioantropológica, que considera a mulher surda como sujeito com sua identidade cultural sendo sinalizante ou não, que permeia as discussões sobre os surdos de forma geral. Neste trabalho, ambas foram consideradas em diferentes espaços de interseccionalidade, e para tal, utilizou-se os trabalhos de Amossy (2005), Spivak (2010), Sacks (1989), Skliar (1998), Beauvoir (1949), Strobel (2008) e Perlin (2016), para trazer maior densidade sobre as questões presentes nas diferentes ondas do feminismo, bem como, para auxiliar na discussão dos dados. No que tange à metodologia, foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista, realizada virtualmente devido a pandemia de Covid-19. Para tal, foi elaborado um roteiro com questões semiestruturadas, para nortear a condução das entrevistas, aplicada remotamente via Google Meet. Participaram do estudo sete mulheres surdas sinalizantes de referência, sendo uma representante de cada raça, atuantes e ativistas em prol da coletividade, protagonismo e representatividade surda, defensoras de uma identidade cultural permeada por experiências visuais. Por meio dos instrumentos, as participantes apresentaram suas narrativas acerca da sua infância, relacionamento familiar e com amigos, suas experiências no convívio com outras pessoas surdas em espaços como as associações de surdos, dentre outras temáticas, sobretudo, de como foi a luta política em defesa da língua de sinais. Considerando a importância do registro dessas histórias, registros

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. [clarissaguerretta@letras.ufrj.br](mailto:clarissaguerretta@letras.ufrj.br)

esses, fundamentais para evidenciar a existência das reivindicações das mulheres surdas, tais como direitos linguísticos e políticos nas áreas de saúde da mulher, maternidade, mercado de trabalho e outras questões, e o árduo trabalho realizado por essas mulheres a favor da representatividade de suas comunidades. Considerando ainda, a escassez de pesquisas que se interessam em discutir sobre a temática, o presente estudo torna-se triplamente relevante, do ponto de vista social, político e científico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher surda; Língua de sinais; Protagonismo surdo; Raça; Feminismo surdo.

## **ABSTRACT**

This dissertation examines the (in)visibility of deaf women in light of the racial debate (or human biological diversity), covering asiatic/yellow, white, indigenous and black women. Besides the clinical perspective, the one in which deaf people are seen as people with hearing disability, there is also the socioanthropological perspective, which considers deaf woman as a subject with her cultural identity being signer of a person who signs or not, which permeates the discussions about the deaf in general. In this work, both were considered in different spaces of intersectionality, and for this, we used the works of Amossy (2005), Spivak (2010), Sacks (2008), Skliar (1998), Beauvoir (1949), Strobel (2008) and Perlin (2016), to bring greater density on the issues present in the different waves of feminism, as well as to assist in the discussion of data. Regarding the methodology, as instruments were used, namely the interview, conducted virtually due to the Covid-19 pandemic, and a script with questions semi-structured, applied remotely via Google Meet. Seven deaf signaling women of reference participated in the study, being one representative of each race, active and activists on behalf of collectivity, protagonism and deaf representativeness, supporters of a cultural identity permeated by visual experiences. Through the instruments, the participants presented their narratives about their childhood, family relationships and friends, their experiences in living with other deaf people in spaces such as deaf associations, among other topics, especially, how was the political campaign in defense of sign language. Considering the importance of recording these stories, these records, fundamental to demonstrate the existence of the demands of deaf women, such as linguistic and political rights in the areas of women's health, motherhood, labor market and other issues, and the hard work done by these women in favor of the representativeness of their communities. Considering also the lack of researches that are interested in discussing the theme, this study becomes triple relevant, from the social, political and scientific point of view.

**KEYWORDS:** Deaf Woman; Sign language; Deaf protagonism; Race; Deaf feminism.

Link de acesso ao trabalho completo: <https://poscientialit.letras.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/02/clarissaguerretta.dissertacaofinal.pdf>



**VISITANDO O  
ACERVO DO INES**



**ARTE E  
CULTURA SURDA**

**GALERIA DE ARTE SURDA:  
ARTISTA FERNANDA ARAÚJO**



**Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione<sup>1</sup>**



**Priscilla Fonseca Cavalcante<sup>2</sup>**



<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; pluiza@ines.gov.br

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; pcavalcante@ines.gov.br

A edição do dossiê especial “Mulheres Surdas” é dedicada à artista e professora surda Fernanda Machado (figura 1). Nascida no Rio de Janeiro em 1979, Fernanda é a única surda em uma família de ouvintes. Sua surdez foi descoberta tardiamente, o que causou dificuldades iniciais de comunicação. No começo, a comunicação era caseira, utilizando sinais combinados com gestos. Fernanda aprendeu Libras ao ingressar na escola especial e ao participar da Associação de Surdos do Rio de Janeiro, da Alvorada e de Niterói, onde recebeu o apoio da família, que aceitou a Libras como sua língua. Com a aquisição da língua de sinais, Fernanda se desenvolveu plenamente nos aspectos sociais, profissionais e acadêmicos, impressionando sua família com seu progresso.

**Figura 1** - Foto e SW de Fernanda Machado



Fonte: Autora.

“Meu primeiro contato com a produção artística em Língua de Sinais Brasileira foi com o professor de teatro, Nelson Pimenta. Foi ele quem me ensinou elementos básicos da língua de sinais como as regras para seu uso, configurações de mão, ritmo, bem como os gêneros textuais, tais como, contos, histórias e fábulas, presentes em um DVD sobre poesia da DSP (Dawn Sign Press). Esse DVD continha poemas e contos de surdos reconhecidos. Quando assisti esse conto pela primeira vez, eu não conhecia a Língua de Sinais Americana - ASL, porém o uso dos elementos visuais como a expressão facial, espaço e movimento dos ombros favoreceu minha compreensão, ou seja, a estrutura utilizada, o modo como a história foi contada fez com que eu internalizasse as nuances da história.”

Atualmente, Fernanda é professora de Libras e de Literatura Surda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Seu doutorado em Estudos de Tradução pela UFSC resultou na tese “Antologia da Poética em Língua de Sinais Brasileira”. A tese apresenta uma antologia

de poesias em Língua Brasileira de Sinais, coletando e analisando minuciosamente produções poéticas de autores surdos proficientes. A análise abrange características estilísticas, temas, elementos poéticos como ritmo e rima, e o contexto das publicações. A antologia visa registrar essas obras em vídeo, promovendo a educação dos surdos brasileiros. A coleta de material foi feita em DVDs, YouTube, redes sociais e eventos específicos. Fernanda, atualmente, está coordenando a criação da Antologia de Poesias em Libras, que servirá de referência para o projeto de pesquisa envolvendo a Documentação de Libras e a Antologia de Literatura em Libras. Faz, ainda, parte do Grupo de Pesquisa Corpus de Libras e fez parte do Grupo de Pesquisa Literatura em LIBRAS.

Fernanda também possui mestrado pela UFSC, com a dissertação intitulada “Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira”. Essa pesquisa investiga a literatura surda através de vídeos de poemas de Nelson Pimenta e Alan Henry, analisando o uso criativo da língua e padrões literários. A pesquisa valoriza a produção dos poetas surdos e identifica características específicas da literatura em Língua de Sinais Brasileira, comparando com estudos de literatura em Línguas de Sinais Britânica e Americana.



A Professora de Literatura Tânia Ramos, que é muito importante na UFSC e fez parte da banca examinadora de qualificação da tese da Fernanda, destacou o impacto significativo de sua tese, que foi totalmente produzida em Libras. Ela ressaltou a importância desse trabalho para a cultura surda, para a cultura brasileira e para a Universidade Federal de Santa Catarina. Tânia enfatizou que Fernanda, sendo uma poeta e professora de Letras Libras, usa metalinguagem em seus sinais poéticos. Com seus sinais, Fernanda pensa os próprios sinais poéticos. Portanto, é fundamental que sua tese seja apresentada em Libras para preservar seu significado e importância. Ela afirmou que o trabalho perderia todo o seu valor se fosse escrito em português e concluiu destacando a necessidade fundamental de apresentá-lo na

Língua Brasileira de Sinais.

Desde criança, Fernanda sempre foi deslumbrada com desenhos, como os do Mickey e, a partir daí, surgiu sua paixão pelas artes. Ela começou a desenhar usando papéis de rascunho que sua mãe trazia do trabalho e, desde então, se considera uma artista. Para aprofundar seus estudos, ela se matriculou em um curso de desenho e posteriormente ingressou na faculdade de Artes Plásticas pela Escola de Artes Visuais do Parque Lage - EAV, acumulando vasta experiência.

“Quando comecei a trabalhar senti falta de estudar algo ainda com mais profundidade e percebi que o conhecimento adquirido estava me encaminhando ao Mestrado e ao Doutorado. Comecei a procurar um local referência para fazer meu Mestrado e soube que, em Santa Catarina, Florianópolis, tinha na UFSC e na época eu morava no Rio de Janeiro e trabalhava em 4 escolas. Mesmo assim, comecei a sentir a necessidade de cursar meu Mestrado. Fui aprovada e larguei tudo, mesmo com dor no coração, sabendo que sentiria saudades, me mudei e comecei a subir mais um degrau em minha vida acadêmica.”



No campo das Artes Cênicas, Fernanda teve contato com o teatro devido à sua formação acadêmica, contribuindo com dicas sobre cores e vestimentas no grupo Teatro Brasileiro de Surdos (TBS), do Centro Integração Arte de Cultura Surda (CIACS) e Grupo de Palavras Invisíveis no Grupo Moitará (Projeto Ponto Cultural). Por isso, a artista explora, em suas obras, sua experiência na literatura surda, experiência literária em libras, libras, estudos surdos, tradução em libras, arte surda, cultura surda, linguística em libras e educação de surdos. Em Artes Visuais, sua produção inclui escultura, gravuras, artesanato e aquarela. Nas Artes Plásticas, ela foi professora no Centro Educacional Pilar Velazquez, escola bilíngue de surdos onde ela também foi aluna, incentivando os alunos a explorar a arte. Fernanda aprecia todas as áreas artísticas e está aberta à possibilidade de, no futuro, criar um espaço específico para promover exposições ou um museu de artes surdas. Em 2014, criou o curso de extensão para criação de novas poesias que serviram de insumo para sua pesquisa. Coordena,

como diretora, o Festival Folclore Surdo, um festival de arte surda que inclui vários tipos de manifestações literárias em Libras, com realização de 2 em 2 anos e com o apoio da professora Rachel Sutton-Spence e de Tarcisio Leite. Até o presente momento, o Festival Folclore Surdo é ativo nas redes sociais e os cursos de poesia são oferecidos anualmente de forma gratuita nas modalidades presencial e EAD pela plataforma Moodle. Fernanda é, ainda, a responsável pelo Festival Folclore Surdo ter parceria com um Festival de referência mundial em arte e cultura surda - Clin d'Oeil - realizado na França. Esta parceria trouxe visibilidade para a arte e a cultura surdas brasileiras e, assim, surgiram trocas e novas parcerias com outros países e festivais como África do Sul, Argentina, Bolívia e EUA.



Segundo Fernanda, a definição de Artes Surdas é composta por experiências riquíssimas que refletem a cultura, identidade e vivência surdas, bem como a língua de sinais. Ela destaca a percepção subjetiva do artista surdo, expressando trajetórias e sentimentos através da arte, seja de forma positiva ou negativa. As expressões negativas podem abordar temas como opressão e discriminação, enquanto as positivas celebram conquistas, evolução da língua de sinais e empoderamento surdo. Fernanda acredita que a sociedade pode compreender melhor as comunidades surdas ao explorar a riqueza das línguas de sinais e das artes surdas.

Antes de seus estudos acadêmicos, Fernanda via o desenho como uma atividade comum e prazerosa. Hoje, ela entende que a formação em Artes é fundamental para adquirir conhecimentos profundos. Além disso, valoriza conceitos como “Deaf Hood”, cultura, experiências, identidade e narrativas surdas, incluindo as próprias experiências do artista surdo. Fernanda realiza análises de desenhos sob o olhar surdo, comparando obras antes e depois de sua formação acadêmica.



“Estudei nessa escola onde tive aulas de teatro com o Professor Nelson Pimenta e posso dizer que foi onde tudo começou. O conhecimento que ele repassava em suas aulas era em decorrência das suas viagens para os EUA, na Universidade Gallaudet, Washington - D.C, National Theatre of The Deaf - NTD, de Nova York , onde teve contato com diversas pessoas da área, como Ella Mae Lentz, Ben Bahan, Clayton Valli e Marlon Kuntze.”

Influenciada por figuras como Nelson Pimenta e Ana Regina Campelo, Fernanda descobriu a representatividade e profundidade das Artes Surdas. Atualmente, ela acredita que pode contribuir significativamente para a comunidade surda ao explorar e promover as Artes Surdas, causando um impacto positivo na compreensão e valorização da cultura surda.

Fernanda dedica a capa da Revista Espaço às mulheres surdas, especialmente à Sônia Maria de Jesus, uma surda negra que foi escravizada por um desembargador de Santa Catarina. Vamos conhecer os quadros de pintura mais significativos de sua vida artística.



